

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO**

**MARCELO FRANCISCO DE ASSIS**

**RACISMO@ONLINE.COM. BR**

As relações raciais a partir da análise de blogs

**Maringá – UEM**

**2011**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - MESTRADO**

**MARCELO FRANCISCO DE ASSIS**

**RACISMO@ONLINE.COM. BR**

As relações raciais a partir da análise de blogs

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual de Maringá para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais. Linha de pesquisa: Sociedade e práticas culturais.

Orientadora: Professora Dra. Cleyde Rodrigues Amorim

**Maringá – UEM**

**2011**

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Cleyde Rodrigues Amorim – UEM (Orientadora).

---

Marivânia Conceição de Araújo - UEM.

---

Paulo Baptista Vinícius da Silva – UFPR.

Maringá, \_\_ de Fevereiro de 2011.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de prestar minha gratidão a minha orientadora Cleyde Rodrigues Amorim, pela sua paciência durante os meus momentos de ansiedade, e que no decorrer do tempo revelou-se grande amiga. Agradeço a meus amigos que estiveram comigo nesse curto, mas importante período de minha vida: A sabedoria e tranqüilidade de meu grande amigo Celso Romano; ao entusiasmo e positividade de minhas grandes amigas Ana Carolina, Daiana e Fernanda Valotta; ao companheirismo e amizade das queridas antropólogas Driéli e Verônica, e a tantos outros que compartilharam de minhas ânsias e inquietações nesse período, e de certa forma, estiveram presentes nesse trabalho. Aos funcionários do Programa de Mestrado e, Departamento de Ciências Sociais da UEM; à professora e coordenadora do Observatório das Metrópoles – UEM, Ana Lúcia Rodrigues pela amizade e ajuda em diversos momentos dessa pesquisa.

Gostaria de agradecer aos professores que direta ou indiretamente me ajudaram nas reflexões acerca dessa dissertação: José Henrique, Zuleika de Paula, Eliane Sebeika, Marivânia Conceição, e principalmente a minha querida amiga e eterna professora Carla Cecília Rodrigues, que além de seu comprometimento e competência profissional é também, grande exemplo de ser humano.

Enfim, agradeço a minha mãe, que apesar de não acompanhar e compreender tão profundamente o tema dessa pesquisa pôde me dar força, mesmo que a seu modo, para a realização desse projeto.

## RESUMO

A internet é hoje uma realidade tangível a uma grande parcela da população brasileira. Esses espaços funcionam como mecanismos capazes de engendrar novos campos para as trocas das relações sociais. Esse trabalho tem como proposta analisar o racismo na cidade de Maringá, estado do Paraná, interpretando os discursos postados em três *blogs* de moradores da própria cidade. Visto que esse meio de informação é vinculado a cibercultura, entendemos sua produção como uma ação social. Apoiado numa metodologia das ciências sociais, mas especificamente no interpretativismo, desconstruímos as falas dos internautas inscritas nesse campo, relacionando sua concepção acerca das relações raciais na cidade pesquisada com a concepção sobre o racismo produzida no Brasil e partilhada por seus habitantes. As postagens interpretadas nos mostram a reprodução de uma retórica, cujo conteúdo é composto por elementos que remetem a um tipo de discurso conservador e racista, estruturado por falas que corroboram para a manutenção do *status quo* vigente, onde qualquer forma de política afirmativa é interpretada como uma ação paternalista. O uso do termo *raça* é constantemente lembrado para distinguir os agentes sociais, assim como o mito da democracia racial é utilizado como um meio de negar que há a existência manifestações racistas em nossa sociedade como um todo.

**Palavras chaves:** Racismo. Maringá. Cibercultura. Relações raciais. Internet.

## **ABSTRACT**

Internet is today a tangible reality to a great part of the Brazilian population. Those places work like mechanisms capable of engendering new areas of social exchange. This paper proposes to analyze racism in Maringá, Paraná State, by interpreting the speeches posted in three blogs from people who live in this same city. Inasmuch as this way to share information is related to cyberculture, we understand that its production as a social action. Upon a Social Sciences based-methodology, however particularly on Interpretivism, we deconstructed the net surfers' discussions registered in this field, connecting its conception regarding to racial relations in the researched city to the conception on racial discrimination produced in Brazil and shared by its citizens. The interpreted posts have shown us the rhetorical reproduction, which content is racist, structured by discussions that uphold the maintenance of the present *status quo*, where any affirmative political approach is interpreted as a paternalist action. The use of the term race is always considered in order to distinguish the social agents, as well as the racial myth is used as a way to deny that there are racial manifestations in our society as a whole.

**Keywords:** Racism. Maringá. Cyberculture. Racial relations. Internet.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>1. Premissas teóricas e metodológicas.....</b>	<b>13</b>
<b>2. Reflexões sobre o campo virtual.....</b>	<b>21</b>
2.1. O campo virtual como complemento da realidade.....	26
<b>3. Maringá.....</b>	<b>30</b>
3.1. A expansão urbana.....	35
3.2. Maringá e a população negra.....	40
<b>4. O conceito de raça abordado pelos internautas.....</b>	<b>50</b>
<b>5. O mito da democracia racial.....</b>	<b>62</b>
<b>6. O discurso conservador: A manutenção da ordem vigente.....</b>	<b>76</b>
6.1. O discurso conservador: o racismo latente na luta de iguais.....	88
<b>Considerações finais.....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>111</b>

## **INTRODUÇÃO**



## INTRODUÇÃO

O estudo que abrange as relações raciais no Brasil é um campo no qual devemos segundo alguns pesquisadores (HOFBAUER, 2007), nos aprofundar tanto em suas reflexões teóricas quanto em sua parte empírica. Esse trabalho teve como proposta, produzir um estudo que pudesse trazer a tona qual a posição dos moradores da cidade de Maringá sobre essa discussão, percorrendo um caminho que pudesse demonstrar o que a população dessa cidade do estado do Paraná, pensa a respeito das questões que envolvem os negros em nosso país como um todo.

Para tal empreendimento o trabalho adotou a categoria “negro,” para designar os sujeitos que compõem a população de descendentes de africanos no Brasil como uma categoria analítica que remonta a todos aqueles que dentro de uma classificação racial ou de cores, não se denominam como sendo brancos. Não foram usadas denominações ou gradações de cores de pele tal como é utilizado no cotidiano das pessoas, por estarmos em consonância com uma parte do movimento negro (TELLES, 2003); a escolha pelo uso desta concepção, contudo, procura abranger tais gradações ou determinações como, por exemplo, pardo, preto, mulato, ou mesmo o termo afro-descendente. A escolha desse termo é uma ferramenta conceitual para poder designar os descendentes de escravos, que se identificam como tal. Mesmo essa conceitualização não estando de acordo com que se tem usado na América Latina como um todo, em que, o termo negro é visto como depreciativo (TELLES, 2003), fizemos, todavia, o uso desse conceito, por estarmos tratando as relações raciais existentes apenas no Brasil, desconsiderando esse caso de um modo mais geral que tangencie outros Estados Nacionais.

Essa pesquisa usou como fonte de dados, postagens<sup>1</sup> inscritas em três blogs que pertencem a moradores da cidade de Maringá e que discutem em sua maioria problemas relacionados ao município citado. Esse tipo de comunicação é uma nova ferramenta comunicacional, que está presente no ciberespaço e que constitui um novo campo gerador de relações sociais e culturais.

Esse campo nos serviu como um meio de coletar os dados, pois apresentou discussões sobre a questão da população negra em nosso país, além disso, as pessoas que colocaram suas opiniões nas páginas estudadas ficavam mais a vontade para expor seu ponto de vista da forma que ela realmente entende sendo como a mais verdadeira, já que esse tipo de

---

<sup>1</sup> Postagem nesse trabalho é o nome dado tanto a publicação do blogueiro como também, as opiniões feitas pelos internautas.

comunicação interativa tem como opção a apresentação ou não da identificação de quem participa dos debates e expõe sua postura frente ao tema tratado. Apenas no Blog do Ozaí que os internautas se identificaram corriqueiramente, nas demais páginas a maioria colocava sua fala sem se identificar.

Os blogs em si não foram objetos de análise, todavia, os internautas que participam dos debates parecem revelar quais os tipos de seguidores e de frequentadores dessas páginas digitais. Desses três blogs um pertence a dois jornalistas, e outro a um professor da Universidade Estadual de Maringá; são eles: Blog do Ozaí (professor da universidade local), Blog do Edson Lima (jornalista correspondente do jornal local de maior circulação “O Diário”), e por fim um que é propriedade de outro jornalista precursor desse meio de comunicação na região Blog do Rigon<sup>2</sup>.

Mesmo não analisando os blogs propriamente ditos, foi possível distinguir três diferentes discursos recorrentes em cada um deles. No blog de propriedade do professor universitário (Blog do Ozaí), o tipo de discussão era mais acadêmico, no sentido de uma deliberação que pudesse girar em torno de um respeito maior com seus pares, onde os internautas tentavam fazer uso de seus conhecimentos acadêmicos sobre o assunto para intervir e dialogar. Independente da posição tomada, a cautela era uma constante nessas páginas em que a maioria dos internautas se identificava, deixando de lado o anonimato. Outro blog que pertence ao jornalista do noticiário impresso local (Blog do Edson Lima), o discurso mais elitizado e conservador era predominante, o que parece representar também a opinião do blogueiro<sup>3</sup>. Contudo, a maior parte dos internautas mesmo fazendo uso de uma retórica mais conservadora se identificava nas postagens anunciando seus nomes. Por fim, o blog que mais forneceu material a ser analisado foi o Blog do Rigon. Nessa página havia discursos que representavam dois lados opostos: um a favor de políticas de inclusão da população negra, e outro que se posicionava de forma contrária a tais questões. Apesar de haver em um ou em outro blog, discursos divergentes, contrários ou a favor de políticas afirmativas em nossa sociedade, é impreterível ressaltar que independentemente do blog pesquisado, a maioria das postagens se posicionava contra qualquer ação em prol da comunidade negra.

---

<sup>2</sup> Quando houve a coleta de dados o citado jornalista tinha sua página apenas como um blog, atualmente sua página funciona como um canal que se aproxima mais de um noticiário local em que o blog está inserido como uma das possíveis ferramentas a serem acessadas dentro do endereço da WEB.

<sup>3</sup> Em uma postagem sobre a acusação de um pesquisador local que dizia que Maringá era uma cidade racista como o restante do país, o blogueiro postou o assunto já adiantando que o tal pesquisador estava exagerando em sua denúncia, o que foi aceito prontamente pela grande maioria de internautas que inscreveram seus discursos e manifestam sua opinião no debate.

A escolha por esses três blogs foi resultado direto de uma busca incessante por páginas que pudessem nos oferecer material suficiente para o empreendimento da dissertação aqui apresentada. Suas discussões foram geradas por uma deliberação acerca da proposta de um vereador sobre a implantação ou não de um feriado municipal no dia em que se comemora a consciência negra no Brasil (20 de Novembro). Essas postagens foram utilizadas para realizarmos uma interpretação da concepção dos moradores de Maringá sobre a temática das relações raciais.

Nessas postagens o que sobressaiu nos discursos analisados foi à utilização de três mecanismos que eram comumente usados como forma de interlocução pelos debatedores, independentemente da posição tomada: 1. O uso do conceito de “raça” com uma concepção mais social e menos biológica, que também foi denominado tanto no trabalho quanto pelos internautas como sinônimo de etnia; 2. O uso do chamado “mito da democracia racial”, que foi utilizado como meio de se negar o racismo como algo presente na estrutura de nosso país; 3. Um discurso extremamente conservador e elitista, que procurava legitimar sua posição atendo-se a uma retórica em que a liberdade, e a igualdade a todos são o principal combustível de acesso e mobilidade social no Brasil, desconsiderando qualquer outro mecanismo que não fosse o social para legitimar sua opinião. A problemática do racismo foi entendida como mero resultado de uma segregação social e de classes, muito pouco presente em nossa sociedade, e quando era manifestada era sempre vista no comportamento alheio no “Outro”, e não no “Eu”.

Ao tratar esse discurso elitista com mais atenção, repensado o contexto no qual ele foi (e continua a ser), produzido, pudemos verificar que o mesmo possui forte conotação racista, no que diz respeito a uma mudança social, na estrutura vigente. Dessa forma, racismo nesse trabalho foi tratado como uma ideologia que procura através de mecanismos sociais manter segregada a população negra em nossa sociedade, que é reproduzida historicamente, colocando essa população numa situação denominada por Fernandes (1978), como sendo um estado de anomia social, deixando o negro sempre as margens da sociedade, sem maiores condições de usufruir das prerrogativas legais oferecidas pelo Estado moderno.

Segundo Fernandes (1978), os problemas e torno da questão do negro tem suas principais causas relacionadas ao antigo regime escravocrata. Todavia, essa forma “incompleta” de inclusão social conferida aos negros no Brasil, não é algo que se faz apenas em decorrência de sua antiga condição de ex-escravo, mais também em decorrência do racismo existente em nossa sociedade (HASENBALG, 2005), que no Brasil, acontece de

forma velada, acionado de uma maneira quase imperceptível, pois ela é entendida como algo naturalizado, onde cada um ocupa o lugar que lhe é devido (DAMATTA, 1983).

Para analisar tais postagens foi feito o uso de um método das Ciências Sociais, calcado no interpretativismo, aqui representado inicialmente por Geertz (1989), e mais delineado por Thompson (2009). Essa ferramenta teórica e metodológica norteou a produção e desenvolvimento deste trabalho, onde procuramos analisar os discursos postados, contextualizando-os no campo semântico no qual ele foi produzido e reproduzido pela sociedade brasileira (GEERTZ, idem). Sem desconsiderar, entretanto, que essas produções simbólicas são também ações permeadas por lutas políticas e ideológicas que no embate diário representam a contraposição de diferentes olhares e posições no mundo social, que conseqüentemente, resulta numa luta pelo poder e de comando do mundo social (THOMPSON, 2009).

O trabalho é composto por 6 capítulos; no primeiro fazemos apontamentos sobre a metodologia utilizada na dissertação. No segundo capítulo procuramos fazer uma breve reflexão sobre o ciberespaço, gerador da cibercultura, que foi o campo utilizado para a obtenção dos dados que serviram para o desenvolvimento dessa pesquisa. Num terceiro momento, fazemos uma retomada histórica da cidade onde vivem a maioria dos internautas que emitiram suas opiniões frente ao tema tratado, evidenciando como desde a sua fundação ela já se mostrava antidemocrática. A partir disso procuramos mostrar como um local, ou uma cidade, tem sua produção material atrelada à concepção daqueles que a habita, numa dialética onde uma reflete a outra.

Nos demais capítulos, trazemos o que foi mais achado nas postagens analisadas. No quarto, apontamos a enorme utilização do conceito de raça social encontrado nas discussões dos blogs, contextualização sua produção histórica e social, em que a mesma é tratada tanto no trabalho, quanto pelos internautas como sinônimo de etnia. No capítulo cinco, evidenciamos como o mito da democracia racial ainda habita o imaginário social de nossa população e como essa mesma concepção é instrumentalizada para negar a existência de racismo no Brasil.

Na sexta e última parte, mostramos a existência de um discurso conservador existente nas páginas eletrônicas pesquisadas. As postagens interpretadas nesse capítulo, nega qualquer forma de ação do Estado para a implementação de políticas afirmativas no Brasil. Essas inscrições desembocam numa retórica racista e conservadora, que faz parte da concepção da população brasileira, mas que não é admitida como tal.

## **Premissas teóricas e metodológicas**

## 1. Premissas teóricas e metodológicas

Esse trabalho tem como proposta discutir as relações raciais na cidade de Maringá, e procurar suscitar de forma clara e objetiva uma compreensão acerca das questões que envolvem a população negra nesse município, e a partir disso, discutir o problema do racismo em nossa sociedade. Como não havia tempo e condições disponíveis para a aplicação de um questionário em um número considerável de moradores dessa região, procuramos resgatar o que já havia sido escrito nas páginas de três blogs que discutiram temas concernentes aos negros no município de Maringá.

A princípio, os dados que seriam utilizados para a realização dessa pesquisa seriam matérias publicadas no jornal de maior circulação da cidade<sup>4</sup>, entretanto, não foram achadas reportagens suficientes que discutissem as relações raciais nem na cidade, nem no restante do país como um todo, o que inviabilizou a utilização desse tipo de meio de comunicação como uma “fonte de material” para o desenvolvimento do trabalho.

Essas discussões inscritas na forma de postagens nesses blogs serviram como dados para a produção dessa pesquisa. Dessa forma, pudemos contar com uma quantidade boa de material disponível e pronta a ser analisada, que teve como recorte de tempo o início do ano de 2008 até o final do ano de 2009, contabilizando um total de quase 300 páginas impressas em papel do tamanho a4 com fonte 12.

O ano de 2008 foi o período que antecedeu a votação do projeto de lei, que tinha como meta criar no dia 20 de Novembro um feriado municipal para celebrar o dia da consciência negra. No início do ano de 2009, esse projeto foi votado na câmara dos vereadores de Maringá sendo aprovado pelo legislativo, entretanto, esse mesmo projeto seria vetado mais tarde pelo prefeito municipal que alegava prejuízo para o comércio com a criação de mais um feriado no mês de Novembro. O poder executivo alegou também que o estabelecimento de um feriado pelo governo municipal seria inconstitucional, pois segundo a prefeitura da cidade de Maringá, esse tipo de medida só pode ser tomado pelo governo federal. Todo esse imbróglio político gerou muita discussão nos blogs pesquisados, e foi por esse motivo que procuramos estabelecer como recorte de tempo os anos de 2008 e de 2009.

Apesar das reflexões acerca do mundo virtual e suas implicações para a sociedade como um todo, nosso objetivo não é o de produzir esse trabalho numa perspectiva da chamada netnografia, nem mesmo da etnografia clássica ou documental. Segundo Gomes Da Cunha:

---

<sup>4</sup> O Jornal que fazemos referência chama-se “O diário” de Maringá.

Antropólogos tem se voltado para o arquivo como objeto de interesse, vistos como produtores de conhecimentos. Não preservam segredos, vestígios, eventos e passados, mas abrigam marcas e inscrições a partir das quais devem ser eles próprios interpretados. Sinalizam, portanto, temporalidades múltiplas inscritas em eventos e estruturas sociais transformados em narrativas subsumidas à cronologia da história por meio de artifícios classificatórios (GOMES DA CUNHA, 2004 p. 6).

Para o presente trabalho não foi possível considerar essa pesquisa como sendo orientado por esse método, pois uma condução teórica desse tipo implicaria numa análise de documentos pessoais ou documentos históricos (GOMES DA CUNHA, 2004), o que não é o caso de nosso material. Conseqüentemente, também não utilizamos um referencial metodológico nos moldes da netnografia ou da própria etnografia, pois esses métodos implicam numa certa interação do pesquisador com os pesquisados, estabelecida entre uma troca feita dentro ou fora da cibercultura, o que também não foi o caso apresentado aqui:

[...] a netnografia exige combinação imersiva entre participação e observação cultural com relação às comunidades pesquisadas, sendo que o pesquisador deve ser reconhecido como membro da cultura, um elemento importante do trabalho de campo. (KOZINETS (1997) Apud, MONTARDO E PASSERINO, 2006 p. 5).

A orientação teórica e metodológica utilizada como um referencial adequado para a produção dessa dissertação está assentada, numa metodologia interpretativista utilizada pelas Ciências Sociais:

Trata-se de uma forma de explicação e não de algum tipo de glossografia exaltada – concentra-se no significado que instituições, ações, imagens, elocuições, eventos, costumes – ou seja, todos os objetos que normalmente interessam aos cientistas sociais (GEERTZ, 2006, p. 37).

Todavia, não se trata de uma interpretação arbitrária, segundo Geertz (1989), para utilizarmos essa metodologia devemos nos ater no significado que as práticas e os discursos representam para aqueles que as realizam, suas relações e ações sociais dizem respeito a um código estabelecido coletivamente, que orienta suas vidas. Temos de contextualizar o discurso, tentar compreender de onde se está falando, ligando o agente social a seu campo semântico, estabelecendo uma mediação entre o sujeito e o modelo cultural que o orienta. Modelo esse que segundo o autor é semiótico:

Acreditando como Max Weber, que o homem é uma animal amarrado a teias que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como sendo uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, á procura do significado (GEERTZ, 1989, p. 15).

Dessa forma, é preciso fazer um exercício cujo objetivo é o de “Ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos (GEERTZ, 1989)”.

Não obstante, o presente trabalho orienta-se por um viés onde a interpretação dessas inscrições dará uma atenção especial a sistematização simbólica que tange a produção de sistemas de significação e de modelos culturais semióticos, que abrange as relações assimétricas de poder estabelecidas nesses espaços. Compartilhamos da concepção de cultura adotada por Geertz (1989), entretanto, pelo fato desse trabalho tratar de uma análise de relações sociais que tem por características o conflito e, conseqüentemente, formas de dominação e de poder, partilhamos da idéia de um sistema cultural que pode ser tratado como um paradigma simbólico que não produz apenas significado, mas sentidos permeados por relações de poder. Segundo Thompson:

Os fenômenos culturais podem ser vistos como expressão de relações de poder, servindo, em circunstâncias específicas, para manter ou romper relações de poder e estando sujeito a múltiplas, talvez divergentes e conflitivas, interpretações pelos indivíduos que os recebem e os percebem no curso de suas vidas cotidianas (THOMPSON, 2009, p. 180).

Thompson (2009), resistemiza o conceito cultural proposto por Geertz (1989), reconhecendo que essas produções simbólicas em determinados contextos podem ter em seu conteúdo disputas e relações de poder. Dessa forma, a análise cultural é entendida:

Como o estudo das formas simbólicas – isto é, ações objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas (THOMPSON, 2009, p. 181).

Essa concepção sistemática de análise cultural é descrita pelo autor como sendo um tipo de “cultura estrutural”. Não se trata, entretanto, de uma tipificação estruturalista nos modelos teóricos do estruturalismo Francês, ela é estrutural por “Destacar a preocupação com



os contextos e processos socialmente estruturados nos quais as formas simbólicas estão inseridas (THOMPSON, 2009)”. A partir de uma conceitualização que abrange diversos mecanismos na produção cultural, Thompson (2009), propunha um tipo de interpretação que perpassasse apenas o caráter simbólico da produção cultural, chamando a atenção para uma imersão nos contextos sociais e históricos, e as relações nas quais esses modelos simbólicos são produzidos; ou seja, em sua estrutura, para que possamos dar uma interpretação que privilegie argumentos que possam sustentar essa interpretação, e compreender a interação entre os agentes sociais que as produzem.

Assim como Geertz (1989), Thompson (2009), também se apropria da tradição hermenêutica para construir seu referencial interpretativista. Nesse ramo das ciências humanas:

O estudo das formas simbólicas é fundamentalmente e inevitavelmente um problema de compreensão e interpretação. Formas simbólicas são construções significativas que exigem uma interpretação; elas são ações, falas, textos que, por serem construções significativas, podem ser compreendidas (THOMPSON, 2009, p. 357).

Nessa perspectiva:

O objeto de nossas investigações é ele mesmo, um território pré-interpretado. O mundo sócio-histórico não é apenas um campo-objeto que está ali para ser observado; ele é também um campo-sujeito que é construído, em parte, por sujeitos que, no curso rotineiro de suas vidas quotidianas, estão constantemente preocupados em compreender a si mesmos e aos outros, e interpretar as ações, falas e acontecimentos que se dão ao seu redor [...] Assim, quando os analistas sociais procuram interpretar uma forma simbólica, por exemplo, eles estão procurando interpretar um objeto que pode ser ele mesmo, uma interpretação, e que pode já ter sido interpretado pelos sujeitos que constroem o campo-objeto do qual a forma simbólica é parte (THOMPSON, 2009, p. 358-359).

Esse trabalho exemplifica bem esse caráter sócio-histórico da análise interpretativista, pois o campo das relações étnico-raciais tomadas para o desenvolvimento dessa pesquisa é por si própria, uma interpretação da realidade concreta dessas relações; interpretação essa que será reinterpretada tendo como premissas o contexto social e histórico no qual ela foi projetada e estruturada, engendrando um modelo acerca desse assunto que faz parte do cotidiano dos sujeitos que inscreveram em forma de postagens, sua posição sobre temas concernentes a população negra no município pesquisado.

A chamada hermenêutica de profundidade elaborada por Thompson passa a ser o referencial teórico tomado para a produção dessa dissertação. A hermenêutica de profundidade tem como premissas conceituais atrelar a análise sócio-histórica à análise discursiva ou formal, sendo que uma só pode ser completamente entendida se for relacionada à outra, pois

O referencial metodológico da HP (Hermenêutica de Profundidade) nos possibilita avaliar os méritos de métodos específicos de análise – seja da análise sócio-histórica, formal ou discursiva – enquanto nos possibilita ao mesmo tempo determinar seus limites. Métodos particulares de análise sócio-histórica podem lançar luz sobre as condições de produção e recepção das formas simbólicas; mas esses métodos tendem a negligenciar a estrutura e o conteúdo das formas simbólicas e, se generalizados num enfoque auto-suficiente, podem levar a falácia do reducionismo, pela qual quero significar a falácia de supor que as formas simbólicas podem ser analisadas exaustivamente em função das condições sócio-históricas de sua produção e recepção. Métodos particulares de análise formal ou discursiva podem lançar luz sobre os padrões e efeitos que estruturam as formas simbólicas; mas esses métodos tendem a negligenciar as condições sob as quais as formas simbólicas são produzidas e recebidas e, se tomados isoladamente, podem conduzir ao que descrevi como a falácia do internalismo, pela qual quero significar à falácia de supor que alguém pode identificar as características e conseqüências das formas simbólicas investigando unicamente as formas simbólicas, sem referência as condições sócio-históricas e aos processos quotidianos e dentro dos quais e através dos quais essas formas simbólicas são produzidas e recebidas (THOMPSON, 2009 p. 377).

Dessa forma, se nos orientarmos apenas pela análise sócio-histórica de determinado problema estaríamos fazendo uma interpretação reducionista, porque não estaríamos considerando a produção da estrutura dessas relações e interações sociais internas construídas pelos sujeitos nesses contextos históricos; por outro lado, se levarmos em conta que o discurso é auto-explicativo, estaríamos negligenciando o contexto histórico no qual ele foi produzido, caindo então, num internalismo que não daria sustentação para nossas análises e interpretações. No caso dessa pesquisa, interpretar as postagens dos blogs analisados como produções históricas sem considerar as ações sociais dentro da estrutura na qual elas são produzidas, estaríamos fazendo um reducionismo em nossa interpretação sociológica; em contrapartida, se pensarmos as postagens como discursos que se explicam por si mesmos, estaríamos reificando um internalismo. Temos, portanto, que pensar essas produções discursivas (ou inscrições), como ações que só podem ser interpretadas através do contexto histórico no qual elas foram e continuam a ser produzidas.

Dessa forma, nós a utilizamos como um recurso capaz de nos subsidiar para a compreensão e descrição dos discursos que estão postados nos blogs pesquisados. Procuramos realizar uma interpretação sobre o que é dito pelos internautas a respeito das questões que envolvem a população negra em Maringá, estabelecendo um diálogo entre o que é argumentado por essas pessoas e o que temos historicamente produzido acerca dessa questão em nosso país.

A concepção que temos referente ao tema do racismo não é algo natural, os sujeitos não nascem separando os grupos por meio de sua aparência física, isso é apreendido e introjetado nas consciências dos agentes sociais por vários processos de socialização, desde a educação recebida em casa até a que é dada pela escola, além da interação com outras pessoas no mundo social. É nessa direção que procuramos relacionar o sujeito que escreve a respeito desse tema ao contexto social e histórico que possuímos e, sobre o que aprendemos acerca da população negra em nossa sociedade. Esse aprendizado vai desde a imagem<sup>5</sup> que é transmitida pelos meios de comunicação, passando pelo que aprendemos com amigos e familiares, até a idéia que a escola nos passa de qual o papel do negro em nosso país, visto que esses discursos são construídos de acordo com os processos históricos aos quais temos contato, através de nossa socialização.

Os comportamentos das pessoas não são ações sociais que vão de um lugar a outro sem um propósito, elas são embutidas de um significado que lhes dá sentido no momento em que se executa essa ação, ou seja:

A ação social (incluindo tolerância ou omissão) orienta-se pelas ações dos outros, as quais podem ser ações passadas, presentes ou esperadas como sendo futuras (por exemplo, vingança por ataques anteriores, réplica a ataques presentes, medidas de defesa diante de ataques futuros). Os “outros” podem ser indivíduos e conhecidos ou até uma pluralidade de indivíduos indeterminados e inteiramente desconhecidos (Weber, 1995, p. 415).

É nesse modelo de ação social que orientamos nosso trabalho aqui desenvolvido. Quando um indivíduo acessa a internet para colocar sua opinião frente a algum problema que está sendo deliberado em um blog, ele age atribuindo um sentido em sua ação com relação aos outros participantes da discussão, ele não o faz de forma isolada e sem revesti-lo de sentido.

---

<sup>5</sup> O conceito de imagem não se afasta muito do de opinião, pelo menos no que se refere aos pressupostos de base. Foi utilizado para designar uma organização mais complexa ou mais coerente de juízos de valor ou de avaliação [...] Esta é concebida como reflexo interno de uma realidade externa copia fiel no espírito do que se encontra fora do espírito. Por conseguinte é a reprodução passiva de um dado imediato (MOSCOVICI, 1978 p. 47).

São essas ações sociais compartilhadas pelos internautas que irão compor as relações sociais existentes nesse campo de discussão. Segundo Max Weber:

Por relação social deve-se entender um comportamento de vários – referido reciprocamente conforme o seu conteúdo significativo e orientando-se por essa reciprocidade. A relação social consiste, pois, plena e exclusivamente, na probabilidade de que se agirá socialmente numa forma indicável (com sentido), sendo indiferente, por ora, aquilo em que a probabilidade repousa (1995, p. 419).

É nesse tipo de comportamento engendrado primeiramente fora do ciberespaço que procuramos construir e orientar essa dissertação, procurando interpretar os discursos escritos nos blogs, para se chegar a uma compreensão mais próxima possível das concepções que esses agentes têm da realidade concernente a população negra em Maringá e do próprio racismo, no qual estamos inseridos.

Na discussão que segue, explanaremos algumas questões sobre o campo que serviu para a coleta de dados, apontando alguns levantamos feitos acerca do ciberespaço e da cibercultura.

## **Reflexões sobre o campo virtual**

## 2. Reflexões sobre o campo virtual

A utilização da internet e de seus espaços de sociabilidade são hoje uma realidade que está legitimada enquanto um campo propício e fértil para as trocas e relações sociais. Redes de relacionamento<sup>6</sup>, sites informativos, revistas, espaço para o consumo localizados na internet, são atualmente uma realidade tangível à maior parte da população brasileira e mundial. Pierre Lévy aponta duas características que segundo ele são fatores importantes para o crescimento e exploração desse campo:

Em primeiro lugar, que o crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem. Em segundo lugar, que estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano (LÉVY, 2007, p. 11).<sup>7</sup>

Artigo publicado em revista eletrônica, apontou para um número considerável de acessos a internet pela população brasileira, segundo a qual, em maio de 2005, uma pesquisa realizada pelo Ibope//NetRatings mostrou que nesse período o Brasil superou países de primeiro mundo como os Estados Unidos a França e o Japão em horas de navegação na internet por mês, somando um total de 16h55, de acordo com uma matéria da revista Meio e Mensagem (MONTARDO; ROCHA, 2005). Isso vem a confirmar como esses espaços estão cada vez mais sendo ocupados pela população brasileira de uma forma geral.

As características peculiares, que dizem respeito às interações realizadas pela rede mundial de computadores, são denominadas por estudiosos do assunto como sendo uma cibercultura: “Poderíamos afirmar inicialmente que o termo cibercultura abrange os fenômenos relacionados ao ciberespaço<sup>8</sup>, ou seja, os fenômenos associados às formas de comunicação mediadas por computadores” (GUIMARÃES JR, 1997). Esse conceito serve para denominar todas as trocas simbólicas que envolvem pessoas que pelo intermédio de um

---

<sup>6</sup> Entre essas redes de relacionamento temos o twitter, facebook, os blogs e o mais popular entre os brasileiros o Orkut.

<sup>7</sup> Entendemos que esses espaços são atualmente utilizados não apenas por jovens, mas por pessoas das mais variadas idades.

<sup>8</sup> A palavra “ciberespaço” foi inventada em 1984 por William Gibson em seu romance de ficção científica Neuromante. No livro, esse termo designa o universo das redes digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural. Em Neuromante, a exploração do ciberespaço coloca em cena as fortalezas de informações secretas protegidas pelos programas ICE, ilhas banhadas pelos oceanos de dados que se metamorfoseiam e são trocadas em grande velocidade ao redor do planeta. Alguns heróis são capazes de entrar “fisicamente” nesse espaço de dados para lá viver todos os tipos de aventuras (LÉVY, 2007, p. 92).

computador, relacionam-se socialmente em um contexto que possui condições particulares de interação social. Essa manifestação cultural tem no espaço virtual seu lugar de produção, mais propriamente dito no ciberespaço,

O termo “Ciberespaço” pode ser definido como o lócus virtual criado pela conjunção de diferentes tecnologias de telecomunicação e telemática, em especial, mas não exclusivamente, as medidas pelo computador. É importante sublinhar que essa definição não circunscreve o Ciberespaço às redes de computadores, mas sim percebe como suas instâncias diferentes aparatos de telecomunicação, desde tele-conferências analógicas, passando por redes de computadores, “pagers”, comunicação por rádio-amadores (GUIMARÃES JR, 1999 p. 2).

A cibercultura passa a ser, portanto, uma categoria ou uma produção cultural de troca de informações, trocas simbólicas e interação social, circunscrito em um novo campo de encontro habitado por diferentes agentes sociais, que tem no ciberespaço o local onde essas relações são realizadas gerando a cibercultura.

As relações engendradas no ciberespaço em que está inserido a cibercultura já possuem ferramentas próprias para a sua análise e o desenvolvimento de pesquisas concernentes a esses espaços; e nessa perspectiva a antropologia passa a ser uma disciplina capaz de colaborar e muito com o empreendimento de trabalhos nesses novos campos, para Guimarães Jr:

O ciberespaço, ao constituir-se em um novo espaço de sociabilidade, acaba gerando novas formas de relações sociais, com códigos e estruturas próprias. Acredito que estes novos códigos não são completamente inéditos, mas sim uma reformulação e uma ressemantização das formas conhecidas de sociabilidade, adaptadas às novas condições, tanto de espaço/tempo virtuais, quanto de agentes sociais dinâmicos, cuja capacidade de metamorfose (Velho, 1994) é levada às últimas conseqüências. A antropologia, com seu suporte teórico orientado para a identificação de representações sociais, é uma disciplina que se adequa à tarefa de deslindar estes novos códigos (GUIMARÃES JR, 1997 p. 5).

Essa resistemização das ferramentas teóricas e metodológicas da antropologia para a pesquisa na cibercultura pode ser de grande valor para o desenvolvimento de trabalhos nesse campo social. Uma dessas adequações já é realizada por pesquisadores das ciências sociais em geral e das áreas de comunicação, que tem na netnografia um desdobramento da etnografia clássica (MONTARDO; ROCHA, 2005).

Esse aparato teórico metodológico vem sendo realizado de acordo com o que se fazia nas primeiras incursões antropológicas nas chamadas alteridades. Mesmo sendo uma interação que tem muitas vezes a internet como mediadora, a idéia principal que norteia esse tipo de trabalho é a de interagir com os pesquisados, seja pelo contato direto ou pelo contato via ciberespaço. Dessa forma, a questão relacionada no que tange ao deslocamento ou não deslocamento do pesquisador até a área estudada, não é percebida como um problema, visto que a facilidade que a tecnologia proporciona ao homem nos dá certa comodidade. Ou seja, esse tipo de pesquisa, abre precedente, dando ao pesquisador a decisão de qual das duas formas de interação é para ele a melhor opção para o desenvolvimento de sua pesquisa (MONTARDO; ROCHA, 2005).

A adaptação em torno da etnografia tem grande validade para a análise das relações intermediadas pelo computador, segundo Kozinets (1997):

A netnografia é definida como um método de pesquisa derivado da técnica etnográfica desenvolvida no campo da antropologia e, costuma-se dizer que a netnografia tem conhecido um crescimento considerado devido à complexidade das experiências da sociedade digital. Esse método é constantemente utilizado por pesquisadores das áreas da comunicação, do marketing, da antropologia e da sociologia (Apud, MONTARDO; ROCHA, 2005 p. 13).

As relações engendradas no campo do ciberespaço que criam a cibercultura passam a ser, portanto, passíveis de serem estudadas e compreendidas pelos pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, entre elas as ciências sociais. Isso porque, apesar de se estabelecerem pelo intermédio de uma máquina, elas são conduzidas e manejadas por um ser humano dotado de sensações, orientações culturais e sociais, sem as quais não haveria sentido em se ter um espaço que não fosse voltado para a instrumentalização e direção da mente humana e suas ações sociais. O mundo é virtual e complementa o real (GUIMARÃES JR. 1999), mas é somente através dos agentes sociais e de sua ação ao utilizar os computadores ou outras tecnologias para acessar o ciberespaço, que elas passam a ter algum sentido e a produzir significados, e dessa forma, ganhar legitimidade. Não se trata aqui de humanizar as máquinas, ou tratar esses mecanismos como objetos capazes de operacionalizar-se sozinho. Pelo contrário, a idéia é a de priorizar e dar relevância para aquele que consome seu conteúdo e para aquele a quem é dirigido toda sua sistematização e sua produção: o homem.

E para produzir conhecimento nesse novo campo as ciências sociais podem atuar nessas áreas de sociabilidade não somente com a readequação da etnografia propriamente



dita, mas também com os mais diversos métodos e teorias concernentes aos paradigmas antropológicos e sociológicos como, por exemplo, a antropologia interpretativa representada nessa dissertação por Geertz e Thompson.

No que concerne ao desenvolvimento dessa dissertação, procuramos analisar o discurso que foi inscrito nos chamados blogs<sup>9</sup>. Esses campos geradores de sociabilidade estão circunscritos também no que denominamos acima de ciberespaço.

O primeiro blog foi criado por um estudante chamado Justin Hall no ano de 1997 (THOMPSON, 2006; apud, MONTARDO; PASSERINO, 2006). No início de sua história os blogs funcionavam como filtros e links para outras páginas na internet, e já expressavam as opiniões de seus donos e seus sentimentos com relação a algum tema específico. Sua popularização veio no ano de 1999, quando foram lançados primeiramente a Pitas<sup>10</sup>, e posteriormente a Pyra<sup>11</sup>, o Blogger, e a Groksoup<sup>12</sup>, que são ferramentas de fácil manuseio para se criar os blogs (MONTARDO; PASSERINO, 2006).

Os blogs funcionam como um meio de comunicação muito interativo, pois as informações que são postadas nas páginas são compartilhadas com outros usuários além de seu proprietário, onde os internautas podem compartilhar suas idéias a respeito do tema que foi colocado na postagem: “As postagens constituem o corpo principal do blog no qual seu proprietário insere suas reflexões” (MONTARDO E PASSERINO, 2006).

Os blogs ao qual nos remetemos para a coleta de dados que diz respeito a esse trabalho, foram três: Blog do Rigon<sup>13</sup>, Ozai<sup>14</sup> e Edson Lima<sup>15</sup>. Essa escolha não se deu de uma maneira arbitrária, esses blogs foram escolhidos por serem propriedade de moradores da cidade de Maringá, local onde discorreremos sobre a questão das relações raciais; eles têm em suas postagens uma grande parte de questões voltadas para o debate de problemas do próprio município, e foi onde encontramos uma maior quantidade de questões e discussões acerca do tema das relações raciais no município estudado. Chegamos a selecioná-los como os fornecedores dos dados aqui obtidos depois de meses pesquisando blogs de Maringá e região, onde selecionamos uma quantidade de material considerável para análise nessa pesquisa. Podemos ressaltar que muitos blogs visitados não continham qualquer tópico ou discussão

---

<sup>9</sup> Os blogs também são espaços de comunicação e interação mediados por computador.

<sup>10</sup> Disponível em <http://www.pitas.com>

<sup>11</sup> Disponível em <http://www.pyra.com>.

<sup>12</sup> Disponível em <http://www.groksoup.com>.

<sup>13</sup> [www.angelorigon.blogspot.com](http://www.angelorigon.blogspot.com)

<sup>14</sup> [www.antonio-ozai.blogspot.com](http://www.antonio-ozai.blogspot.com)

<sup>15</sup> [www.odiariorio.com/blogs/edsonlima](http://www.odiariorio.com/blogs/edsonlima)

referente a questões que envolvessem qualquer tipo de tema que deliberasse sobre os problemas das relações raciais, tanto em Maringá quanto no resto do país.

A origem ou história de cada blogueiro não foi tratada como relevante para o desenvolvimento dessa dissertação nem mesmo a de seus usuários, pois entendemos que se orientássemos a pesquisa para essa direção, poderíamos desviar o foco que procuramos com esse trabalho. Ao acessar as suas páginas eletrônicas o fizemos com o intuito apenas de recolher e analisar as postagens inscritas por seus usuários sobre o tema que diz respeito a população negra em nosso país para, a partir disso, amparado por um arcabouço teórico e metodológico das ciências sociais, interpretar os discursos e avaliar se deles discorre algum tipo de retórica racista ou preconceituosa.

## 2.1. O campo virtual como complemento da realidade.

Apesar de o ciberespaço gerar características particulares e próprias no que tange a pensar esse campo virtual como um meio de interação social (GUIMARÃES JR, 1999), não é à cibercultura que nós iremos recorrer para a realização dessa pesquisa.

Entendemos que mesmo que ela possa engendrar elementos constitutivos próprios, ela não deixa de refletir e de ordenar o pensamento e a atitude daqueles que a utilizam para manifestarem suas opiniões, e, por conseguinte, mostrar sua posição sobre determinado tema.

Para Guimarães Jr. (1997) esses espaços geram novos elementos nesses campos semânticos, porém não inéditos. Esses mecanismos possuem relação com as ações sociais construídas antes do ciberespaço, no mundo concreto. A cibercultura passa a ser, portanto, uma adaptação de antigos elementos a novas formas de sociabilidade. Conseqüentemente, não reflete algo particular que existe apenas no ciberespaço, elas dizem respeito primeiramente a mecanismos criados e socializados fora da cibercultura: “O virtual que ocorre na internet depende, fundamentalmente, do tipo de comunicação experimentado pelos homens que operam esses computadores” (JUNGBLUT, 2004). Dessa forma, procuramos interpretar os dados coletados de acordo com o que se estabelece como sistemas de significação que são apreendidos e socializados primeiramente fora desse campo social, em nosso cotidiano.

São os elementos que dizem respeito à concepção que reflete a idéia formada fora do ciberespaço, que é de nosso interesse, e não os que são readequados e incorporados a cibercultura.

Muitos pesquisadores que tem como objeto de pesquisa as relações mediadas pelo computador (GUIMARÃES JR; LÉVY), acreditam que esses espaços acabam que por produzir um novo campo onde são engendradas e construídas relações sociais e culturais que são uma complementaridade do que chamamos de mundo real:

Pierre Levy argumenta que o virtual não se opõe ao real, mas sim que o complementa e transforma, ao subverter as limitações espaço temporais que este apresenta. Desta forma o virtual não seria o oposto do real, mas sim uma esfera singular da realidade, onde as categorias de espaço e tempo estariam submetidas a um regime diferenciado (Apud, GUIMARÃES JR, 1999 p. 2).

Essas produções não são limitadas por uma estrutura que diz respeito apenas ao ciberespaço, elas devem ser entendidas também como um mecanismo de dinamização das relações que são realizadas primeiramente no mundo concreto: “O virtual não substitui o real, ele multiplica as oportunidades para atualizá-lo” (LÉVY, 2007).

Uma opinião acerca da questão, por exemplo, das cotas “raciais”, não é uma característica peculiar ao ciberespaço, ela reflete uma posição (seja ela favorável ou desfavorável) que tem como premissas logicamente articuladas uma tomada de decisão em consequência de dados e experiências reais, do dia a dia, não de uma concepção que foi gerada a princípio, pelo contato com o mundo virtual e, conseqüentemente, a cibercultura. Em nosso entendimento, alguns elementos que são readequados e produzidos dentro do ciberespaço, não mudam de uma maneira que faz com que esses mesmos elementos percam suas características concernentes ao mundo fora do ciberespaço:

O virtual, dessa forma, não implica desrealização, pois muitos dos atos produzidos pelos mecanismos de virtualização são fatos sociais concretos, já que produzem efeitos na realidade e, assim, não pertencem ao reino do imaginário, não desaparecem do universo das ações sociais tão logo sejam desligados os mecanismos tecnológicos que permitiram sua existência “virtual”. Falas digitalizadas que ocorrem no ciberespaço podem desaparecer como sinais magnéticos momentaneamente armazenados em alguns computadores, mas os efeitos concretos destas falas não desaparecem na mente dos interlocutores que as mantiveram, nem as decisões no mundo off-line que possam ser tomadas em função delas. Por fim, é de se perguntar se isso ocorre exatamente da mesma forma em nossas conversas face a face? As conversas face a face não se esvanecem no ar tão logo tenham ocorrido? E, se assim o é, existe alguém que se arriscaria a afirmar, em sua consciência, que elas pertencem ao reino imaginário (JUNGBLUT, p. 3, 2004).

Compartilhamos da idéia de que esses novos campos sociais criam e adaptam elementos que antes pertenciam ao mundo fora da internet, gerando uma cultura própria que circunscreve esse espaço. Todavia, entendemos que muitas acepções que são introjetados nesse meio não deixam de refletir a concretude das relações e representações sociais que dizem respeito ao mundo fora do ciberespaço. Muitos internautas que escrevem e participam dos debates em blogs, manifestam e divulga aquilo que representa sua opinião fora desse sistema, elas não deixam de ser objetivas, no sentido de assumir sua real posição sobre determinados assuntos tratados fora da internet, como por exemplo, o do tema pesquisado nessa dissertação.

A cibercultura é que complementa nosso horizonte vivido primeiramente fora do ciberespaço, e não o contrário: “A cibercultura ganha à vida no dia a dia, dinamizando o imaginário contemporâneo e concretizando-se em práticas” (MONTARDO; ROCHA, 2, 2005 p. 2). Mesmo que para muitos o ciberespaço possa gerar mais sentido do que o mundo fora dele, não podemos esquecer que é a partir desse mundo real que podemos nos relacionar no ciberespaço, e não o contrário.

Portanto, o ciberespaço e a cibercultura são mecanismos que geram elementos que podem ser interpretados como sendo engendrados em dois contextos que, podem ser pensados através de duas formas: Em uma perspectiva que procura filtrar apenas o que pode estar mais relacionado ao mundo fora da internet, lançando um ponto de vista que privilegie compreender determinados elementos como sendo reflexos de imagens assentadas fora do ciberespaço; e em outra que por um ângulo oposto pode dar relevância às peculiaridades que foram produzidas dentro do mundo virtual, tendo como proposta a análise dessas aferições contextualizadas dentro da cibercultura, e não fora dele.

Para o empreendimento desse trabalho, optamos por uma interpretação desses mecanismos simbólicos, orientados pela primeira opção. O que queremos é trazer a tona os valores que compunham as produções das representações<sup>16</sup> da população de Maringá e região sobre a população negra, que possam dar conta de explicar sua posição sobre esse grupo; opinião essa que concerne à realidade fora do mundo virtual, e não às peculiaridades reelaboradas e contidas no ciberespaço. Desse modo, para essa pesquisa recorreremos ao

---

<sup>16</sup> A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnadas. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, a substância simbólica que entra na elaboração, e por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos corresponde a uma prática científica e mítica (MOSCOVICI, 1978, p. 41).

ciberespaço apenas para coletar os discursos que nos serviram como dados de interpretação e análise, e dar relevância ao conteúdo que é passível de ser compreendido fora dele.

Os discursos que foram inscritos nos blogs e que estão expressando a opinião de moradores da cidade em relação à instituição ou não de um feriado no dia que se comemora a consciência negra, sustenta uma opinião a respeito de um tema que se refere a uma decisão tomada fora do ciberespaço. Ao deliberar sobre essa questão tendo como instrumentos de uso o computador, e a internet através das suas interfaces<sup>17</sup>, o agente social corrobora com a propagação desse meio de sociabilidade, todavia, sua posição quanto ao tema tratado não deixa de refletir sua posição fora dele, por ter como mediador o ciberespaço. Ao utilizar o computador e interagir com outras pessoas por esse meio, ele não deixa de agir tendo como referência outro sujeito que também está participando do debate. O sentido empregado para a realização de tal ação, não perde seu caráter social, e é justamente esse sentido que para nós importa.

Mesmo recriando e readaptando vários elementos que antes faziam parte apenas do mundo fora do ciberespaço, o internauta não perde seu caráter de agente social agindo como um sujeito que fala do mundo real e, para o mundo real. Sua ação é geradora de uma dicotomia, que pode ser avaliada por dois ângulos um de dentro e outro de fora da cibercultura.

Se recorrermos a Thompson (2009), a cibercultura pode ser entendida como um instrumento de transmissão cultural, que apesar de suas peculiaridades internas ao ciberespaço, e de ser um meio de comunicação mais interativo que seus predecessores, pode ser até certo ponto comparada a outros meio de comunicação como a televisão o rádio ou os jornais.

No próximo capítulo da dissertação, faremos um levantamento histórico sobre a formação da cidade de Maringá, município onde habitam a maioria dos internautas que postaram suas opiniões nos blogs pesquisados.

---

<sup>17</sup> Usamos aqui o termo “interfaces” para todos os aparatos materiais que permitem a interação entre o universo da informação digital e o mundo ordinário (LÉVY, 2007, p. 37).

**Maringá**

### 3. Maringá

A cidade de Maringá<sup>18</sup>, local que serviu como campo para a realização dessa pesquisa, tem sua data de fundação oficial no dia 10 de maio de 1947. Antes de ser emancipada essa localidade pertencia ao município de Mandaguari, cidade localizada a pouco mais de setenta km de onde hoje, está situada Maringá (LUZ, 1995).

**Figura 01:** O Estado do Paraná e a sua regionalização, 2004.



**Fonte MACHADO, 2004:48. Organizado por Moro, D. A., e preparado por Carvalho, L. D. M. de 2000.**

Esse município surgiu de um dos loteamentos da empresa de colonização Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empreendedora de origem inglesa que adquiriram diversos lotes de terra no norte do estado, onde seriam negociados diversos “pedaços de terra” que seriam vendidos principalmente para o cultivo do café. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a colonizadora inglesa foi revendida para investidores paulistas e passaria a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Essa empresa foi à principal

<sup>18</sup> Na figura 01 podemos localizar o município citado.

responsável pela reocupação<sup>19</sup> de todo o norte novo do estado, fundando diversas cidades que hoje compõem a região norte e nordeste do Paraná (LUZ, 1995).

Segundo France Luz (1995), a chamada terra roxa que é um tipo de solo propício a cultura do café foi quem atraiu a atenção dos investidores, pioneiros e trabalhadores em geral que aqui vieram para se instalar e ajudar no desbravamento dessas localidades. Logo, a lavoura do café foi um dos atrativos que atraiu muitas pessoas interessadas na compra desses lotes:

O café foi o principal fator da ocupação e polarização econômica das terras do Norte do Paraná e da microrregião de Maringá. Promoveu o povoamento de uma vasta área, antes coberta de florestas. Foi o responsável pela explosão demográfica ocorrida no Paraná e pela incorporação de um setentrão à economia estadual e nacional (LUZ, 1995, p. 121).

Além do cultivo do café que atraía pessoas de todo o país, mas principalmente do próprio Paraná, a localização geográfica privilegiada em que estava assentada a região de Maringá, ajudou a fazer com que essa cidade se tornasse um dos principais núcleos urbanos fundado pela CMNP. Com suas terras férteis, essa região tinha uma área de influência agrícola de 300.000 alqueires (LUZ, 1995).

Maringá e o norte novo do estado contaram também, com outros fatores para a sua rápida colonização, para France Luz: “Outro fator que ocorreu para a rápida expansão agrícola e povoamento dessa parte do setentrão paranaense foi à continuidade da construção da estrada de ferro, incorporada pelo governo federal em 1944, até Guaíra” (LUZ, 1995), corroborando, portanto, com um movimento que não é peculiar ao crescimento apenas de Maringá, mas também de outras regiões no Brasil:

Desse modo, nas regiões onde é implantado um sistema de ferrovias e, depois de estradas de rodagem, as indústrias ligadas ao consumo tendem a florescer, sobretudo onde a vida agrícola não é um obstáculo à distribuição da riqueza, e paralelamente a população urbana cresce de maneira mais rápida (SANTOS & SILVEIRA, 2002 p. 251).

Com relação ao nome dado a cidade ele foi retirado de uma música composta em 1931 por Joubert de Carvalho, cujo título era Maringá; essa canção segundo France Luz:

---

<sup>19</sup> Utilizaremos o termo de reocupação por entendermos assim como Nelson Dacio Tomazi (1999), que essa região já era habitada por sociedades indígenas e outros grupos humanos antes da chegada da companhia.



Retrata o drama das secas do nordeste e a história de uma migrante, a cabocla Maringá (contração de Maria do Ingá). Como essa canção era muito popular na época em que se desbravava o norte do Paraná, quando os diretores da CMNP se reuniram para decidir sobre o nome que lhe seria dado, a senhora Elizabeth Thomas, esposa de um dos diretores, senhor Arthur Thomas, sugeriu que fosse dado esse nome à cidade. A sugestão foi imediatamente aceita e por essa razão Maringá foi cognominada posteriormente “Cidade Canção” (LUZ, 1999 p. 125).

Quando nos referimos a essas regiões como sendo denominadas de norte novo, o fazemos pelo fato de que a região mais ao extremo norte do estado do Paraná já tinha sido reocupada, e dessa forma, já haviam cidades fundadas há mais tempo nessa área do que na localidade onde hoje estão às cidades de Maringá, Paranavaí, Mandaguari, Umuarama, etc. (GONÇALVES, 1999).

A região onde hoje está localizada a cidade de Maringá teve na sua implantação um propósito de que juntamente com Londrina<sup>20</sup>, se formassem dois municípios que pudessem polarizar e dividir a liderança regional:

A empresa colonizadora reservava na zona central de sua extensa gleba, um local privilegiado para o estabelecimento de uma cidade que polarizaria a parte mais ocidental de suas terras, dividindo com Londrina a liderança regional, dessa forma, como centro propulsor de progresso para uma vasta e promissora área agrícola (LUZ, 1999, p. 124).

Tantos fatores positivos que eram atribuídos à colonização do norte novo do estado, fizeram com que muitos proprietários de terras de outras regiões viessem para essas localidades em busca de “melhorar de vida” ou mesmo “fazer fortuna”. A maior parte de lotes rurais onde hoje está situada a cidade de Maringá, entre os anos de 1938 e 1973 foram, segundo France Luz (1995), comprados por moradores do próprio estado do Paraná, com um percentual de 72,9%. Atrás dos paranaenses estavam compradores de diversas regiões, entre eles os mineiros com 27,0%, e os paulistas que somavam um total de 24,4%.

No que diz respeito a esse processo de implantação das cidades nessas regiões, existem muitos trabalhos acadêmicos e jornalísticos que mostram a colonização do norte novo do Paraná, como um processo de reocupação que se deu de forma um tanto pacífica e harmoniosa, reproduzindo o ponto de vista que era transmitido pela Companhia

---

<sup>20</sup> Essa cidade é a segunda maior do estado e, juntamente com Curitiba e Maringá, formam as três maiores e mais importantes cidades do Paraná.

Melhoramentos Norte do Paraná (GONÇALVES, 1999). Todavia, existem outras tantas pesquisas que mostram como essa reocupação se fez por meio de um processo de violência e conflitos para a obtenção da posse dessas terras (TOMAZI, 1999).

A estratégia adotada pela CMNP era a de produzir uma publicidade positiva em relação aos municípios que estariam sendo implantados nessas localidades, mostrando através de seus anúncios Brasil afora, a idéia de que o norte novo do estado do Paraná seria o novo “eldorado”, a nova “terra prometida”, onde se plantando tudo cresce (GONÇALVES, 1999). Para poder passar essa imagem que, conseqüentemente, pudesse atrair mais e mais compradores e investidores, qualquer tipo de conflito que fosse relacionado a essas regiões deveria ser rechaçado e ocultado (TOMAZI, 1999).

Entretanto, há trabalhos produzidos sobre a colonização do norte novo do estado do Paraná, que mostram justamente o contrário<sup>21</sup> dos trabalhos que tiveram como leitura principal a visão que a CMNP queria transmitir sobre seu empreendimento na colonização dessas regiões. Esses trabalhos mostram os conflitos e as lutas existentes no processo de colonização das cidades localizadas nessas áreas.

Para Nelson Dacio Tomazi (1999), o histórico de lutas pela posse de terras no estado do Paraná vem de muito tempo. Para esse autor:

A questão das terras do Paraná, e mais especificamente na sua região norte, desde o século passado, sempre esteve eivada de problemas vinculados à posse/propriedade efetiva da terra. Nesse período, existiam milhares de posseiros com suas roças e ranchos, os quais lutaram pelo domínio pleno da terra que ocupavam desde há anos, contra terceiros, geralmente pessoas e famílias ricas que viviam nas cidades e que se utilizavam dos mais variados expedientes (inclusive a “grilagem” de terras, bem como pistoleiros e “jaguços”) para manter os seus domínios. De sorte que muitos capítulos da história da (re) ocupação da terra do Paraná, neste século, foram escritos com fogo e sangue; basta lembrar os movimentos de posseiros que ocorreram em Jaguapitã e Porecatu, no início da década de 1950. A questão das terras na região norte do estado do Paraná, portanto, não é uma questão pacífica como muitos querem afirmar (TOMAZI, 1999, p. 67).

Há indícios de que a própria companhia utilizava de artifícios violentos para expulsar os agrupamentos humanos que residiam nas localidades onde a empresa colonizadora iria

---

<sup>21</sup> Ver: DIAS, Reginaldo Benedito & GONÇALVES, José Henrique Rollo, (org). Maringá e o Norte do Paraná. EDUEM. Maringá, 1999.

estabelecer seu empreendimento, o que era veementemente negado pela companhia (TOMAZI, 1999).

Houve nessa época uma intensa migração de trabalhadores de todo o Brasil para essas localidades, porém, com o passar dos anos, muitos desses trabalhadores que chegaram nessas regiões e ajudaram a desbravar e a derrubar a mata até a década de 1960 (e que foram de grande importância para a reocupação dessas localidades), foram expulsos dessas terras, pois já na década seguinte, começaram a ter seus serviços dispensados: “O capital não necessitava mais deles em tão grande proporção nesta região [...] Iniciava-se assim o processo de exclusão” (TOMAZI, 1999). Conseqüentemente:

No final da década de 70 foram expulsos da região 1.134.612 pessoas da sua zona rural, sendo que houve um incremento na população urbana de 592.193 pessoas. O saldo de 542.419 pessoas significa que pelo menos essas foram expulsas da região. População igual às duas maiores cidades da região. A maior parte desses excluídos expulsos das terras do Paraná foram aqueles que estavam em sua região norte, aquela que tinha sido a mais rica nas décadas anteriores (TOMAZI, 1999, p. 82).

Para o autor, esse processo ajudou a expulsar uma grande quantidade de pessoas que ajudaram no crescimento e na reocupação dessas regiões.

### 3.1. A expansão urbana.

Concebida como uma cidade planejada, Maringá teve em seu início de colonização, o desenho de um projeto que tinha como meta distribuir e organizar a cidade em áreas que fossem delimitadas e traçadas por um plano urbanístico que reproduzisse as idéias da empresa colonizadora:

Desta maneira, o planejamento e o tipo de ocupação do espaço do núcleo urbano refletiram a filosofia da colonizadora, voltada para a obtenção de lucros e para a implantação de uma cidade de modo empresarial, na qual se fazia notar a divisão de classes da sociedade capitalista (LUZ, 1995, p. 138).

Logo, a planta da cidade foi constituída prevalecendo uma lógica de mercado, onde havia uma distribuição das localidades dos bairros de acordo com sua função, sendo que deveria haver bairros residenciais, residenciais populares, um bairro industrial, um operário e outro para o estabelecimento de armazéns (LUZ, 1999).

Essa segregação característica da fundação da cidade de Maringá já revela o quanto esse município tem em seu substrato organizador, uma estrutura que visa manter as distâncias sociais e culturais, invertendo as premissas que caracterizam uma sociedade plural e democrática (RODRIGUES, 2004).

Essa configuração do território maringaense enquanto uma localidade que foi (e continua a ser), pensada como uma região que tem em seu intuito a separação dos grupos sociais, passa a ser um dos fatores para refletirmos sobre como foi construída a identidade dos moradores dessa cidade. Esse “planejamento urbano” que tende a segregar os grupos nesse município revela, em seus traços urbanísticos algo que perpassa a natureza da materialidade das construções e de suas vias. Dessa forma, procuramos por meio disso interpretar nesse capítulo: “A interdependência e a inseparabilidade entre materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, Isto é o trabalho e a política” (SANTOS, 2002).

Tendo como intuito de sua colonização uma cidade feita para ser consumida, no sentido de que, a empresa responsável por sua organização, teve como meta estabelecer um empreendimento para a obtenção de lucros na venda se seus lotes, Maringá foi então tratada como tal, ou seja, um produto a ser comercializado. Contudo, o município deveria apresentar-se como uma cidade “limpa”, progressista e organizada.

Para isso foi realizado o que Paulo Fernando de Souza Campos (1999), denominou como sendo uma campanha de “higienização” na década de 1960 em Maringá, onde cabia ao poder público retirar da cidade toda e qualquer figura que pudesse ser caracterizada como sendo de pessoas despossuidoras de moral:

Figuras como as mulheres de baixo mundo, desordeiros, gatos oportunistas, mendigos profissionais, menores abandonados, delinquentes juvenis, play-boys e play-girls, enfim, desajustados de toda ordem passaram a ocupar os espaços públicos e privados da cidade esquadrihada. Esses personagens, homens e mulheres empobrecidos dados às vicissitudes da modernização agrária, provocada pela penetração do capitalismo no campo, foram sendo considerados como um mal a ser extirpado e, nesse contexto, alvos móveis de políticas castradoras que empunham a ordem e alimentavam o desejo de progresso (SOUZA CAMPOS, 1999, p. 318).

Essa constatação demonstra como que desde sua fundação e formação inicial, o imaginário social dos habitantes da cidade de Maringá está atrelado a uma concepção conservadora e totalitária, se revelando desde esse período como uma cidade tradicional, reproduzindo modelos que caracterizam um comportamento antidemocrático.

Essa retomada do passado histórico da cidade é importante, pois ela nos mostra como foi pensada a ação daqueles agentes que possuíam algum tipo de influência na sua organização estrutural e social, haja vista, que:

O território em si mesmo, não constitui uma categoria de análise ao considerarmos o espaço geográfico como tema das Ciências Sociais, isto é, como questão histórica. A categoria de análise é o território utilizado [...] O território revela também ações passadas e presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso não pode ser entendida sem a outra (SANTOS, 2002 p. 247 – 248).

Partindo desse pressuposto em que o local exprime uma espacialidade que não está descolada da ação dos agentes que a constroem, Maringá já demonstrava em sua fundação indícios claros de uma construção identitária, calcada num paradigma menos pluralista em se tratando de diferentes grupos que compõem sua localidade, isto é:

Toda espacialidade exprime a pertença a um nós, que se constrói e se manifesta em recortes territoriais. O espaço de pertença resulta do conjunto dos recortes que especificam a posição de um ator social e a inserção de seu grupo de pertença num lugar, o espaço de referência define o sistema de valores espaciais em que se inserem esses recortes e organiza a relação do aqui com o alhures (BOURDIN, 2001 p. 33).

Apesar do pouco tempo de história desse município, seus moradores já tinham introjetado em seu imaginário concepções claras de como deveria ser o comportamento das pessoas consideradas de “bem”, onde seu lugar de pertença está relacionado a uma sistematização voltada para ideais elitistas e conservadores. Esse modelo ainda nos dias de hoje orienta e caracteriza a representação de uma grande parcela da população desse município:

O local coloca em forma o mundo da vida diária, sendo ele próprio fundador da relação com o mundo do indivíduo, mas igualmente da relação

com o outro, da construção comum do sentido que faz o vínculo social (BOURDIN, 2001 p. 36).

Conseqüentemente, os moradores de Maringá constroem sua relação com o local e com o outro, a partir de um paradigma comportamental, que é constituído a partir de uma concepção menos democrática e mais elitista e conservadora do mundo social.

Contudo, é a figura do chamado pioneiro que vai constituir uma simbologia acerca da imagem dos verdadeiros “construtores” dessa cidade. Símbolo máximo do herói que desbrava a mata “virgem”, essa figura tem um significado tão importante na história desse município que em 1972, o poder público municipal outorgou uma lei que dá o título de pioneiro a todos que residiram aqui no período de 1940 até 1950 (LOPES LEAL, 1999). Essas figuras são sempre lembradas na cidade de Maringá, basta locomover-se por sua região para localizar ruas, avenidas, praças e até pontes batizadas com nomes dos chamados pioneiros. Pelo menos isso ocorre em regiões mais bem localizadas e mais nobres da cidade, visto que uma grande maioria de bairros populares e periféricos de Maringá recebe os nomes de suas ruas derivados de rios ou mesmo de animais. Entenda-se aqui como pioneiro não somente aquele que ajudou a fundar a cidade, mas aquele que acumulou capital suficientemente para poder se estabelecer e residir nessa localidade, conseguindo certo prestígio social e econômico.

Esse movimento de “moralização” ou “higienização” era consubstanciado pela mídia local que publicava em suas páginas matérias diárias denunciando como a cidade estava sendo tomada por elementos incomuns que não condiziam com a respeitável população da “bela” cidade:

Na elaboração do imaginário social, alguns representantes da imprensa local passaram a veicular artigos e matérias de primeira página onde dizia que a “bela e pujante cidade do norte paranaense” estava sendo invadida por figuras incomuns, que não estavam prescritas a habitarem os espaços ainda indefinidos, porém, previamente estabelecidos na prancheta urbanista. A imprensa, desde então, se fez porta voz dos ideais higienizadores que passaram a compor politicamente o cotidiano da cidade no período (SOUZA CAMPOS, 1999, p. 319).

A campanha da imprensa local que dava ênfase às idéias elitistas e discriminatórias frente à população mais carente é de suma importância para a propagação de um imaginário social estruturado por fortes valores segregacionistas:

A dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo. Agravam-se diferenças e disparidades, devidas, em parte, aos novos dinamismos e outras formas de comando e dominação. Onde carregava a indústria esse papel motor, agora é a informação que ganha tal poder (SANTOS, 2002, p. 253).

Com essa campanha de higienização, os trabalhadores desqualificados se viam plenamente prejudicados, pobreza e marginalidade eram constantemente relacionadas, aqueles homens e aquelas mulheres que não possuíam uma profissão e viviam a deriva eram constantemente denominados de vadios e vagabundos, aqueles que não tinham trabalho: “Estavam como que impossibilitados de habitar os espaços regrados da malha urbana e, portanto, deveriam ser extirpados” (SOUZA CAMPOS 1999), pois eles representavam o atraso e, dessa forma, atrapalhavam o “progresso avassalador da cidade”.

O governo municipal passa então, a atuar diretamente sobre os costumes e os modelos comportamentais das pessoas mais pobres, operacionalizando os códigos de conduta que divergiam daqueles que eram adotados pela população mais elitizada. Os indivíduos cujo comportamento se distinguia das regras morais estabelecidas como sendo as mais apreciadas pela “elite maringaense”, passaram a ser perseguidos em nome do bem coletivo (SOUZA CAMPOS, 1999). Nesse sentido a imprensa local atuava como um mecanismo opressor e normatizador da vida social:

Apresentados cotidianamente, esses quadros revelam a posição assumida pelo jornal local: a de porta voz da burguesia maringaense que, formada pelos novos ricos do café, buscavam orientar as opiniões e, em última instância, formar consciência (SOUZA CAMPOS, 1999, p. 322).

Os mecanismos que procuram segregar e separar as pluralidades dentro da cidade de Maringá, não se limitou apenas as normas de moralização dominante, pois como já foi dito o próprio desenho urbanístico da cidade postulava essa segregação. Dessa forma, Maringá representa a consolidação de um movimento contrário ao que foi observado por estudiosos da Escola de Chicago nas grandes cidades dos Estados Unidos, que foram descritas como sendo:

O Cadinho das raças, dos povos e das culturas e o mais favorável campo de criação de novos híbridos biológicos e culturais. Ela não só tolerou como recompensou diferenças individuais. Reuniu povos dos confins da terra porque eles são diferentes e, por isso, úteis uns aos outros e não porque sejam homogêneos ou da mesma mentalidade (WIRTH, 1967 p. 106).

O pretexto de afirmar que essa contrariedade se deva ao fato de Maringá ser uma cidade de porte médio (RODRIGUES, 2004), não justifica tal resposta, haja vista, que as cidades médias também não podem ser definidas como sendo pequenos territórios. Além disso, o conceito de cidade adotado por esses pesquisadores está atrelado a uma concepção que não tem como orientação principal seu tamanho e população, mas a sua organização social e política:

Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana (PARK, 1967 p. 29).

Dessa forma, a tradição dos agentes que compõem a cidade de Maringá, não procurou celebrar o “diferente”, compensá-lo como diria Wirth (1967). Pelo contrário, a intenção foi sobrepujar as aparentes distinções e torná-lo um quadro mais homogêneo, o mais parecido possível com a concepção daqueles que possuíam o poder, fosse ele institucional ou moral:

É que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral bem como uma organização física, e estas duas interagem mutuamente de modos característicos para se moldarem e modificarem uma a outra (PARK, 1967 p. 32).

No que tange ao tema desse trabalho, podemos inferir que a população negra residente no município de Maringá, não ocupa apenas as localidades mais periféricas num sentido físico, mas sua posição enquanto agente está fortemente ligada a uma periferia também no campo social.

### 3.2. Maringá e a população negra.

Maringá é conhecida por um projeto urbanístico planejado. Cidade de porte médio com uma estimativa populacional de 335.511 pessoas, numa base territorial de 488 km<sup>2</sup>, e



com um PIB per capita de 18.914 reais, estando localizada a uma distância de 430 km da capital Curitiba<sup>22</sup>.

As cidades de porte médio são apontadas nos dias de hoje como uma solução para se morar bem, segundo Rodrigues (2004):

Cidades de porte médio têm sido apontadas, repetidamente, nos dias atuais, como excelentes locais para se viver e se investir, figurando em trabalhos acadêmicos e em artigos publicados nos jornais e revistas de circulação nacional, como ilhas de prosperidade, verdadeiros eldorados. No decorrer das décadas de 1990, a imprensa descobriu a existência de um Brasil pujante, no qual cidades medias brasileiras oferecem um pouco de tudo o que as grandes capitais dispõem, sem os desconfortos que as metrópoles apresentam (RODRIGUES, 2004, p. 90).

Resultante de um projeto urbanístico planejado, Maringá apresenta elevada qualidade de vida assegurada à boa parte dos seus moradores. Sem apresentar o advento de favelamento, a noção que prevalece é de uma cidade economicamente estável e boa para se viver. Contudo, esse planejamento característico da cidade de Maringá, tem em sua gênese, num plano de ocupação espacial que reproduz um modelo urbano, segundo o qual:

A ocupação segmentada dos espaços urbanos foi definida por uma hierarquia sócio-econômica que descende do centro para a periferia constituindo, conseqüentemente, um território urbano caracterizado por processos de segregação espacial que, além da diferenciação inerente ao sistema capitalista, reserva espaços diferenciados segundo a condição de classe do morador: às elites as áreas centrais consolidadas com toda infraestrutura e equipamentos que garantem uma ótima condição de vida na cidade e, às classes de baixa renda, as áreas periféricas, sem as condições das centrais e distantes, o que dificulta, ainda, a mobilidade da população que nelas habita (RODRIGUES, 2004, p. 229).

Essa segregação que existe na cidade de Maringá está em seu projeto desde que a planta do município foi idealizada (LUZ, 1999). Esse mecanismo mostra como a população com menor poder aquisitivo é levada a viver nas regiões mais pauperizadas e com menor qualidade de vida (RODRIGUES, 2004). Sendo assim, podemos dizer que:

Os ricos desenvolvem em relação aos pobres uma prática de avaliação social: a mistura, o diferente deve ser evitado, pois é perigoso: esta evitação é o inverso da expansão e consolidação da cidadania que supõe também o reconhecimento e a aceitação da diferença. Sem o que o conflito não é

---

<sup>22</sup> Dados obtidos no site do IBGE, acessado no dia 5/02/2010.

superado pela negociação, mas pelo arbítrio, discriminação e violência dos mais poderosos (KOWARIK, 1999, p. 142; APUD, SILVA, 2006, p. 63).

Essas regiões são consideradas como pauperizadas, pois concentram uma quantidade maior de população com menor poder aquisitivo, estão localizadas nas regiões com menos infra-estrutura e aparelhos públicos (essas áreas a que nos referimos estão localizadas nas regiões mais ao norte do município)<sup>23</sup>. A partir disso podemos inferir que a segregação espacial e a situação de pobreza estão completamente ligadas (SILVA, 2006).

Maringá possui segundo o censo de 2000, uma quantidade de população branca de 76,52%, 19,57% de população negra e parda e 3,53% de população amarela ou índia<sup>24</sup>, sendo que nessas regiões mais segregadas e periféricas é que reside a maioria da população negra do município:

A maior proporção de população branca (84,97%), está nas cinco primeiras zonas contidas no plano inicial, onde se concentra a população com mais alta renda per capita, ou seja, nas áreas mais centrais do espaço urbano maringaense (Zonas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7). A população negra ou parda para essas zonas corresponde a apenas 8,07%. Enquanto nas AEDs Requião e Olímpico – Zona Norte, localizadas no quadrante norte, limítrofe com os municípios de Sarandi e Paiçandu, a população negra ou parda é de 37,11% e 26,3%, respectivamente, e a população branca é de 62,01%, correspondendo aos bairros populares ou seja, que concentram a população de mais baixa renda, afastadas do centro e dos instrumentos sociais importantes como prefeitura, hospitais, bibliotecas, fórum etc (FERRARI; MOTA, 2009 p. 235).

Esses dados ajudam a caracterizar como a população negra continua ocupando os espaços mais segregados na sociedade brasileira como um todo, refletindo isso também na cidade de Maringá. Essa segregação parte da premissa de que:

A distribuição das residências no espaço produz sua diferenciação social e específica à paisagem urbana, pois estão na base do tipo e do nível das instalações e das funções que ligam a elas [...] Num primeiro sentido, entendemos por segregação urbana, a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia. [...] a estratificação e a segregação

<sup>23</sup> Podemos citar como exemplos, os conjuntos habitacionais Requião, Branca Vieira Conjunto Guaiapó, entre outros.

<sup>24</sup> MOURA, Rosa & RODRIGUES, Ana Lúcia (org.) Como andam Curitiba e Maringá. Letra Capital, 2009.

urbanas não são a projeção direta sobre o espaço do sistema de estratificação social, mas um efeito de distribuição de produtos entre os sujeitos. E do produto moradia no espaço, bem como da correspondência entre os dois sistemas de distribuição. Esta abordagem exige que se deduza a composição do espaço social a partir do estudo de seu processo de produção, tanto a nível das formas urbanas, quanto da distribuição dos indivíduos entre elas (CASTELLS, 1983 p. 210 – 213; APUD, SILVA, 2006 p. 65).

A população negra está localizada em sua maioria nas regiões com menos condições de moradia no município de Maringá, conseqüentemente, sua representatividade enquanto maringaense está também atrelada a de agentes sociais periféricos, reforçando a discriminação racial a qual essa população está sujeita, isto é: “Se o ser humano tem seu valor ligado ao lugar que ocupa, no caso dos negros, que tem seu valor diminuído por causa do racismo, a segregação espacial se sobrepõe ao racismo” (SILVA, 2006), acentuando dessa forma, não apenas uma privação econômica, mas também uma privação moral (SILVA, 2006). Ainda nessa direção, a autora diz que:

Essa ocupação dos piores lugares é vista com naturalidade pela sociedade. A idéia de democracia racial naturaliza o racismo; é como se a segregação socioespacial fosse natural. Bastide (1995) lembra que o negro ocupa o mesmo espaço que o branco: as praças, os jardins, o mesmo ônibus. Embora raramente um branco se sente quando um negro esta sentado ou até quando, após a sessão de cinema, descobre que está sentado ao lado de um negro, a surpresa não é tão agradável. Ele chama a atenção para a prática do paternalismo e da padrinagem como forma de manutenção do status dominante do branco e da submissão do negro, que deve permanecer em “seu lugar”, reverenciando a elite dominante (SILVA, 2006, p. 70).

No que diz respeito a essa segregação, esse fato não está restrito apenas no município estudado, trabalhos realizados por Maria Nilza da Silva, mostram problemas similares ao que é vivenciado pela comunidade negra em Maringá, em outras regiões do Brasil como Londrina e São Paulo, segundo a autora:

A situação de pobreza e de racismo vivenciada pela população negra não é isolada, mas faz parte de um processo de desigualdade mundial, no qual as nações ricas exploram as nações pobres, através de dívidas externas, do protecionismo etc., e ainda, através da difusão das idéias racistas que grassam no mundo inteiro, entre brancos e negros, e especialmente através das disputas entre grupos étnicos, num mesmo país (SILVA, 2006, p. 56).

Em relação à participação da população negra na construção do município estudado, em investigação feita junto a Divisão de Patrimônio Artístico e Histórico de Maringá (DPAHM), não foi possível localizar documentos ou mesmo trabalhos que demonstrassem a contribuição da comunidade negra na formação da cidade, que segundo o representante<sup>25</sup> dessa instituição municipal foi bastante significativa. Esse caso é semelhante ao constatado por Maria Nilza da Silva em Londrina:

Diante da oportunidade de desenvolver pesquisas sobre a população negra em Londrina, um dos aspectos que mais me chamou a atenção foi à ausência do negro na história da cidade, em especial daqueles considerados os pioneiros. A cidade homenageia a cada ano aqueles que contribuíram para a colonização da região norte do Paraná e especificamente da cidade de Londrina. Contudo, os negros estão quase que totalmente ausentes, exceto pela presença de um médico, Dr. Justino Climático da Silva (SILVA, 2009 p. 4).

Dessa forma, não conseguimos localizar trabalhos que pudessem ser inseridos nessa parte da dissertação, para demonstrar qual a participação da comunidade negra na construção das cidades dessa região.

Essa questão nos remete ao fato de que no Sul do Brasil, existe uma construção acerca da história desses Estados fortemente atrelada à ideologia do branqueamento que, foi postulada pela república na virada do século XIX e início do Século XX. Nessa região prevalece ainda aquela concepção de que a presença do negro foi insignificante e praticamente inexistente. Todavia, há registros consideráveis da presença negra no sul do Brasil: “O censo de 1872 indicou que a população escrava correspondia a 9,37% da população total, ou seja, havia 14.948 escravos de origem africana na província.” (LEITE, 1996, p. 46). A província ao qual a autora faz menção é o local que hoje está situada a capital de Santa Catarina<sup>26</sup> (Florianópolis), que é considerada como uma região muito mais habitada pela população branca, do que pela população negra.

Ainda contradizendo essa afirmação de que havia poucos negros nessas regiões, existem dados que mostram a importância da mão de obra escrava na indústria de óleo de baleia no Estado de Santa Catarina, principalmente nos séculos XVIII e XIX; entretanto, pouco se sabe do destino destes escravos (LEITE, 1993).

---

<sup>25</sup> Informações obtidas em uma entrevista realizada com João Laércio Lopes Leal, chefe do DPAHM, no dia 03/02/2010.

<sup>26</sup> Esse Estado aparece como o lócus da realização do projeto de imigração para o branqueamento do país (LEITE, 1993).

Para a realização desse trabalho pudemos contar apenas com um artigo apresentado em um evento de geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL), de um jornalista da região, cuja proposta procura remontar a história de uma comunidade de “caboclos” que residiam em uma área localizada próximo ao município de Paiçandu, que faz divisa com a cidade de Maringá e que foi expropriada com a chegada da CMNP<sup>27</sup>.

Segundo Oliveira (2009):

A área de terra, onde se acha plantado o município de Paiçandu era um sertão inóspito habitado por índios e caboclos (cafuzos), estes formavam um agrupamento no local conhecido por Cemitério dos Caboclos, nas margens da estrada velha que hoje se tornou PR-323. Entre 1942 e 1944, começaram a chegar os primeiros desbravadores brancos. Eles cortavam o sertão por meio de picadas, construía casebres rústicos e formavam pequenas lavouras (OLIVEIRA, 2009, p. 9).

De acordo com o trabalho apresentado pelo autor, a comunidade de caboclos<sup>28</sup> conhecidos como sutis, teria chegado àquela região por volta de 1910 e ficado por lá até o ano de 1960 (OLIVEIRA, 2009); ou seja, eles já habitavam aquela área antes da chegada da CMNP.

Com a presença da empresa colonizadora, os sutis foram expulsos da área onde habitavam, fugindo cada vez mais mata adentro:

Acomodados em Japurá, do outro lado do Ivaí, quando perceberam a presença dos mateiros da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná foram aos poucos desaparecendo de suas aldeias, rumando em direção a Douradina, zona serrana, habitada pelos índios Xetás e para Tuneiras do Oeste, sempre fugindo da presença do homem branco (VIEIRA, 1999; apud, OLIVEIRA, 2009 p. 12).

Existem alguns indícios históricos acerca da presença dos sutis, também na cidade de Cianorte, município próximo a Maringá:

Relatos sobre a história de Cianorte (noroeste do Paraná) no site da prefeitura daquele município ([www.cianorte.gov.pr.br](http://www.cianorte.gov.pr.br)), dão conta de que os sutis também habitaram Cianorte antes da chegada do colonizador branco.

<sup>27</sup> OLIVEIRA, Airton Donizete de. Sutig: A história esquecida de um povo e sua trajetória no Norte e Nordeste do Paraná. 2009.

<sup>28</sup> Apesar de serem chamados de caboclos, segundo o autor, essa comunidade descendia de índios e negros o que os caracterizaria socialmente como sendo cafuzos e não caboclos.

Segundo o site, os sutis são descendentes do encontro entre índios guaranis da redução jesuítica “Villa Rica Dell Espírito Santo” (atual Parque Estadual, no município de Fênix) com o escravo mulçumano chamado malê proveniente da “República da Sinhara” (hoje patrimônio Histórico Permanente, com o nome de Fazenda Capão Alto) no município de Castro, sul do Paraná. Esse encontro histórico, conforme o site, documentado por Sebastião Paraná, Telêmaco Borba, Antonio Salomão, Foris Michaele, dentre outros, gerou o caboclo “Até”, localmente conhecido por caboclo sutil (OLIVEIRA, 2009, p. 8).

Descendentes da comunidade dos sutis que habitavam a região perto de Cianorte, espalharam-se por essa localidade abrindo caminhos entre as matas chamadas de “trilhas dos sutis”, esses caminhos eram utilizados para que eles pudessem se locomover e ir até a cidade para fazer suas compras. No município de Japurá que fica na região de Cianorte existe uma rua batizada como “rua dos sutis”, em homenagem aos caboclos (OLIVEIRA, 2009).

Segundo o relato de alguns (poucos) pioneiros que moravam em Paiçandu na época em que os sutis ali habitavam, a comunidade de sutis era caracterizado como um agrupamento bastante tranqüilo e pacífico, o que para alguns contribuiu com o avanço da companhia colonizadora e o desmantelamento desse grupo (OLIVEIRA, 2009).

Contudo, apesar de poucos estudos sobre essa comunidade, podemos evidenciar que a presença da CMNP (que era a empresa responsável pela reocupação dessa região), contribuiu para a extinção de uma população que foi formada no sul do estado e veio residir nessas localidades onde hoje se encontram os municípios norte e nordeste do Paraná. A chegada da empresa colonizadora fez com que essa comunidade fosse expulsa do local que habitaram por quase quarenta anos.

Além da presença da comunidade de sutis na região de Maringá, temos também alguns trabalhos que defendem a idéia de que a região norte do estado já era habitada também por sociedades indígenas Guarani, Xetá e Kaingang (TOMAZI, 1999). A presença dessas populações juntamente com os posseiros e trabalhadores rurais que residiam e já habitavam a região que mais tarde viria a ser colonizada pela CMNP, é um fator que corrobora com a idéia de que a reocupação do norte novo paranaense não foi um processo pacífico (TOMAZI, 1999).

Em relação à presença da comunidade negra na construção da cidade de Maringá, apesar da falta de trabalhos e documentos que mostrem sua presença nessa época e sua possível colaboração na fundação da cidade, existem algumas hipóteses segundo as quais, essa população não obteve muito êxito na acumulação de capital, pois muitos desses

trabalhadores negros (e também nordestinos), foram os responsáveis pelo trabalho braçal de implantação da ferrovia que corta o município de Maringá, e sendo assim, acabaram migrando para outras regiões para tentar algum tipo de mobilidade<sup>29</sup>.

Outras hipóteses acerca dessa questão indicam que, por não serem trabalhadores especializados e não possuírem um trabalho que pudesse lhes acarretar certo acúmulo de capital e de prestígio social, essa população pode ter sido excluída do município de Maringá, no período em que o poder municipal procurou “limpar” as ruas da cidade, acabando com as figuras indesejadas no município recém fundado. Vale lembrar também, que os lotes que foram adquiridos nessas regiões não eram acessíveis a qualquer trabalhador, e, além disso, era estipulado um prazo para a construção nos terrenos que eram vendidos (LUZ, 1995), o que pode ter motivado o não estabelecimento no local de alguns trabalhadores que por aqui vieram se aventurar.

Contudo, parece haver na história do estado do Paraná:

Um esforço persistente para construir a história e restituir os discursos que consideram a formação cultural a partir de pioneiros de origem européia. No caso do Norte do Paraná, onde as migrações oriundas especialmente do Nordeste são expressivas e fundamentais para a configuração da mão-de-obra das lavouras de café nos anos de 1940 a 1980, constata-se, nas histórias dos municípios, os destaques aos italianos, japoneses, alemães, ingleses, entre outros. Mas a presença do povo negro está subestimada ou mesmo apagada (SILVA, 2009, p. 6).

Em se tratando da cidade de Maringá, há uma grande ênfase na imigração da população japonesa. Segundo uma página popular da internet<sup>30</sup>, Maringá tem uma grande contribuição na sua construção de diversas etnias, entre elas: japoneses, alemães, portugueses, poloneses, ucranianos, espanhóis etc., mas em nenhum momento é citada à população negra como uma etnia que ajudou na edificação do município:

Diante da tentativa de “esconder” o negro do território nacional ao longo de todo o século XX, ficou mais evidenciado o caso do Paraná em todos os aspectos da política de embranquecimento. Nesse contexto, pode-se afirmar que, nesta região sul do país, não se tratou somente de uma tentativa, mas da concretização desta política, visto até hoje persistir a mentalidade de que o negro não contribuiu em nada para a formação do estado, por nem sequer ter existido escravidão (SILVA, 2009 p. 8).

---

<sup>29</sup> Apontamentos feitos pelo historiador chefe do DPAHM, João Laércio Lopes em entrevista realizada no dia 03/02/2010.

<sup>30</sup> A página que estamos nos referimos é a Wikipédia.

A invisibilidade atribuída à população negra tanto em Maringá quanto em Londrina, pode ser entendida como parte da política de branqueamento realizada no Brasil como um todo, “corroborando com a idéia de embranquecimento do estado do Paraná” (SILVA, 2009).

Toda essa discussão a respeito do município de Maringá nos ajudará a pensar e a introduzir o tema principal desse trabalho que, é o de produzir uma pesquisa sobre as relações raciais na cidade, e fazer uma interpretação de qual a posição dos moradores dessa cidade e da região, acerca das questões ligadas a população negra.

Na próxima parte dessa dissertação, procuraremos através dos discursos postados em três blogs, entre os anos de 2008 ao ano de 2009, analisar a fala dos moradores desse município e da região sobre a questão das relações raciais e sua concepção quanto a questões relacionadas à comunidade negra.

As posturas tomadas sobre as questões que tem como referência os negros na cidade de Maringá são as mais diversas, com posições distintas sobre os mais diferentes temas.

Procuramos desconstruir os discursos concernentes a essas posições, tendo como material de análise as postagens dos blogs que serviram como fonte de dados, apoiando-se em uma bibliografia que problematiza a presença dessa população no Brasil como um todo.

Essa pesquisa estruturou-se através dos discursos postados em sua maioria pela população de Maringá e região, haja vista que os temas discutidos nos blogs eram em sua maioria questões que envolviam essas temáticas e diziam respeito a essa região.

De uma forma geral, o que mais foi discutido nas postagens dos três blogs pesquisados no ano de 2008 e de 2009 sobre esse tema em Maringá, foi a questão que envolvia a votação do decreto sobre o dia da consciência negra como feriado em toda a cidade. Nessas discussões, o que se viu não foram apenas postagens apoiando ou indo contra a instituição do feriado. A partir desse tema, foram postadas opiniões que diziam respeito a outras questões que envolvem a população negra em nossa sociedade como, por exemplo, as políticas afirmativas, a problemática sobre o conceito de raça, a disputa por posições e espaços competitivos na sociedade capitalista, a contribuição do negro na construção do Brasil, o racismo, etc.

O que foi importante verificar, é que através da discussão sobre o estabelecimento ou não de um feriado, na data em que se comemora no Brasil o dia da consciência negra, foi possível averiguar posições sobre os mais diversos pontos que envolvem a população negra em Maringá, e conseqüentemente também no país.

Outras postagens também serviram para pensar essa questão no município: a divulgação de notícias que envolviam crimes de racismo, a intolerância religiosa e racial,



opiniões sobre a comemoração da consciência negra no Brasil, acusações de racismo na cidade pesquisada. Postagens que debatiam sobre esses temas também serviram para o desenvolvimento dessa dissertação. Todavia, os discursos que geraram um debate mais acentuado sobre os negros foram os que envolviam a instituição do feriado municipal no dia da morte de Zumbi dos Palmares.

Nossa primeira interpretação será feita sobre o conceito raça, muito encontrado nas postagens que tratavam sobre o tema da população negra em Maringá, e conseqüentemente no Brasil.

## **O conceito de raça abordado pelos internautas**

#### 4. O conceito de raça abordado pelos internautas

Os dados coletados mostram que os internautas não utilizam frequentemente o conceito de raça biológica, mesmo porque o conceito de raça enquanto uma categoria biologicamente construída que tem como característica distinguir e hierarquizar os grupos humanos numa perspectiva genética que, procurava estabelecer uma relação entre caracteres herdados e o comportamento moral dos agentes, foi abolido pela ciência desde as convenções e pesquisas coordenadas pela ONU. Isso ocorreu com a participação das mais diversas áreas do conhecimento após o término da II guerra mundial (MAIO, 1998). Segundo Guimarães: “É impossível definir geneticamente raças humanas [...] A construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou genótipo, é algo que não tem o mero respaldo científico” (GUIMARÃES, 2003).

O genocídio causado pelos nazistas no período que antecedeu essas pesquisas, não foi algo criado e legitimado nessa época. As teorias que determinavam uma estratificação racial nos moldes pensados não só pelos nazistas, mas também pelos intelectuais desse tempo, foram criadas e legitimadas em meados do século XIX:

O termo “eugenia” – eu: boa; genus: geração – foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton. Galton na época conhecido por seu trabalho como naturalista e como geógrafo especializado em estatística, escreveu seu primeiro ensaio na área de hereditariedade humana em 1865, após ter lido A origem das espécies. Em 1869 era publicado Hereditary genius, até hoje considerado o texto fundador da eugenia. Nesse livro, Galton buscava provar, a partir de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era função da hereditariedade e não da educação (SCHWARCS, 1995 p. 60).

Entretanto, a terminologia raça enquanto uma categoria pensada como um mecanismo que transmite características comportamentais, morais e culturais, não era pensado dessa maneira antes dessa época: “Antes disso, raça servia apenas para descrever a origem do indivíduo, não uma hierarquia de tipos biológicos. A subjugação dos índios e africanos deu-se mais por justificativas religiosas e morais do que por argumentos científicos” (TELLES, 2003). Raça era entendida num período mais longínquo, como um instrumento utilizado para caracterizar uma identidade de grupo, fosse ela hierarquizada ou não, ela não se valia de critérios genéticos para essa diferenciação:

Os primórdios da história da noção de raça, portanto, nada tem a ver com uma diferenciação de grupos humanos segundo cores de peles diferentes ou

outros critérios fenotípicos. Constelações políticas e econômicas específicas levariam, com o decorrer do tempo, a uma convergência do critério cor (com conotações ainda fortemente morais e religiosas) com a categoria raça (HOFBAUER, 2005 p. 100).

Segundo Seyferth (2007), toda movimentação e efervescência a respeito da constituição e da hierarquização, que cercava o conceito de raça biológica que fundamentou os argumentos dos cientistas racialistas do século XIX e início do século XX, estavam imbuídas de questões relacionadas à obtenção de poder e direção política. Um dos principais teóricos raciais, conde de Gobineau, produziu sua obra sobre o tema no ano de 1853<sup>31</sup>, antes mesmo de Galton, e da publicação da obra de Charles Darwin “A origem das espécies”. Nesse período a Europa passava por muitas convulsões e problemas sociais, e o trabalho do ensaísta francês, procurava por meio de um discurso racialista e biologizante legitimar e assegurar o poder em posse de seu grupo, já que os mesmos estavam perdendo espaço no cenário político francês da época:

O pessimismo de Gobineau, assentado na crença de que muita mistura de sangue produz degeneração, obviamente tinha relação com a perda de poder político de sua própria classe aristocrática [...] O recado do Essai era simples: o poder devia estar nas mãos de uma elite racial ariana, espécie de aristocracia natural mais apta a governar, em lugar dos regimes democráticos que ameaçavam a civilização (SEYFERTH, 2007 p. 111).

Essas teorias foram legitimadas e reconhecidas como verdadeiras pelo movimento “biologizante”, que fazia parte do cenário científico desse período. Vários trabalhos e obras de intelectuais dessa época se apoiavam em modelos das ciências naturais e biológicas; até mesmo a antropologia teve sua origem e orientava-se nesse momento por esse tipo de paradigma (SCWARCZ, 1995).

Essa forma de se fazer “ciência” encontrou respaldo também no Brasil, tivemos muitos intelectuais desse período concentrados nesses modelos racialistas, para, a partir deles, pensar a questão da formação de uma nação brasileira:

Consumidores da literatura especializada que vinham da Europa e da América do Norte, esses grupos tomam a questão da raça quase como uma obsessão, como suporte para uma produção nacional e específica (SCHWARCZ, 1995 p. 239).

---

<sup>31</sup> “Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas”.

Entre esses autores podemos citar Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Oliveira Vianna, etc. A preocupação sobre essa questão no Brasil foi de grande relevância para esses autores pensarem a formação e o futuro de nosso país: “O estudo sobre raça no Brasil iniciou-se no final do século XIX, enquanto se dava o processo de abolição da escravidão, e havia por isso uma preocupação crescente com o efeito da raça no desenvolvimento futuro do Brasil” (TELLES, 2003).

Esses entre outros cientistas da época procuravam, por meio de uma readequação dessas teorias raciais, analisarem nossa questão nacional, visto que somos uma nação pluralista que resulta do encontro de diferentes povos:

Misto de descobridores e missionários, esses cientistas ora encontravam uma nova nação para admirar, ora se debruçavam com temor sobre o país, propondo reformas e saídas que dependiam da ação deles (SCHWARCZ, 1995 p. 241).

Atualmente a terminologia raça, não perdeu completamente seu conteúdo biologizante<sup>32</sup>, porém, uma conceitualização de raça como um mecanismo capaz de criar identidades culturais e sociais foi readequada e continua presente em nosso cotidiano:

Raça permanece, porém, como tema central do pensamento social brasileiro não mais como fator de desalento, mas talvez como fortuna, marca de uma especificidade reavaliada positivamente. Expressões como esse é um sujeito de raça, você vale quanto vale a sua raça, vai na raça, mais do que vestígios de um momento passado, fazem parte de uma lógica que se mantém e que sempre tendeu a ver a nação como um resumo de raças que a compõem. No país, vez por outra, é ainda possível ouvir a utilização do argumento, seja para afirmar certa diferença cultural entre raças, seja para afirmar uma valorização da mestiçagem (SCHWARCZ, 1995 p. 249).

Após se passarem décadas, e essas teorias calcadas em modelos genéticos terem sido sobrepujadas por novas descobertas que mostraram como esses conceitos estavam equivocados, temos ainda nos dias de hoje o uso desse termo como forma de caracterizar e distinguir os grupos humanos presentes na sociedade:

O conceito de raça está presente em diferentes enfoques e visões teóricas mais ou menos radicais, ao mesmo tempo nas relações sociais raça tem se tornado parte indispensável da construção de identidades contrastivas de

---

<sup>32</sup> Ainda hoje existem pessoas que adotam a ideologia nazista como um paradigma verdadeiro e cientificamente válido. Ver: MAGALHÃES DIAS, Adriana Abreu. Os anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na internet. Dissertação de mestrado. UNICAMP, 2007.

indivíduos e grupos que procuram obter, especialmente, no âmbito da política reconhecimento e tratamento equitativo (SILVÉRIO, 1999 p. 86).

Dessa forma, esse conceito passou a ter vários significados além daquele que lhe era atribuído no século XIX, vinculado a uma denominação estritamente biológica. Mesmo com essa terminologia não sendo mais usada oficialmente como um termo válido para separar a humanidade em diferentes espécies humanas, isso não impede que nos dias de hoje as pessoas deixem de utilizá-la. Nas palavras de Valter Roberto Silvério: “Isso não impediu a continuidade do uso do termo raça na linguagem científica e na linguagem cotidiana” (SILVÉRIO, 1999).

Na pesquisa realizada nesse trabalho, constatou-se que raça foi um termo usado para diferentes aplicações que envolviam o debate sobre as relações raciais em Maringá. As postagens escritas nos blogs faziam várias referências a esse termo, tendo como um de seus significados alguns sinônimos do que foi descrito acima por Lilia Schwarcz: “Às vezes eu acho é que falta raça em muito neguinho por aí. Brasileiro Sofre” (LIMA, 11/2008).

Essa acepção do termo utilizado por esse internauta foi um dos tipos menos usados para se referir à raça nos debates encontrados nos blogs. Na maior parte das postagens a idéia de raça foi utilizada para distinguir pessoas e grupos, e para se criar uma identidade em comum:

Isto significa dizer que as diferenças físicas, prontamente observadas pelas pessoas, adquirem validade na elaboração de crenças a respeito da raça e, em alguns casos, tem mais validade do que qualquer conceito originado da classificação e hierarquização das raças efetuadas pela própria ciência. As pessoas acreditam na existência de raça e se utilizam de tal crença como recurso para cultivar grupos de identidade, de modo similar às crenças na nacionalidade, etnicidade e classe. As alterações no uso da palavra raça refletem mudanças no entendimento científico e popular em relação às causas de diferenças físicas e culturais (SILVÉRIO, 1999 p. 53-54).

Nas postagens o termo raça foi utilizado a partir de características fenotípicas observáveis para pensar a distinção entre os agrupamentos humanos:

Ter consciência negra significa compreender que somos diferentes, pois temos mais melanina na pele, cabelo pixaim, lábios carnudos e nariz

achado, mas que essas diferenças não significam inferioridade (RIGON, 03/2009).

Muitas postagens partem de características físicas para utilizar a terminologia raça que está o tempo todo presente nas falas. Em uma crítica à liderança política negra local, um internauta utilizou esse mecanismo para tal distinção e para denominar sua raça enquanto um grupo: “Esse... envergonha a Raça<sup>33</sup>”, ou ainda: “Qual é negão?! Ta negando a nossa raça” (RIGON, 02/2009). Logo, esse trabalho se ampara na categoria de raça como um mecanismo conceitual válido para se compreender as estruturas sociais que fazem uso dessa categoria para intermediar suas relações, ou seja:

Acredito, ademais, que somente uma definição nominalista de “raça” seja capaz de evitar o paradoxo de empregar-se de modo crítico (científico) uma noção cuja principal razão de ser é justificar uma ordem acrítica (ideológica) (GUIMARÃES, 1999 p. 20).

A denominação de raça mais encontrada nos dados analisados retoma a idéia, que tem como parâmetros eletivos desse termo (raça) a aparência física dos indivíduos:

A forma como a “cor da pele e cabelo” é visto no imaginário social brasileiro pode ser tomada como expressão do tipo de relações raciais aqui desenvolvidos. Nesse processo, o entendimento do significado e dos sentidos do cabelo crespo pode nos ajudar a compreender e a desvelar as nuances do nosso sistema de classificação racial, o qual além de cromático é estético e corpóreo (GOMES, 2004 p. 137).

Marcadores como a cor da pele, tipo de cabelo e de nariz, foram constantemente usadas para denominar pessoas e caracterizá-la como pertencentes a uma determinada “raça”.

Em outra postagem, onde um internauta também critica a posição de uma liderança negra da cidade, acusando-a de ter traído sua própria raça, ele faz uso de atributos físicos para acusar a liderança de estar agindo contra seu próprio grupo:

Bons conselhos ao... Fazer chapinha, pintar o cabelo de branco; comprar uma lente de contato azul; mudar para a zona dois<sup>34</sup>; mergulhar num tambor de cal. Quem nega a própria raça não merece respeito! (RIGON, 02/2009).

<sup>33</sup> A letra maiúscula que antecede a palavra raça foi utilizada pelo próprio internauta. Isso pode significar a importância de tal designação para o mesmo.

<sup>34</sup> Essa região sobre a qual o internauta faz referência é uma área onde está localizado um bairro nobre na cidade de Maringá, cujos moradores são majoritariamente brancos.

Essa postagem exemplifica como os conceitos de raça utilizados nas discussões pesquisadas relacionam e caracterizam esse termo tendo como parâmetros, os traços físicos dos indivíduos.

Essa forma de separar os grupos tendo como orientação e distinção a cor da pele, ainda hoje é utilizada na vida social como meio de caracterizar as diferenças entre os grupos humanos, ela é identificada por alguns autores como sendo uma “raça social”:

Raça pode significar um grupo de pessoas que são socialmente definidas pelas suas marcas físicas exteriores como, por exemplo, a pigmentação da pele. Para evitar confusão, alguns autores especificam “raça social” quando usam o termo raça com este significado, isto é, de um grupo social definido por visibilidade somática (SILVÉRIO, 1999 p. 56).

Além de marcadores fenotípicos, o termo raça foi também usado nas postagens como uma “categoria de pessoas conectadas por uma origem comum” (SILVÉRIO, 1999), como por exemplo, para denominar os japoneses.

Para Edward Telles:

Como é consenso na Sociologia, raça é uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. A raça existe apenas em razão das ideologias racistas. No ocidente, que inclui o Brasil, as teorias do século XIX estabeleceram que os seres humanos poderiam ser divididos em tipos raciais distintos, ordenados hierarquicamente segundo uma ideologia que estabelece que tais características estavam correlacionadas com os traços intelectuais e comportamentais de uma pessoa. Embora atualmente essas teorias tenham sido desacreditadas pela maioria da comunidade científica, a crença na existência de raças está arraigada nas práticas sociais, atribuindo ao conceito de raça um grande poder de influência e organização social [...] A raça é importante porque as pessoas continuam a classificar e a tratar o outro segundo idéias socialmente aceitas (TELLES, 2003, p. 38).

É nessa conceitualização de raça que orientamos esse trabalho para pensarmos a questão das relações raciais no município estudado.

A maioria das postagens inscritas pelos internautas não descreveram esses mesmos grupos por meios hierarquizados, no sentido de denominá-los como grupos superiores e inferiores, conseqüentemente, a referência usada para se falar de raça nos blogs era a de uma existência de “igualdade entre as raças”. Mesmo assim esse conceito foi sempre utilizado para caracterizar grupos e pessoas partindo de marcadores físicos.



Nos discursos que foram postados nessas páginas, esses grupos ora eram definidos como sendo pertencentes a uma raça, outrora há uma etnia; ou seja, o termo etnia também foi utilizado da mesma forma que raça, para denominar as diferentes identidades entre os grupos e as pessoas: “Tem gente que não sabe a diferença de lugar na sociedade em que estão colocados os vários grupos étnicos que formam a sociedade brasileira, mas tem peito para ficar “pitaqueando” (RIGON, 03/2009 Grifo do autor). Ao assumir sua posição contra a idéia de um feriado municipal para a comemoração do dia da consciência negra, outro internauta também usa etnia para a distinção de grupos:

Não aceito o argumento de que o dia se justifique pela grande participação dos negros na formação cultural e étnica do Brasil, pois os nativos locais, os indígenas, também tiveram participação igual ou superior e não tem feriado. Também tem grande participação na formação cultural e étnica do Brasil atual as grandes levas migratórias dos séculos XIX e XX e ninguém dedica um feriado aos imigrantes (RIGON 02/2009. Grifos do autor).

Para Stuart Hall (2008), o discurso que envolve a terminologia etnia não se distingue da categoria de raça, como forma de separar, e até mesmo hierarquizar essas diferenças. Para ele não existe um racismo biológico e outro cultural operando separados alheatoriamente; mas uma única forma de racismo em que o cultural e o biológico, são operacionalizados simultaneamente. Segundo Stuart Hall (2008), tanto a distinção cultural ou biológica tem como mecanismos de diferenciação marcadores físicos, ou seja, a aparência dos indivíduos.

Para Roberto da Matta:

Para nós raça é igual à etnia e cultura. É claro que essa é uma elaboração cultural, ideológica, não tendo qualquer valor científico. Do ponto de vista biológico, a raça é uma variação genética e adaptativa de uma espécie. Mas na conceitualização elaborada no Brasil, raça é algo que se confunde com etnia e assim tem uma dada natureza (DAMATTA, 1983 p. 84).

Na perspectiva de outro autor (SILVÉRIO, 1999), as características fenóticas estão correlacionadas mais à questão racial do que ao étnico. Todavia, para esse autor: “Nessas circunstâncias, uma raça também pode ser um grupo étnico, uma vez que cada raça pode ter sua própria cultura. Desse modo, a distinção entre raça e etnia entra em colapso” (SILVÉRIO, 1999).

Como já foi demonstrado, nas postagens que foram analisadas, o termo etnia constantemente estava imbuído e se confundia com o termo raça:

Os povos da África são os únicos que chegaram ao Brasil (de modo forçado, é lógico) sem estarem, na época, sendo perseguidos por seus co-continentais, nem chegaram aqui pelo privilégio de seus parentes no poder central do Brasil Colônia. Eis um dos diferenciais que marcam a presença do negro no Brasil em relação às outras etnias (raças), principalmente, porque a diáspora não foi um processo de decisão dos povos da África (RIGON, 03/2009 Grifos do autor).

Dessa forma, podemos dizer que nosso trabalho se orientou não distinguindo raça de etnia. Da mesma maneira que esses conceitos podem ser pensados como sinônimos pelas Ciências Sociais, eles também foram descritos nas postagens como termos equivalentes, isso corroborou para se pensar as categorias nativas (postagens) e analíticas (autor),<sup>35</sup> como um processo que se deu “naturalmente”, porque as terminologias foram pensadas como sinônimos, tanto no trabalho, quanto por aqueles que postaram sua opinião nos blogs pesquisados.

O termo raça social que se confunde com o de etnia foram os mais utilizados pelos internautas para se referirem aos grupos nas postagens que foram utilizadas para o desenvolvimento desse trabalho, poucas postagens, ou quase nenhum desses discursos foram inscritos fazendo referência a uma sistematização mais biologizante.

Todavia, alguns internautas fizeram uso desse tipo de conceito, numa postagem que divulgava a notícia de que uma cidade do sul do Paraná (Guarapuava) havia instituído o dia da consciência negra como feriado municipal, levou alguns internautas a escreverem as seguintes postagens: “É triste ver que em Maringá são todos da raça ariana”; ou “O mais interessante é que Guarapuava tem população predominantemente ariana, especialmente em Entre Rios, conjunto de colônias de alemães suábios que pertence a Guarapuava” (RIGON, 03/2009). Em outra discussão acerca do dia da consciência negra, foi postada a seguinte mensagem:

O negro trouxe para o Brasil muitas contribuições, como a música, a cultura, e contribuiu para a formação do povo brasileiro. Daí saiu às seguintes raças: Os mulatos, os pardos entre outras as mais destacadas. Eles

---

<sup>35</sup> “Um conceito ou categoria analítica é o que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. Quando falamos de conceito nativo, ao contrário, é porque estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo. Ou seja, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano” (GUIMARÃES, 2003. p. 2).

trouxeram ainda a braveza<sup>36</sup> do trabalho no qual veio substituir os índios como escravos nas lavouras do Brasil. Mas ainda continuam aqui sendo aos poucos reconhecidos como cidadãos, e não mão de obra barata (RIGON, 03/2009).

Pode-se notar nesses discursos que as pessoas que as escreveram, se utilizaram de uma idéia de miscigenação, resultante da mistura de raças distintas que levam a um hibridismo.

Definição característica do conceito biológico do século XIX, essas postagens foram raras, mas mostram como que mesmo após décadas de debates e descobertas sobre o assunto, essas terminologias continuam a habitar o imaginário social, valendo-se do uso de termos como os de raça ariana e parda.

Essas evidências mostram como é dinâmico esse conceito para os agentes sociais que dela fazem uso, e como que o saber cotidiano não está totalmente dissociado das idéias produzidas na academia. Isso nos remete à observação que Geertz (2006), faz quando se refere ao senso comum (bom senso) como um sistema cultural, que como outros sistemas são estruturados por uma rede de significados, que estabelecem e direcionam comportamentos:

O bom senso é uma interpretação da realidade imediata, uma espécie de polimento da realidade, como o mito, a pintura, a epistemologia, ou outras coisas semelhantes, então, como essas outras áreas, será também construído historicamente e, portanto, sujeito a padrões de juízo historicamente definidos. Pode ser questionado, discutido, afirmado, desenvolvido, formalizado, observado, até ensinado, e pode variar dramaticamente de uma pessoa para outra. Em suma, é um sistema cultural, embora nem sempre muito integrado, que se baseia nos mesmos argumentos em que se baseiam outros sistemas culturais semelhantes: aqueles que o possuem têm total convicção de seu valor e de sua validade (GEERTZ, 2006 p. 115-116).

Entendemos que o chamado bom senso, se orienta por modelos de significados lógicos e articulados, que são por eles tomados como algo a ser consumido, reelaborado e reproduzido. Os sujeitos são, portanto, agentes ativos na construção de sistemas de significados, não são vistos como meros refletores de produções acadêmicas ou de sua vida cotidiana, mas como agentes que são capazes de reelaborar e reordenar os conceitos que para muitos são válidos, da mesma forma, que os estudos acerca da representação social tem nos mostrado (JODELET, 2009).

As concepções que são representadas nas postagens sobre o que é raça, não são um simples reflexo das teorias científicas elaboradas por intelectuais do século XIX, elas também

---

<sup>36</sup> Nota-se que o internauta atribui ao negro uma característica que concerne ao antigo imaginário de força que é dada a população negra. A “braveza” é colocada como algo inato a natureza desse grupo étnico.

foram readequadas e são utilizadas com outros significados pelos agentes sociais que delas fazem uso. Isso não implica dizer que são duas formas de pensar dissociadas uma da outra, nem atribuir valor sobre qual é a mais correta, mas em compreender que há uma dialética, e um jogo que estabelece uma conexão entre duas formas diferentes de se organizar o mundo social (MOSCOVICI, 1978).

As representações sobre o significado da terminologia “raça” ou “etnia” são formuladas não somente pelos intelectuais nas instituições de pesquisa, mas também a partir do contato entre as teorias que subsidiam essas noções e da aceitação ou não, dos agentes sociais acerca dessas produções. A coletividade atua, portanto, não como mero espectador, mas como sujeitos passíveis de escolha e de intervenção nessas construções: “Os indivíduos não absorvem passivamente formas simbólicas, mas, ativa e criativamente, dão-lhes um sentido e, por isso, produzem significado no próprio processo de recepção” (THOMPSON, 2009).

Os agentes não são receptáculos vazios, eles possuem um estoque psíquico que é organizado e classificado de acordo com seu sistema cultural e social. Esse modelo existente funciona como o gerador e flexibilizador que vai aplicar e dinamizar o que é produzido conceitualmente de forma externa ao indivíduo (MOSCOVICI, 1978).

Da mesma forma as relações raciais como um todo, só encontram sua materialização na vida social quando o arcabouço simbólico que as constitui, passa a organizar, a sistematizar e a orientar as ações dos sujeitos nas suas relações sociais.

Com relação à denominação de raça mais encontrada nos dados utilizados para a realização dessa dissertação, foi a chamada raça social que mais apareceu nos discursos que foram inscritos nos blogs fornecedores do material analisado.

Essa conceitualização que se utiliza de marcadores físicos, consubstancia uma terminologia que ainda hoje permanece como uma forma de criar identidades entre grupos distintos, mas:

O que caracteriza o conceito de raça é sua imponderabilidade, o fato de ser, antes de tudo uma construção social que interfere nas relações sociais, informa comportamentos individuais e coletivos, instrui determinadas práticas discriminatórias na medida em que fornece signos e símbolos de pertencimento (SEYFERTH, 2007 p. 106).

Na próxima parte desse trabalho localizaremos e mostraremos como o discurso sobre as relações raciais, em Maringá, parte do pressuposto de que há uma harmonia entre as raças

que formaram nossa população, reproduzindo a retórica do chamado mito da democracia racial. Esse mecanismo funciona no Brasil como um estruturante para continuar reprimindo qualquer manifestação de reparação ou de inclusão social que favoreça a população negra no Brasil, bem como dificulta o reconhecimento de que em nosso país existe o problema do racismo.

## **O mito da democracia racial**

## 5. O Mito da democracia racial

O Brasil é um país que sempre atraiu a atenção de pesquisadores que tem como tema as relações raciais. Isso ficou evidente quando, a partir do final da década de 1940, à UNESCO em seu esforço de desenvolver um trabalho que expusesse de forma clara a não existência de diferentes raças humanas como era declarado pelos paradigmas racialistas propostos no século XIX, elegeu o Brasil como um “laboratório racial” para se pesquisar esse tema (MAIO, 1998).

Tendo como idealizador de desenvolver essas pesquisas em nosso país o brasileiro Arthur Ramos<sup>37</sup>, a instituição internacional via no Brasil um novo campo para entender as dinâmicas dessas relações e, descobrir uma forma de combater o racismo pelo mundo afora. Para esses pesquisadores não haviam problemas relacionados à questão racial no Brasil.

Com a idéia de uma identidade nacional calcada na miscigenação entre os diferentes povos que formaram nosso país (TELLES, 2003), e sem ter o advento de políticas provenientes do governo que pudessem segregar a população negra de forma clara e institucionalizada, deu-se a impressão de que aqui, não haviam problemas relacionados ao racismo (DAMATTA, 1984). Conseqüentemente, o Brasil passou a ser visto como um país que não segregava sua antiga população de escravos, como era notadamente claro em países como os Estados Unidos ou a África do Sul (TELLES, 2003). Dessa forma, o Brasil passa a ostentar uma imagem de país pacífico em se tratando de raças.

A busca por uma identidade nacional, que pudesse nos caracterizar como uma nação independente e desatrelada do governo lusitano funcionou como uma mola propulsora para a idéia de um país formado pela mestiçagem. Nessa nova nação, a “cor” dos sujeitos que a compõe passaria a ter mais preponderância que a “raça”. Sendo assim: “O anti-racialismo é uma das ideologias fundadoras dessa nação” (GUIMARÃES, 2003), a imagem do mestiço como “produto” nativo e originalmente nacional<sup>38</sup> se sobrepõe a do indígena criado pelo romantismo, passando a ser símbolo do autêntico brasileiro (GUIMARÃES, 2003). A partir dessa concepção compartilhada pelos próprios brasileiros, de uma nação livre, mestiça e harmoniosa engendrou-se o chamado mito da democracia racial.

---

<sup>37</sup> Arthur Ramos coordenou por um período o grupo de cientistas que pesquisou a questão das relações raciais no Brasil.

<sup>38</sup> Esse símbolo passa a ser ostentado com mais veemência, depois da luta entre os caboclos e os portugueses para a libertação do porto de Salvador, que ainda era ocupado pelos lusitanos após a proclamação da independência (GUIMARÃES, 2003).

Essa imagem foi “comprada” pelos pesquisadores do projeto patrocinado pela UNESCO. Dessa forma, nosso país funcionaria como um exemplo de como uma nação pode viver pacificamente com as mais diversas raças sem ter entre os mesmos, problemas gerados por esse encontro étnico. Essa auto-imagem foi o principal slogan utilizado pelo brasileiro Arthur Ramos no curto período em que ele coordenou essas pesquisas: “Será o mesmo Arthur Ramos quem, na década de 1940, usará a sua liderança acadêmica para divulgar o Brasil, no exterior, como um laboratório de civilização e uma democracia racial” (GUMARÃES, 2004).

Em decorrência dessa postura, o chamado mito da democracia racial ganhava espaço também fora do Brasil, exportando uma falsa imagem de um país mestiço que não possui problemas gerados por questões étnicas:

Nos anos 40, referiu-se ao Brasil como uma “democracia étnica”, onde o termo “étnica” pode ter sido usado em lugar da noção cientificamente falsa de raça. Ao usar “democracia”, estava se referindo à conotação espanhola do termo, que significava irmandade ou relações sociais fluidas, mais que uma referência a um tipo de instituição política (TELLES, 2003 p. 51).

Como descrito acima, esse discurso de que o Brasil é um país sem problemas relacionados às raças, já vinha sendo engendrado antes mesmo de ser divulgada por Arthur Ramos. Ele vem sendo construído no decorrer da história de nosso país como um ideário para a construção de uma identidade nacional, no qual o mestiço é a figura principal, e em decorrência também da ideologia do branqueamento, que funcionou como um mecanismo flexibilizador e um motivo de orgulho por parte dos brasileiros, em comparação com as relações raciais mais radicais existentes nos Estados Unidos (TELLES, 2003). Esse discurso, no entanto, passa a ser levado mais a sério com a publicação da obra de Freyre. Segundo Guimarães:

Ele se cristaliza basicamente nos anos 1920, 1930, e encontra em Gilberto Freyre o seu principal intelectual. O marco pode ser 1933, ano de publicação de Casa Grande e Senzala, mas pode ser também a semana da arte moderna em 1922, pois todos os mecanismos vão perseguir exatamente uma idéia nova de Brasil e de povo brasileiro (GUIMARÃES, 2003 p. 5).



Apesar de não ter sido Gilberto Freyre quem criou o termo<sup>39</sup>, a obra do autor é tida por muitos como o carro chefe do pensamento conservador e responsável direto pela legitimação da imagem de que o Brasil é composto por diversas raças, de uma forma harmoniosa.

Todavia, existem outras obras que procuram mostrar justamente o oposto dessa afirmação. Para Ricardo Benzaquen de Araújo (1994), esse equilíbrio entre os grupos que formaram nossa nação não está contido numa harmonia gerada pela falta de conflitos, ela é colocada como algo que mostra justamente o contrário. A proposta do autor nos orienta para um olhar mais acentuado sobre a obra de Freyre, que passa por um caminho que é justamente o inverso de alguns críticos da obra do ensaísta:

Casa Grande e Senzala dá a impressão de ter sido escrito justamente para acentuar a extrema heterogeneidade que caracterizaria a colonização portuguesa, ressaltando basicamente a ativa contribuição de diversos e antagônicos grupos sociais na montagem da sociedade brasileira (ARAÚJO, 1994, p. 53).

A idéia da miscigenização e da relação entre esses grupos não derivaria de um sincretismo harmônico. Mas seria na manutenção das suas peculiaridades que cada raça, de forma conflitiva, ajudou na formação e no equilíbrio que caracterizaria a população brasileira. Entretanto, segundo Maio (1998):

Embora Freyre, com sua visão dialética dos antagonismos em equilíbrio, em diversos momentos lembre a extrema violência das relações entre brancos e negros no universo escravocrata, a idéia prevalecente em Casa Grande e Senzala é a da relativa confraternização entre as raças, o que constituiria a marca de distinção da sociedade brasileira (ARAÚJO, 1994). A visão freyriana, sem dúvida a mais refinada interpretação do mito da democracia racial à brasileira, tornou-se assim um dos principais alicerces ideológicos da construção de uma identidade positiva, e foi suficientemente substantiva para atrair a atenção internacional, contrastando com a negativa experiência norte-americana em matéria racial (MAIO, 1998 p. 12).

Esse discurso passou a ser reproduzido até na literatura nacional, desde a Semana da Arte Moderna de 1922 (GUIMARÃES, 2003), até nas obras do escritor Jorge Amado (TELLES, 2003).

---

<sup>39</sup> Segundo TELLES (2003), o termo democracia racial já havia sido formulado antes mesmo da produção de Casa Grande e Senzala, e o uso desse conceito seria usado por Freyre apenas no ano de 1962, no momento em que o autor demonstra apoio à presença de militares no poder do Estado brasileiro.

Mesmo fazendo uso desse termo bem mais tarde que outros de sua época, foi Gilberto Freyre quem popularizaria a idéia de que no Brasil existia uma democracia racial:

Freyre argumentava que o Brasil era único dentre as sociedades ocidentais por sua fusão serena dos povos e culturas européias, indígenas e africanas. Assim, ele sustentava que a sociedade brasileira estava livre do racismo que afligia o resto do mundo. A noção de que o sistema escravagista e as relações raciais tinham sido mais benignos no Brasil do que nos Estados Unidos já era aceita; entretanto, Freyre transformou tal contraste num aspecto central do nacionalismo brasileiro, conferindo-lhe um status científico, literário e cultural que duraria até a década de 80<sup>40</sup> (TELLES, 2003 p. 50).

Dados apontados por uma pesquisa feita pelo Jornal do Brasil na obra de Edward Telles (TELLES, 2003), mostram que a partir de 1995, há um maior reconhecimento de que em nosso país existe racismo, pondo em cheque o mito da democracia racial. Entretanto, o autor também nos mostra que a idéia de uma mistura racial continua a ser vista como “uma coisa boa do povo brasileiro”. Isso vem de encontro com os dados obtidos através das postagens analisadas nesse trabalho, e corrobora para a reprodução desse antigo mecanismo de conservação de um regime velado de segregação racial existente no Brasil.

O argumento da democracia racial foi muito utilizado nas postagens analisadas que procuravam explicar posições contrárias à instituição de um feriado na data em que se comemora o dia da consciência negra:

Consciência negra? Somos um país de mestiços! Não sei qual é a dessa gente que quer transformar nosso país em uma nação dividida entre brancos e negros. Somos a mistura dos dois mais a soma de diversas outras etnias (RIGON, 11/2009).

Essa visão do Brasil como um paraíso racial ainda serve como argumento para aqueles que não reconhecem ou não admitem que, historicamente essa população sempre esteve em desvantagem para a competição por posições que poderiam lhe dar algum tipo de mobilidade na obtenção de ganhos ou de posições, que foram sempre majoritariamente dos brancos (HASENBALG, 2005).

<sup>40</sup> Segundo Telles (2003), antes mesmo de 1930 já existia o movimento negro: A Frente Negra Brasileira (que depois de apoiar o golpe de Vargas, alegando que o mesmo agiu contra o interesse dos grandes latifundiários) viria mais tarde a se transformar em partido político. Mas segundo (GUIMARÃES, 2003), foi apenas a partir de 1978, que o Movimento Negro Unificado passaria a questionar e “golpear” o discurso da democracia racial enquanto “ator político”.

O chamado mito da democracia racial serviu (e ainda serve), para colocar o problema do racismo no Brasil em um tipo de inércia que, ao invés de dinamizar as relações entre negros e brancos as mantém presas em um sistema que continua a gerar uma segregação para a população negra, em detrimento dos ganhos e maiores facilidades<sup>41</sup> para os brancos (FERNANDES, 1978).

A interpretação de outro importante pesquisador das relações raciais também vai nesse sentido:

Quando Florestan Fernandes (1965), fala em mito da democracia racial, ele estava tentando dizer o seguinte: essa democracia racial seria apenas um discurso de dominação política, não expressava nem um ideal, nem algo que existisse efetivamente, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra; como um discurso de dominação, seria puramente simbólico, sua outra face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros (GUIMARÃES, 2003 p. 6).

Esse argumento é visível nas postagens dos blogs pesquisados, procurando negar a elaboração de políticas que favoreçam a população negra, a maioria dos discursos se orienta por um viés que tem no mito da democracia racial um estruturante para negar essas ações e justificar sua posição contrária a tal questão.

Em uma discussão postada a respeito da intolerância religiosa em nosso país, um internauta se posicionou contra a postagem do blogueiro<sup>42</sup>, alegando que no Brasil não há esse tipo de problema, associando uma existência harmônica entre religião e raça, o que segundo o internauta, aqui, ela é estabelecida de forma mais leve: “Mesmo o preconceito racial generalizado é muito mais light, dado ao alto nível de miscigenação do país e a pequena proporção de negros” (Ozaí, 01/2008).

A idéia da ausência de conflitos raciais em nossa história é tomada por nossa sociedade como algo real, que faz parte da formação do Brasil como um país livre e independente. Aliás, na sociedade brasileira, o teor conflitivo existente em nossa história é entendido como um tema secundário. Culturalmente não gostamos de embate. Questões como preconceito e política são vistas como algo que foge ao mundo concreto, real, como se a população de forma geral estivesse à margem de tudo isso. Essa imagem de nossa brasilidade foi bem observada por Roberto da Matta que diz: “Tudo indica que no Brasil, concebemos os conflitos como

---

<sup>41</sup> Informações retiradas junto ao site do IPEA, no caderno “retrato das desigualdades” de 2008, no site da instituição, acessado no dia 18/03/2010, as 13hs15min.

<sup>42</sup> O blogueiro procurava denunciar à questão da intolerância racial e religiosa inerente as ações sociais cotidianas.

presságios do fim do mundo, e como fraquezas – o que torna difícil admiti-los como parte de nossa história, sobretudo nas suas versões oficiais e necessariamente solitárias” (DAMATTA, 1983). Muitas das características suscitadas também fora do Brasil são inerentes a essa questão, afinal de contas somos o país do futebol e do carnaval, das mulheres sensuais e do homem cordial. A noção de que não há e nem houve conflito em nosso país, seja ele de qualquer tipo é o tempo todo colocado como princípio norteador do comportamento do brasileiro nos discursos inscritos nos blogs.

Em outra postagem, outro internauta minimiza em tom de deboche o problema do racismo no Brasil frente a outras questões que para ele são mais importantes, visto que segundo o mesmo não existe discriminação em nosso país:

E por falar em racismo, dia da consciência negra, da implantação da raça ariana pelos illuminatis, veja o que acabei de ler na página de notícias do Yahoo na internet: “A OMS nega que vacina tenha matado 41”. A Organização Mundial de saúde (OMS) descartou hoje que a vacina contra a gripe suína tenha matado 41 pessoas que foram vacinadas contra o vírus H1N1... Diante disto, como dizem os profetas cristãos os perigos da gripe suína, esta na ponta da agulha, e os negros ainda chiando por causa de uma bobagem destas, se achando discriminado. (LIMA,11/09).

Dessa forma, o mito da democracia racial ajuda a estruturar essa suposta falta de conflito no campo das relações raciais, e consubstancia o discurso que procura preservar as distâncias sociais entre negros e brancos, negando a promoção de políticas afirmativas voltadas para a população negra. Diante de um dos temas em discussão em um dos blogs pesquisados, que se referia a uma entrevista de um pesquisador local (para um jornal da cidade), na qual menciona a existência de racismo velado em Maringá, um internauta proferiu o seguinte discurso:

Pra que dia da consciência negra? Pra que cota em universidades? Pra que dar uma entrevista dizendo “Nós somos coitadinhos, não temos os mesmos direitos e blá, blá, blá”. Professor na minha modesta opinião isto é muito mais racista e segregador do que o racismo que o senhor cita, somos todos iguais, então pra que cota? Pra que dia de consciência? Pra que tudo isso? Quanto à questão de que não existem profissionais em determinadas áreas que sejam negras, não concordo, porém como citou X ai em cima, qualquer um pode estudar e se tornar um advogado, um médico e tal, e não me venha dizer que a população negra não tem acesso a uma educação de qualidade para conseguir passar no vestibular, porque estudei minha vida toda em colégio público, passei em dois vestibulares na UEM, pagando cursinho com meu trabalho. Isso qualquer um pode fazer independente da cor (LIMA, 11/2009).

A negação da existência do racismo em nossa sociedade parece estar baseada na falta de conflitos existentes na relação entre os grupos étnicos que compõem o Brasil, ou seja, na democracia racial. Dentro dessa linha de raciocínio se não há problemas étnicos em nosso país, não haveria motivos também, para ações que vão numa direção que se propõe a combater esse racismo. Todavia:

A ausência de conflito racial não significa a ausência de racismo, mas, ao contrário, pode significar a estabilidade de um regime racista, “Pax Alva”, resultante do que estamos chamando aqui de “democracia racial” [...] Ela teria eliminado os conflitos raciais, não estando em questão se tais conflitos são emancipatórios ou não. O que está em jogo, portanto, é a manutenção da paz e da ordem sociais vigentes. Evitar conflito é, sobretudo, afastá-lo do debate público e político. Porém, a inexistência de um racismo oficial e de um debate público acerca dele não significa a inexistência de racismo em outras formas de discurso não oficiais (SALES JR. 2006 p. 11).

Segundo as postagens presentes nos blogs, as políticas afirmativas serviriam apenas para corromper essa suposta harmonia:

Se continuar assim sabe como isto vai acabar? Como nos Estados Unidos. Aumentar o preconceito, a rejeição e até o desprezo a raça negra, que deve ser respeitada sim, porém, já está dando tanto favores em detrimentos de outros, que é natural começarem uma indignação, só um exemplo: imagine um estudante que se arreventou de estudar para uma faculdade de medicina, ficou bem colocado, mas, perdeu a vaga para um afro-descendente que estudou menos e teve menor aproveitamento. E agora como fica? Como este estudante não vai se revoltar? (LIMA, 11/2009).

Esse argumento de que políticas raciais podem causar a “revolta” dos brancos é um mecanismo utilizado também por intelectuais que se posicionam contra tais políticas<sup>43</sup>, entretanto, segundo Telles (2003), além da experiência norte-americana ter colhido bons frutos de tal empreendimento, mesmo que não eliminando a desigualdade racial como um todo, elas ajudaram em muito essa população a ter mais mobilidade social. No que diz respeito ao que poderia vir a ser uma geração de “ódio racial” no Brasil, isso seria pouco provável, pois se não houve esse tipo de divisão no passado, dificilmente isso aconteceria no presente (TELLES, 2003). Mesmo por que:

No caso Norte Americano, a hostilidade e a polarização entre negros e brancos esteve presente desde a escravidão. “A ação afirmativa – ou pelo

---

<sup>43</sup> Ver: A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. Estudos Avançados, vol. 18 n. 50. São Paulo, janeiro/Abril 2004.

menos alguns fatores ao período desde o início de tal política -, tem, na verdade, servido para suavizar estes conflitos e distinções (TELLES, 2003 p. 283).

Quando esse tipo de discurso procura se apoiar no esforço próprio do indivíduo, ele deixa de considerar o racismo existente já na sala de aula, que segundo Telles (2003), causa prejuízo para o aprendizado do aluno. Dessa forma, esses tipos de argumentos baseiam-se na falsa idéia da meritocracia:

A meritocracia, conforme descrita na origem do termo é utópica, porque busca recompensar indivíduos com base na inteligência ou nas habilidades cognitivas; e isto não ocorre em lugar algum. A admissão à universidade parece, então, mais uma “testocracia” do que uma “meritocracia”. A aprovação no vestibular é, na melhor das hipóteses, um teste de mérito muito questionável [...] A experiência norte-americana mostra que medidas convencionais, como resultados em provas, tem forte correlação com o sucesso a curto prazo, mas que o sucesso a longo prazo depende de outros fatores. Recentes pesquisas quantitativas realizadas nos Estados Unidos demonstram que a inteligência ou mérito é apenas uma das variáveis que determinam o sucesso da vida de um indivíduo. As outras variáveis incluem classe social, motivação e grau de responsabilidade. Surpreendentemente, um estudo de três décadas sobre calouros de Harvard mostrou que os estudantes com baixos resultados na prova do SAT (teste padrão de aptidão) e vindos da classe trabalhadora tiveram maior sucesso que seus colegas de classe média, principalmente por terem mais iniciativa (TELLES, 2003 p. 287).

Já que deve prevalecer o esforço de cada um, os discursos contra essas ações principalmente no que diz respeito às cotas em universidades, são tomadas pelos internautas como um simples privilégio dado aos negros, uma injustiça para com o restante da população:

Que se comemore a data tudo bem. O que precisa mudar é a forma como querem ser tratados, inferiores, pois em tudo querem cotas para facilitar. A cor da pele não infere na inteligência e na vontade de vencer, basta ter vontade e ir à luta como todos os demais. Conheço muitos negros, amigos do peito, que estudaram, se formaram e hoje estão muito bem financeiramente e socialmente, e detestam esse protecionismo, se sentem inferiorizados (LIMA, 11/2008).

Mas as políticas afirmativas como as cotas em universidades seriam um dos mecanismos viáveis para a inclusão social dessa população que historicamente é segregada. Nos Estados Unidos esse tipo de ação proveniente do Estado surtiu bons efeitos (TELLES, 2003). Cotas raciais deveriam ser apenas uma das diversas ações tomadas pelo Estado brasileiro para ajudar a reduzir o racismo em nosso país.

Os discursos inscritos nas postagens fazem referência à igualdade que caracteriza cada agente social, dizendo não estar na cor da pele à capacidade para se conseguir determinados objetivos e, entre eles, adentrar numa universidade. Ao se posicionar contra o estabelecimento de um feriado no dia da consciência negra em Maringá, um internauta se posicionou da seguinte forma: “totalmente contra, isso sim é uma discriminação. Os negros não são tão bons ou melhores que os brancos pra ficarem dando cotas em universidades, feriados e etc. O caráter da pessoa não está na cor da pele” (LIMA, 11/2009), ou ainda: “Falar de vereador em Maringá ta começando a dar nojo. Quando precisa de voto fica se humilhando pelas ruas depois que ganha parece artista [...] Quanto ao feriado, gente somos todos iguais” (LIMA, (11/2009).

O discurso de igualdade entre as raças que prevalece nas postagens é uma constante. Os internautas não levam em consideração em suas declarações todo o problema que cerca e que perpassa a história dessa população no Brasil. Se por um lado a sociedade nega os problemas acarretados pelo sistema escravagista e a existência do racismo em nosso país apoiados no discurso das três raças (DAMATTA, 1984), por outro, utilizam-na nessa mesma produção histórica de harmonia racial, para justificar suas posições, desconsiderando todo o ethos histórico que envolve essa população: “Para Hanchard (1992:155), O Brasil representa um caso clássico de hegemonia racial, no qual se “nega a existência das desigualdades raciais, ao mesmo tempo em que se produz mais desigualdade” (TELLES, 2003).

Há uma quantidade imensa de trabalhos que mostram a existência de racismo em nosso país<sup>44</sup>; como consequência desse racismo que se propaga de forma velada e não aberta (PIRES & ALONSO, 2008), (e de questões econômicas ligadas à história desse povo no Brasil), existe uma ampla dificuldade para a inclusão da população negra em posições sociais e economicamente mais rentáveis.

---

<sup>44</sup> Entre esses trabalhos temos como exemplo: EL prejuicio racial em Brasil: nuevas medidas y perspectivas. PIRES, Ana Maria Lacerda; ALONSO, Fernando Molero. *Psicologia Social*, vol. 20 n. 2. Porto Alegre. Maio/Agosto de 2008.

As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. LIMA, Marcus Eugênio; VALA, Jorge. *Estudos de psicologia (Natal)* vol. 9 n. 3. Setembro/Dezembro de 2004).

Dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em seu caderno Retrato das Desigualdades (2008), mostram como que os negros<sup>45</sup> continuam tendo os piores salários e os piores empregos quando comparados aos brancos. Essas questões raciais continuam a aumentar as distâncias sociais e econômicas entre brancos e negros, seja no mercado de trabalho ou na busca por outras posições sociais de prestígio e de maior rentabilidade (TELLES, 2003).

As políticas de ação afirmativa vêm ao encontro dessas questões para preencher essas lacunas:

O objetivo da ação afirmativa é reduzir a desigualdade racial e aliviar seus sintomas. No Brasil, isto requer que sejam atacadas as três maiores barreiras à verdadeira democracia racial: a hiperdesigualdade, as barreiras invisíveis e a cultura racista. Se o governo brasileiro deseja fazer uma diferença significativa na vida da maioria dos pretos e pardos, necessita desenvolver um conjunto de políticas que combinem políticas sociais universalistas de desenvolvimento para reduzir a hiperdesigualdade existente no país com ação afirmativa de natureza racial, que possa anular as barreiras invisíveis e minorar a cultura racista (TELLES, 2003 p. 274).

O não apoio da maioria das postagens em relação às políticas afirmativas argumenta que o Estado não deve agir através de políticas afirmativas mais sim com ações universalistas:

Para mim, o sangue que corre nas veias do branco, do negro, do amarelo, etc. é vermelho como o de qualquer outra pessoa. Somos todos iguais [...] Agora eu penso que esse negócio de cotas, etc. é uma forma de o governo tampar o sol com a peneira e enganar o povo. Por que o governo não cria fábricas, escolas, hospitais, próximas aos locais de miséria e aí, os negros e brancos trabalharão e serão educados juntos e da mesma forma?! (LIMA, 11/2009).

Essa argumentação em prol de políticas de caráter universalista e não raciais desconsidera que mesmo que haja esse tipo de ação do Estado brasileiro, não ajudaria de maneira satisfatória na luta contra a desigualdade racial sofrida pelos negros:

Políticas sociais universalistas, que podem diminuir a desigualdade geral no Brasil, estão também propensas a reduzir a desigualdade racial. No entanto, os elaboradores de tais políticas parecem presumir que todas as pessoas menos favorecidas, independentemente da cor da pele, serão ajudadas de forma igual; mas isso é altamente improvável. Políticas universalistas não previnem o racismo e a discriminação racial e continuarão a separar

---

<sup>45</sup> As mulheres negras são as que ocupam as piores posições entre as variáveis raça/gênero.



brancos, pretos e pardos na estrutura de classes. Os negros são desproporcionalmente ignorados por tais políticas, que nunca são verdadeiramente universais. Esforços de conscientização racial são, portanto, fundamentais para contrabalançar essa situação e a discriminação passada (TELLES, 2003 p. 307-308).

É nessa direção que esse trabalho toma como referência e defende a implantação de políticas afirmativas; não como meras políticas compensatórias, mas também, como forma de diminuir o racismo no Brasil como um todo.

Em relação às cotas raciais nas universidades, o argumento de que o governo deva melhorar o ensino médio e fundamental não é válido, haja vista que essa medida como bem apontou Munanga, não devem ser tomadas tão de imediato:

A dúvida que tenho é a seguinte: num país onde a privatização do ensino é cada vez maior e no qual o lobby das escolas particulares é tão forte, só posso antever uma melhoria a longo prazo. Lembro-me de que o primeiro processo contra a proposta de cotas no Rio de Janeiro veio do sindicato das escolas privadas. Devido a essa tendência para a privatização das escolas públicas, não acredito numa rápida melhoria delas. A desigualdade social que existe há quatrocentos anos não pode ser resolvida por meio de políticas universalistas. É preciso, portanto, traçar políticas específicas para se encontrar uma solução (MUNANGA, 2004 p. 3).

Segundo Hasenbalg:

Do ponto de vista dos não brancos, os efeitos da ideologia da democracia racial são semelhantes àqueles do credo liberal da igualdade de oportunidades. Isto é, a responsabilidade pela sua baixa posição social é transferida ao próprio grupo subordinado. A consequência lógica da negação do preconceito e discriminação é a de trazer para o primeiro plano a capacidade individual dos membros subordinados como causa de sua posição social, em detrimento da estrutura de relações intergrupais (HASENBALG, 2005 p. 251).

Esse argumento de que os grupos subordinados estão nessa posição por falta de vontade é um elemento constantemente presente nas postagens analisadas nos blogs, quando se comenta questões que envolvam a população negra em nossa sociedade.

Ao delegar apenas a esses sujeitos a culpa por ocuparem os lugares mais baixos na estratificação social, desconsiderando todas as implicações que possam estar presentes nessa situação e que, levam uma grande parte dos negros a ocuparem tal posição na estrutura social,

nos mostra o quanto os conteúdos desses discursos negam que esses agentes sofrem qualquer tipo de problema relacionado ao racismo no Brasil e, dessa forma, reproduza o mito da democracia racial de uma maneira não declarada. Ou seja, para as pessoas que escreveram tais postagens, se os negros ocupam posições sociais menos privilegiadas a culpa é somente deles próprios; pois segundo a maior parte das inscrições, o fato de não serem brancos não é visto como um empecilho para que eles possam adquirir certa mobilidade social.

Essa concepção de que não existe conflito étnico racial no Brasil, já vem sendo idealizada em nossa sociedade desde a abolição da escravatura. Durante aquela época o paradigma pensado para um país democrático, estabelecia um conjunto social em que a presença do negro se delimitava a um espaço circunscrito, tendo na figura do branco o sujeito dominante. Isso acontecia porque mesmo com o fim da escravidão, o negro continuou sendo privado de políticas e direitos que eram teoricamente tangíveis a todos os cidadãos: “Este não era repellido frontalmente; mas, também não era aceito sem restrições, abertamente, de acordo com as prerrogativas sociais que decorriam de sua nova condição jurídico-política” (FERNANDES, 1978).

Essa segregação subjacente na nossa sociedade reconhecia os negros como pessoas livres, desde que as mesmas ficassem no lugar que lhes era devido. Logo, a inserção do negro enquanto ator social ficou vinculado à imagem do ex-escravo e, mesmo com a abolição, ele continuou estigmatizado, sem ser reconhecido concretamente como um cidadão dotado de direitos e prerrogativas legitimadas pelo Estado.

Sua condição enquanto liberto não garantia nenhuma forma de igualdade perante os brancos numa sociedade que durante séculos adotou o regime escravocrata:

A própria legitimação da ordem social, que aquela sociedade pressupunha, repelia a idéia de uma democracia racial. Que igualdade poderia haver entre o senhor, o escravo e o liberto? A ordenação das relações sociais exigia, mesmo, a manifestação aberta, regular e irresistível do preconceito e da discriminação raciais – ou para legitimar a ordem estabelecida; ou para preservar as distâncias sociais em que ele se assentava. Com a Abolição e a implantação da República, desapareceram as razões psicossociais, legais ou morais que impediam a objetivação de semelhante idéia. Então, operou-se uma reelaboração interpretativa de velhas racionalizações, que foram fundidas e generalizadas em um sistema de referência consistente com o regime republicano (FERNANDES, 1978, p. 254).

Enfim, o que se pensa até hoje com relação ao preconceito racial no Brasil está vinculado a esse mito, pressupondo que aqui não existe conflito que envolva questões étnicas. Porém, desconsidera-se que a falta desse embate se processa através de um pensamento

organicista e conservador da vida social brasileira, reproduzindo nos dias atuais uma retórica que era usada pela elite dominante no século XIX, e que ainda é apropriada por uma parcela da população como um modelo para justificar um comportamento que procura negar problemas relacionados às relações étnicas e raciais, e promover uma verdadeira igualdade por meio de políticas afirmativas no Brasil.

No capítulo seguinte, vamos interpretar as postagens dos blogs que continham uma forte retórica conservadora em relação à condição social do negro, que nos remete ao período pós-abolicionista, mas que ainda nos dias atuais encontram legitimidade na sociedade brasileira.

**O discurso conservador: A manutenção da ordem vigente**

## 6. O discurso conservador: A manutenção da ordem vigente

Como foi interpretada no trabalho no capítulo anterior, a sistematização de uma concepção que procurava buscar uma identidade nacional que caracterizasse os brasileiros (SCHWARCZ, 1995), gerou a falsa imagem de um país multicultural e em paz com essa diversidade. Esse paradigma foi legitimado e alcançou status de provedor da nação brasileira, tendo na figura do “mestiço” seu principal representante (TELLES, 2003), corroborando, portanto, para o reconhecimento da chamada “democracia racial”.

Esse mito abriu precedente e gerou argumentos para um discurso conservador, que procurava já desde essa época, eliminar atitudes que pusessem em risco a ordem vigente. Dessa forma, o discurso pós-abolicionista adotado pela elite dominante na época em que se encerra o regime escravocrata, foi uma das ferramentas ideológicas utilizadas por essas mesmas elites para a manutenção da ordem estabelecida, que tinha nos brancos os sujeitos dominantes:

Habitados a lidar com as tensões raciais num mundo social em que eles continham temível poder explosivo e, por isso, precisavam ser reprimidas sem contemplação, os membros da elite tendiam a manter, diante dos problemas da “população de cor”, atitudes rígidas, incompreensivas e autoritárias. Agiam como se ainda vivessem no passado, mostrando-se propensos a exagerar os riscos potenciais de uma liberalização das garantias sociais dos negros e a robustecer velhas formas de dissuasão dos pruridos da gente, a que eles tivessem por ventura, animo de aderir. Em particular, não viam com bons olhos as agitações em torno do “problema do negro”, que eclodiram esparsa e desordenadamente aqui e ali, como se eles ocultassem os germes de uma inquietação social e suscetível de converter-se, com o tempo, em conflito racial. Doutro lado, opunham-se a manifestações de solidariedade para com o “negro” que escapassem ao paternalismo tradicionalista, o qual protegia o indivíduo ou grupos restritos, resguardando a superioridade e as posições de mando do branco. A desconfiança tolhia, portanto, a modernização de atitudes e de comportamentos em ambos os estoques raciais, sob a dupla presunção de que agitar certas questões só serviria para prejudicar o negro e quebrar a paz social (FERNANDES, 1978 p. 251-252).

Orientados por um discurso de assistencialismo para com o negro e calcado nesse tipo de relação social, não houve declaradamente tensões geradas por problemas raciais entre

brancos e negros, já que essas relações por sua vez, não foram revertidas em políticas segregacionistas como nos Estados Unidos ou na África do Sul<sup>46</sup>.

Segundo Roberto Da Matta (1983), a cultura brasileira possui elementos peculiares no que tange as relações sociais. Isso se deve ao fato de termos em nossa cultura nacional uma maneira de relacionar que tem como orientação, o não cumprimento de uma norma ou regra estabelecida e institucionalizada. Essa por sua vez, é sobrepujada por uma preferência de relacionamento no campo das relações pessoais, que servem como estrutura onde ocorrem essas trocas. Ou seja, preferimos ter como instrumento para nos relacionarmos, alianças que são estabelecidas por um tipo de contrato pessoalista, informal, e não regras gerais e burocráticas que devam ser válidas a todos, independentemente de quem seja essa pessoa.

Dessa forma, as relações entre os brancos e os negros recém libertos da senzala não poderiam deixar de tomar outro rumo, senão essa maneira impessoal de se relacionar, mantendo um padrão fixo e sólido. Por intermédio desse elemento constitutivo de nossa cultura: “jamais chegamos a temer realmente o negro livre, pois todo o nosso sistema de relações raciais estava fortemente hierarquizado” (DA MATTA, 1983).

Para Hasenbalg, as relações entre brancos e negros que passariam a ser estabelecidas depois da abolição em nosso país, tomaram essa direção:

Num certo sentido, a sociedade brasileira criou o melhor dos dois mundos. Ao mesmo tempo em que mantém a estrutura de privilégio branco e a subordinação não-branca, evita a constituição da raça como princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da ideologia racial dominante manifesta-se na ausência de conflito racial aberto e na desmobilização política dos negros, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de recorrer a um alto grau de coerção (HASENBALG, 2005 p. 255).

A concepção acerca de uma colonização em que os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, são “fluidos”, é segundo Damatta (1984), um equívoco no pensamento social brasileiro. Para o antropólogo, há um movimento no sentido contrário desse ideário, onde ele afirma que somos na verdade colonizados por uma sociedade profundamente marcada pelas hierarquias sociais. O que aconteceu foi que essas hierarquias de tão profundas, faziam parte do sistema social quase que de uma maneira “natural”, onde cada um deve se por no seu lugar:

---

<sup>46</sup> Houve nesses países políticas institucionalizadas que separavam as populações brancas e negras em todos os campos da vida social. Nos Estados Unidos “Jim Crow”, e na África do Sul o “apartheid”.

Temos, pois, em Portugal (e, diríamos, também no Brasil), a figura impar do aristocrata-comerciante ou fidalgo burguês, personagem de um drama social e político ambíguo, cujo sistema de vida sempre esteve fundado nos ideais da hierarquia e da igualdade, na espada e no dinheiro (DAMATTA, 1984 P. 67).

Por ser uma sociedade que tem em sua composição construtiva um sistema altamente hierarquizado, em que cada um deve ocupar seu lugar na estratificação social, não houve motivos para se ter no Brasil, ações do Estado que pusessem em prática mecanismos institucionalizados de segregação racial:

Aqui o senhor não se sente ameaçado ou culpado por estar submetendo um outro homem ao trabalho escravo, mas, muito pelo contrário, ele vê o negro como seu complemento natural, como um outro que se dedica ao trabalho duro, mas complementa as suas próprias atividades que são as do espírito [...] Ninguém é igual entre si ou perante a lei; nem senhores (diferenciados pelo sangue, nome, dinheiro, títulos, propriedades, educação, relações pessoais passíveis de manipulação etc.), nem os escravos, criados ou subalternos, igualmente diferenciados entre si por meio de vários critérios. Esse é, parece-me, um ponto chave em sistemas hierarquizantes, pois, quando se estabelecem distinções para baixo, admite-se, pela mesma lógica, uma diferenciação para cima. Todo o universo social, então, acaba pagando o preço de sua extremada desigualdade, colocando tudo em gradações (DAMATTA, 1984 p.75).

Essa noção de hierarquia mistificada de igualdade é uma constante nas postagens analisadas nessa pesquisa:

Agora sim... Agora sim, o racismo está chegando de vez na pátria amada Brasil... Feriado para o dia da consciência negra, cota para negros nas universidades, e o que mais, a idiotice nacional, vai criar para aflorar as diferenças tão normais e inerentes aos seres humanos criados por Deus... Mas... A democracia exige igualdades... Então, quando será feriado, para o dia do índio? E vamos criar também o dia da raça amarela, e definir qual data será boa, para lhe dar ênfase e descanso? E o dia do cigano, do pigmeu, e do branco? Aflorem as diferenças e elas aflorarão em você! Pobre e miserável país dos medíocres e analfabetos morais! (RIGON 02/2009).

A argumentação que dá ênfase na igualdade entre os grupos, e na não aceitação dos problemas raciais vividos no Brasil, foi uma evidência constantemente vista nas postagens que em sua maioria são contra a implantação de um feriado municipal para se comemorar o

dia da consciência negra na cidade de Maringá. Esse tipo de discurso foi muito recorrente para se negar qualquer forma de movimento voltado para a população negra.

Esse pensamento conservador que busca argumentos para que não haja mudança nas estruturas sociais que movimentam a sociedade brasileira, se orienta por um viés que recorre à democracia racial como meio de se sustentar. Essa igualdade proclamada entre os brasileiros está toda travestida do sistema hierarquizado que faz parte de nossa cultura social:

Acho que os negros que se prezam, que se valorizam não precisam de benesse para vencer, não precisam de cotas, não precisam de feriados, não precisam de ONGs e grupos para denegrir exigindo favores e muito menos de piedade, e sim somente vontade própria de ir à luta e vencer [...] tenho inúmeros amigos negros, que não mediram esforços como tantos outros brasileiros de raça branca, amarela, parda mestiça etc. que são de famílias humildes e hoje são pessoas muito bem sucedidas (LIMA, 02/2009).

Esse tipo de argumento apresenta de forma latente a opinião dessas pessoas em relação à população negra. Segundo esse tipo de discurso a competição é travada por iguais, ou seja, se a população negra não ocupa posições que podem lhes assegurar uma mobilidade ou um prestígio social, é um fato que tem como responsável único e exclusivamente os próprios negros. Essa falta de espírito empreendedor e de vontade que caracterizaria uma parcela da população negra no Brasil, seria a única explicação plausível para a justificativa de sua posição na hierarquia social.

A situação que gerou esse sistema que coloca os negros sempre em posições subalternas e de pouca mobilidade social é, contudo, um processo histórico que se inicia logo após o término da escravidão no Brasil:

A desagregação do regime escravocrata e senhorial operou-se no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que o protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumaria e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar tal proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 1978 p. 15).

Essa direção inicial que foi dada ao antigo escravo, logo após o final do regime escravocrata irá marcar todo o processo de “assimilação” dessa população na sociedade



brasileira. A falta de oportunidades e as péssimas condições psicossociais nas quais o liberto foi colocado fizeram com que sua participação na sociedade como um todo fosse sempre a de sujeitos que vivessem às margens dessa sociedade. Esse processo teve como ponto de partida um modelo de transição entre o antigo e o novo regime que não se completaria para os negros, deixando os libertos numa situação denominada por Florestan Fernandes (1978), como um estado de anomia social.

Para Hasenbalg: “Tais desigualdades não são apenas o produto dos diferentes pontos de partida de brancos e não-brancos – a herança do escravismo – mas refletem também as oportunidades desiguais de ascensão social após a abolição” (HASENBALG, 2005). Logo, podemos dizer que além de partir para a competição no regime capitalista em desvantagem com outros agentes, o negro foi e ainda está submetido a um regime diferenciado de tratamento, que prejudica sua ascensão social.

Essa partida em busca de inclusão social passa a ter seus entraves, logo após o fim do regime escravocrata. Orientados por uma ação política de intervenção social, o Estado brasileiro trouxe, por meio da imigração européia (vindos em sua maioria da Itália), um grande contingente de imigrantes numa tentativa de “higienizar” a população brasileira:

Estima-se em 4 milhões a emigração européia para o Brasil, constituída principalmente por portugueses, italianos e espanhóis, entre 1850 e 1932. Essa mão-de-obra estrangeira, concentrada quase totalmente em São Paulo, nos estados do sul e Rio de Janeiro dominou a oferta de mão-de-obra industrial e artesanal, alijando completamente do mercado a população negra e mestiça (GUIMARÃES, 2001 p. 3).

Esses imigrantes serviriam como um meio de extinguir as características da população africana existente nos brasileiros, uma maneira de “purificar o sangue mestiço” de nossa população (SEYFERTH, 2007). Além de terem essa utilidade, os europeus trazidos para o Brasil, eram vistos também, como a nascente de um proletariado nacional, nos moldes do capitalismo moderno Europeu. Dessa forma, esse evento veio agravar ainda mais a péssima situação na quais os libertos se encontravam:

O fato da urbanização e da industrialização se darem, em grande parte, como consequência da imigração, concedia ao imigrante uma posição altamente vantajosa em relação ao elemento nacional e, em segundo lugar, quase anulava as possibilidades de competição do negro e do mulato automaticamente deslocado para os setores menos favorecidos do conglomerado nacional (FERNANDES, 1978 p. 139).

Isso ocorreu porque para os proprietários dos meios de produção da época o imigrante branco europeu era visto com uma melhor capacidade de assimilação de trabalho do que o operário nacional, essa escolha não tinha relação direta com indicadores salariais, já que o valor pago para os negros e para o imigrante era equivalente (FERNANDES, 1978); às vezes o valor pago há um europeu era maior que o pago há um brasileiro, para exercer a mesma função:

Muitos dos 1,5 milhões de imigrantes vieram para o Brasil de navio, com passagens e alojamentos subsidiados pelo estado de São Paulo. Assim que chegavam, os imigrantes europeus eram privilegiados na contratação, recebiam melhores empregos e, em alguns casos, recebiam terras. A preferência por trabalhadores imigrantes sobre os trabalhadores nativos também incluía a exigência de pagamentos bem menores para os brancos na aquisição de terras, além de proteção especial e assistência por parte do governo brasileiro. No sul do Brasil, os governos estabeleceram pequenas fazendas para imigrantes sob tutela do governo e, em 1892, o estado de São Paulo criou um Escritório de Colonização e Imigração, que garantia títulos provisórios de terras públicas para imigrantes (TELLES, 2003 p. 251).

Dessa forma, além de contarem com a ajuda do governo brasileiro, os melhores empregos e melhores salários eram ganhos sempre pelos imigrantes e seus descendentes, que gozavam de melhor preparo no regime de trabalho livre, justamente por não terem sido vítimas de um regime escravocrata e estarem já adaptados ao trabalho assalariado:

Como os antigos libertos, os ex-escravos tinham de optar, na quase totalidade, entre a reabsorção no sistema de produção, em condições substancialmente análogas às anteriores, e a desagregação de sua situação econômica, incorporando-se à massa de desocupados e de semi-ocupados da economia de subsistência do lugar ou de outra região. Onde a produção atingia níveis altos, refletindo-se no padrão de crescimento econômico e de organização do trabalho, existiam reais possibilidades de criar um autêntico mercado de trabalho: aí, os ex-escravos tinham de concorrer com os chamados “trabalhadores nacionais”, que constituíam um exército de reserva (mantido fora de atividades produtivas, em regiões prósperas, em virtude da desagregação do trabalho escravo) e, principalmente, com a mão-de-obra importada da Europa, com frequência constituída por trabalhadores mais afeitos ao novo regime de trabalho e as suas implicações econômicas ou sociais (FERNANDES, 1978 p. 17).

Com todas as dificuldades que foram impostas ao liberto que eram geradas pelas estruturas já existentes no Brasil, o negro ainda teve que enfrentar uma total indiferença do poder público e das instituições políticas:

Os negros e os mulatos se viram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras. Em conseqüência, viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela. Constituíam uma congêrie social, dispersa pelos bairros, e só partilhavam em comum uma existência árdua, obscura e muitas vezes deletéria. Nessa situação, agravou-se, em lugar de corrigir-se o estado de anomia social transplantado do cativo (FERNANDES, 1978 p. 99).

O conjunto de situações desfavoráveis na qual o negro estava exposto funcionou como uma engrenagem de inércia social, pois as condições psicossociais e econômicas em que estavam submetidos os libertos corroboraram para a manutenção de seu estado anômico, resultando numa reprodução histórica que encontra recorrência até os dias atuais (FERNANDES, 1978).

O regime havia sido abolido, todavia, tinha-se a readequação de novos mecanismos que continuavam a manter as distâncias sociais entre os negros e os brancos. Ao adentrar no novo regime para a competição por mobilidade e ascensão social, os negros partem com desvantagens irreparáveis, provocada desde as suas raízes calcadas no antigo regime, passando pelo problema de ser deixado à própria sorte com o fim do escravismo, até o tratamento desigual ocasionado pela conotação pejorativa na qual os negros foram (e estão) expostos:

O regime extinto não desapareceu por completo após a abolição. Persistiu na mentalidade, no comportamento e até na organização das relações sociais dos homens, mesmo aqueles que deveriam estar interessados numa subversão total do antigo regime [...] Ela nos mostra que o negro e o mulato foram, por assim dizer, enclausurados na condição estamental de “liberto” e nela permaneceu muito tempo depois do desaparecimento legal da escravidão [...] Ora, essa situação esdrúxula é altamente esclarecedora. Pois identifica quais as raízes históricas da desagregação social do “homem de cor” no seio do novo sistema de ajustamento racial que pressupunham a vigência de critérios anacrônicos de distribuição de papéis sociais ao negro e ao mulato (FERNANDES, 1978 p. 248-249).

As heranças transplantadas pelo cativo exerceram uma enorme influência na produção sócio-cultural engendrada pelo contato do liberto com o novo regime, que ingressava na sociedade de forma desvantajosa. A integração desestruturada, a anomia social a qual estava submetido, a pauperização em que se encontrava o liberto, produziu um modelo

de assimilação deficiente do negro junto à sociedade inclusiva brasileira (FERNANDES, 1978).

Esse novo sistema constituído agora por “homens livres” delegou ao negro uma posição subalterna, abaixo do branco. Essa estratificação por sua vez, não eclodiu em um acirramento das relações entre brancos e negros, já que “Este propendia em aceitar passivamente a continuidade de antigos padrões de acomodação racial” (FERNANDES, 1978). Essa indiferença tem suas premissas ligadas à desestruturação política em que os negros estavam imersos no período pós-abolicionista, em que as tentativas de ações e manifestações eram sempre rechaçadas antes mesmo de virarem qualquer tipo de movimento social:

A apatia foi, assim, um patamar, o ponto de partida rudimentar e modesto de que se elevou o “homem de cor” na passagem gradativa da passividade agreste para o conformismo mais ou menos consciente e, com o correr do tempo, para a insatisfação refletida e declarada (FERNANDES, 1978 p. 234).

Com a falta de oportunidades voltadas para a inclusão do antigo escravo na sociedade brasileira, o negro se viu à custa de sua própria ação: “Deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo” (FERNANDES, 1978).

Segundo Florestan Fernandes (1978), o processo de anomia social produziu no negro uma orientação de comportamento condizente com a situação encontrada pelo liberto frente à sociedade inclusiva que insistia em segregá-lo. Se o negro não poderia participar e concorrer de forma justa por posições na sociedade brasileira, adaptando-se e usufruindo de suas prerrogativas, ele criou outras formas para garantir seu processo de sobrevivência, fosse pelo ato criminoso ou pela prostituição:

A anomia não produziu por si mesma, a miséria; nem se manteve por qualquer suposta “propensão do negro para viver na desordem”. Vice-versa, a miséria não engendrou como antecedente causal, a anomia e, se concorreu de diversas maneiras para agravá-la e perpetuá-la, isso não se deu simplesmente porque “o negro não gosta de não fazer nada”. Foi graças ao modo pelo qual a pauperização se desenrolou econômica e socialmente que a anomia e a miséria acabaram se combinando, se influenciando e se fortalecendo de forma incessante, arruinando pela base todos os anseios de “vida condigna”, confusa ou claramente alimentados pela “população de

cor”. Excluídos das ocupações conspícuas e mais ou menos compensadoras, o negro e o mulato estavam “condenados a vegetar socialmente” – como eles próprios falam. Não podiam romper a crosta secular da miséria ostensiva, da dependência disfarçada ou da semidependência, transplantada com suas pessoas do mundo rústico para a cidade. Nem tinham como superar as condições de existência social anômica, herdadas diretamente das senzalas e reativadas pelas peripécias de desagregação do regime servil (FERNANDES, 1978 p. 223-224).

Todo o processo histórico ao qual o negro esteve submetido corroborou para sua existência em nossa sociedade como sujeitos que não tinham as mesmas condições de lutar de forma justa e igual no mundo social. No entanto, essas condições não parecem ter se modificado no decorrer da história, mesmo havendo mudanças na economia do país e certa transformação na paisagem social: “As diferenças, de renda ente os grupos raciais se intensificam em países como o Brasil, simplesmente em razão da elevada desigualdade estrutural” (TELLES, 2003). Desigualdade essa que é colocada no patamar na luta individual do sujeito na estrutura social pela fala conservadora presente nos discursos analisados. As retóricas que preconizam a situação da população negra em nossa sociedade como uma condição que é própria de quem não se submete ao esforço e ao trabalho no competitivo mundo capitalista no qual estamos inseridos, não levam em consideração as estruturas de relações sociais na qual esses sujeitos estão e, estiveram historicamente inseridos. Essas estruturas perpassam o regime escravocrata, e ainda continuam a submetê-los num sistema de hierarquia racial onde o negro ocupa as piores posições sociais, culturais e políticas.

A postagem a seguir mostra como o discurso conservador está impregnado de um tipo de “irritação” quando se refere a qualquer forma de mudança social, num movimento que privilegie as camadas mais marginalizadas da sociedade brasileira:

Quero que o dia do índio seja feriado também. E tem que ter o dia do imigrante, afinal com a abolição da escravatura os italianos, japoneses e outros vieram “substituir” a mão de obra negra. Poderia ter pelo menos um dia pra todos! Estou pedindo muito? E o dia dos portugueses! Dia dos degredados, foram os primeiros a viver por aqui! Aliás, naufragos, degredadas e prostitutas! Aí vamos viver de feriados (LIMA, 02/09).

As concepções que organizam os argumentos dos internautas são orientadas e têm como modelos significativos apenas os resultados e os dados históricos que ajudam a suprimir intenções de movimentos que possam consubstanciar alguma mudança social.

Conseqüentemente, tem-se no substrato desse discurso, toda uma história social marcada pela forte cultura hierarquizada presente em nossa formação e que persiste até os dias atuais.

Essa estrutura hierarquizante vem se reproduzindo na sociedade brasileira, e está muito presente nas postagens aqui interpretadas. Como conseqüências disso, historicamente os negros sempre estiveram em posições desvantajosas, para competir e atingir certa mobilidade social no Brasil:

Em qualquer época e lugar específicos, após a abolição do escravismo, os negros ocuparam um certo conjunto de posições nas relações de produção e distribuição. A evidência disponível sugere também que essas posições foram e (são) diferentes daquelas ocupadas pelos brancos (HASENBALG, 2005 p. 121).

Há uma grande quantidade de postagens que mostraram uma posição contrária a qualquer mecanismo que venha ao interesse desse grupo, reproduzindo esse conservadorismo latente, por meio de uma falsa idéia de igualdade, que tem no mito da democracia racial, seu mais fiel argumento:

Concordo que nem todo feriado tem fundamento, como o feriado da independência. Eu pergunto: Que independência? Agora, todos sabemos da contribuição do negro na cultura de nosso país, mas daí querer comemorar com feriado, não acho certo. Assim como não concordo com cotas (nas universidades) para negros, eles não precisam disso. Isto sim seria uma discriminação, visto que são inteligentes e capazes de competir (RIGON, 03/2009).

Para Hasenbalg (2005), a população negra tem sido historicamente explorada pela camada mais elitizada da sociedade, que é composta em sua maioria por grupos dominantes da população branca.

As postagens contra intervenções que beneficiem os negros partem, do mesmo pressuposto usado para a supressão dessa população no final do regime escravista. Os discursos que foram postados não reconhecem e não admitem que a história dessa população no Brasil foi sempre sobrepujada, de forma a manter a ordem vigente que coloca os negros como agentes subalternos em relação à população branca. Em relação ao feriado e às cotas, um internauta se posicionou da seguinte maneira:

A pior idiotice disso, pois dessa forma, faz aflorar dentro de cada pessoa o sentimento de racismo, e os outros povos tem seu dia também? Outra coisa

em que discordo é essa tal de cotas nas universidades e para concursos públicos, a pior forma de preconceito é esse que o governo promove descaradamente (LIMA, 07/02/09).

Esse tipo de discurso serve para manter o distanciamento que caracteriza as populações mais abastadas das mais pauperizadas, reproduzindo no Brasil desigualdades inerentes a nossa formação cultural, que se organiza por meio um profundo sentimento de hierarquia social:

Um sistema de fato profundamente antiigualitário, baseado na lógica do um para cada coisa, cada coisa em seu lugar, que faz parte de nossa herança portuguesa, mas que nunca foi realmente sacudido por nossas transformações sociais. De fato, um sistema tão internalizado que, entre nós, passa despercebido (DAMATTA, 1983 p. 83).

Todo o conteúdo que substancializa os argumentos do pensamento conservador evidenciado nas postagens dos blogs, tem como orientação o não reconhecimento dos problemas vividos pelos negros devido a sua trajetória histórica no Brasil. Além disso, salienta a suposta “paz racial” existente em nossa sociedade.

Devido à desestruturação da mobilidade política do negro e à sua falta de preparo para participar do jogo político depois de liberto, foi fácil para a elite dominante coagir e suprimir qualquer tipo de manifestação por parte dos negros que fossem contra seus anseios.

Todavia, há indícios e conjecturas históricas que mostram que antes da abolição do sistema escravagista, houve em nosso país um profundo sentimento de insegurança em relação à população de escravos. O fim da escravidão não aconteceu apenas pela “vontade” dos abolicionistas que, orientados por postulados positivistas, viam a servidão como um mecanismo atrasado para a projeção de uma sociedade harmoniosa e progressista. Vários outros elementos corroboraram para a extinção desse sistema, inclusive a luta travada pelos próprios escravos (MOURA, 1981). A abolição da escravatura também serviria como um meio de prevenir o que poderia vir a ser uma guerra civil em pleno território nacional (AZEVEDO, 1987), já que o descontentamento com a escravidão foi tomando proporções cada vez maiores e as lutas contra esse meio de exploração vinham crescendo. Nessa perspectiva a luta se dava por diversas frentes (MOURA, 1981).

Houve diversos embates e conflitos que fizeram parte de nossa história, contradizendo esse paradigma de um país sem lutas, inclusive com a participação dos próprios escravos, colocando por terra aquela concepção de que os negros foram elementos inertes na luta

abolicionista. Entre esses exemplos podemos citar as insurreições baianas, as revoltas no estado de São Paulo, os quilombos, as guerrilhas entre outros (MOURA, 1981).

### 6.1 O discurso conservador: O racismo latente na luta de iguais.

O racismo é um conceito que teve seu sentido transformado no decorrer da história das relações raciais e, apesar de ser muito utilizado no senso comum, no meio acadêmico e, político, sua terminologia é muito recente<sup>47</sup> (LEECH, 1986; apud SILVÉRIO, 1999). Segundo esses autores:

O suplemento do OED de 1910 define racismo como a “teoria que distingue características e habilidades humanas que são determinadas pela raça” e registra sua primeira aparição na língua inglesa em 1930. Anteriormente a essa data, os críticos das teorias científicas sobre raça não usam o conceito para identificar seu objeto ideológico (SILVÉRIO, 1999 p. 56).

A partir dos estudos coordenados pela UNESCO na década de 1940, esse termo passa a ter um significado mais abrangente e mais conhecido, que procura definir por meios falsos o conhecimento acerca da biologia humana (SILVÉRIO, 1999). Dessa forma, esse termo passaria a significar que o: “Racismo afirma falsamente que existe base científica para a classificação hierárquica de grupos em termos de características psicológicas e culturais que são inatas e imutáveis” (MONTAGU, 1972; apud SILVÉRIO, 1999). Essa concepção sobre o que era o racismo, foi apresentada na quarta declaração da UNESCO: “Repetindo a definição dada por Benedict e outros escritores nos anos de 1930 e 1940” (SILVÉRIO, 1999).

Esse termo, que surge para denominar o que seriam os ideais racialistas que procuravam hierarquizar a humanidade em espécies distintas biologicamente, foi tema de diversos debates no mundo acadêmico, os quais divergiam de uma conotação consensual sobre essa terminologia. Já naquele período, o termo racismo passa a ter outros significados além daquele paradigma que era amparado apenas por elementos biologizantes (SILVÉRIO, 1999). Entretanto, em nosso país: “O termo ‘racista’ foi introduzido no Brasil apenas ao final dos anos de 1970, período em que se constitui nova organização do movimento negro: Movimento Negro Unificado” (SILVA & ROSEMBERG, 2008).

---

<sup>47</sup> Segundo Leach (1986), e Silvério (1999), a palavra racismo não estava presente no OED (Oxford English Dictionary), de 1910.



Para o desenvolvimento desse trabalho, que tem como foco as relações raciais, o racismo não está estruturado num modelo que procura por meio de explicações biológicas, hierarquizar os grupos humanos entre superiores e inferiores<sup>48</sup>.

Para a realização dessa dissertação, a concepção sobre o racismo abrange outro tipo de discurso, que não é somente aquele que está calcado em sistematizações genéticas e biologizantes: “O racismo não pode ser identificado exclusivamente como uma ideologia com referência ou conteúdo especificamente biológico” (MILES, 1989; apud, SILVÉRIO, 1999).

O racismo nesse caso é tratado como um paradigma que se sustenta em um discurso que vai contra a mudança na estrutura das relações raciais. Dessa forma, procura por meios implícitos, não abrir mão de direitos que são conferidos a uma parte branca da sociedade, e negado historicamente a população negra, num embate ideológico de manutenção de um sistema que, de forma explícita, favorece o seguimento constituído pela parcela branca dessa sociedade. No que diz respeito a esse conceito:

Uma posição é racista quando ela defende, protege ou realça organizações sociais baseadas em desvantagens sociais. O racismo é determinado pelas conseqüências de um sentimento, não por qualidades superficiais... Racismo branco é o que o povo branco faz para proteger os benefícios especiais que eles recebem em virtude de sua cor da pele (WELLMAN, 1977 p. 36; apud SILVÉRIO, 1999 p. 66).

Quando neste texto se usa o termo racismo, ele faz referência a uma ideologia que se utiliza de uma construção social<sup>49</sup> para legitimar a posição vantajosa de uma parcela da população branca que, mantêm a parcela negra em uma posição de exclusão. Esse tipo de racismo parte do pressuposto de que existe uma sistematização simbólica, que tem por meio de um discurso conservador, manter as relações raciais que estão dadas, ou seja, sustentar a estrutura social onde a população negra tem menos acesso aos bens simbólicos e materiais produzidos por nossa sociedade, se comparada à parte de brancos dessa mesma sociedade.

Essa ideologia é denominada de racista porque implicitamente, segrega a população negra que é vista por uma ótica racial, quer dizer, apontada como uma raça. Vimos num capítulo anterior que esse termo é muito utilizado nos debates que serviram de dados para a pesquisa, fazendo referência a um tipo de raça social que procura, por meio de características

---

<sup>48</sup> No caso desse trabalho estamos falando mais especificamente entre os grupos negros e brancos.

<sup>49</sup> Essa construção social, diz respeito à negação de todo o processo histórico sofrido pela população negra, desembocando no racismo latente existente no Brasil que, conseqüentemente, produz desvantagem para os negros em relação à parcela branca em nossa sociedade.

somáticas e de aparência, distinguir os grupos sociais. Embora não haja uma hierarquização desses grupos por parte dos internautas que postaram suas opiniões sobre a população negra nos blogs pesquisados, e nem mesmo utilizarem elementos genéticos para essas distinções, essas falas usam o termo raça para deliberar sobre a condição dos negros no Brasil.

Quando falamos de ideologia estamos recorrendo ao que foi proposto por Thompson (2009):

Estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação. Fenômenos ideológicos são fenômenos simbólicos significativos desde que eles sirvam, em circunstâncias sócio-históricas específicas para estabelecer e sustentar relações de dominação. Desde que: é crucial acentuar que fenômenos simbólicos, ou certos fenômenos simbólicos, não são ideológicos como tais, mas são ideológicos somente quando servem, em circunstâncias particulares, para manter relações de dominação. Não podemos derivar o caráter ideológico dos fenômenos simbólicos dos próprios fenômenos simbólicos. Podemos compreender os fenômenos simbólicos como ideológicos e, por isso, podemos analisar a ideologia somente quando situamos os fenômenos simbólicos nos contextos sócio-históricos, dentro dos quais esses fenômenos podem, ou não, estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2009 p. 76).

Para esse autor, ideologia não é entendida como ilusória por se tratar de uma sistematização simbólica e, conseqüentemente, falsa. Ela é simbólica, mas, diferentemente do que propõe Marx, ela é falsa somente em contextos sociais e históricos específicos, no qual ela serve para sustentar ou gerar relações de dominação (THOMPSON, 2009).

O racismo é uma concepção, ou um paradigma, sistematizado com o intuito de delegar o poder a um tipo de raça, por isso ele é denominado nesse trabalho como uma ideologia. Ele foi concebido a princípio, para justificar o mando de um determinado grupo (raça) social e a manutenção do poder para esse grupo:

O que nos interessa aqui não é, principalmente, nem inicialmente, a verdade ou a falsidade das formas simbólicas; antes, interessam-nos as maneiras como essas formas servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação; e não é absolutamente o caso de que essas formas simbólicas servem para estabelecer relações de dominação somente devido ao fato de serem errôneas, ilusórias ou falsas (THOMPSON, 2009 p. 77).

Ou seja, as ideologias não servem como falsos instrumentos de dominação só porque são simbólicas. Elas podem ser falsas, primeiramente, quando elas criam ou mantêm grupos num sistema de dominação. O seu falso conteúdo, não está no fato dela ser uma concepção simbólica, mas somente no fato dela estabelecer relações de poder e de dominação (THOMPSON, 2009).

Denominamos de ideologia o racismo que temos como referência nesse trabalho, porque ele cria uma relação de poder entre brancos e negros, no qual o segundo parte sempre em desvantagem na luta social.

Contudo, nesse trabalho: “O conceito de racismo é usado, por isso, para se referir a uma variedade de fenômenos, tais como crenças e ações intencionais ou não-intencionais, mas com uma ênfase específica sobre as conseqüências da dominação de um grupo sobre outro” (SILVÉRIO, 1999).

A ideologia racista que vigora no Brasil, entretanto, possui características diferentes daquelas apresentadas, por exemplo, como nos Estados Unidos. Nesse país, o que vai determinar se uma pessoa é ou não é negra, serão questões relacionadas à sua descendência, isto é, se ela descende ou não de uma família de negros. No Brasil, o que vai caracterizar uma pessoa como sendo ou não negra, são suas características físicas, que tem como viés um critério baseado na aparência, independentemente de sua origem familiar (NOGUEIRA, 1979).

Em pesquisa realizada por Oracy Nogueira sobre as relações raciais em Itapetininga, interior de São Paulo, ficou caracterizado que no Brasil o preconceito racial se ampara em critérios fenotípicos, o que para o autor determina o chamado preconceito de “marca”, por se basear na aparência física das pessoas para identificá-la ou não como sendo negra. Em seus estudos realizados nos Estados Unidos, o autor comparativamente conclui que, naquele país o preconceito é de “origem”. Diferentemente do Brasil, lá o que vai determinar se uma pessoa é ou não parte da população negra, será sua origem familiar, ou seja, se ela tem uma descendência e ancestralidade ligada à população africana. Dessa forma, a raça social mencionada anteriormente, vem de encontro com esse tipo de racismo encontrado aqui no Brasil. Se a raça social se orienta através da aparência física para distinguir os grupos, o racismo em si, também toma essa direção.

Nesse sentido dizemos que o preconceito de cor no Brasil se equivale ao de raça, onde a categoria cor substitui o termo raça presente em outros países:

Primeiramente, o termo “cor” no Brasil equivale ao termo em inglês *race* e é usado para expressar uma combinação de características físicas, inclusive a cor da pele, o tipo de cabelo, e forma do nariz e dos lábios, sendo que os traços das categorias não-brancas normalmente possuem conotações negativas. No Brasil, da-se a preferência ao termo “cor” porque este capta a idéia de continuidade entre as categorias de raça que se sobrepõe (TELLES, 2003 p. 104).

Partimos, portanto, de um tipo de ideologia racista que além de não ser explícita ou institucional como ocorreu em outros países, traz em sua sistematização características particulares também no plano das categorias raciais adotadas, que nesse caso é determinado pelo quesito cor.

Nas postagens analisadas, a imensa maioria dos discursos procurou negar a existência de racismo no Brasil, como um mecanismo segregador. A maior parte das falas parte do pressuposto de que aqui, existem apenas casos isolados de racismo. Em um debate sobre um homem que foi condenado no estado de Minas Gerais, por ter tido um comportamento racista, as falas foram incisivas em condenar o ato. Em postagem que fala sobre o valor<sup>50</sup> estipulado a ser pago pelo agressor às duas mulheres agredidas, um internauta se manifestou da seguinte forma: “Esse valor teria que ser transformado em pensão vitalícia, para esse ”capataz” deixar de ser idiota” (LIMA, 10/2009).

Num outro caso de injúria racial um engenheiro foi preso em flagrante (depois de testemunhas terem contado à polícia o que viram), por ofender um segurança de uma escola no estado de São Paulo. As postagens apoiavam a atitude tomada pelos policiais que prenderam o agressor: “Parabéns ao delegado e as testemunhas” (LIMA, 10/2009).

Não obstante, em postagem do mesmo blog, em que um pesquisador e professor local concedeu uma entrevista dizendo que Maringá é uma cidade que promove um racismo velado, fez com que muitos internautas se sentissem ofendidos com tal apontamento. Uma grande maioria de postagens condenou não o suposto racismo existente na cidade, mas as falas do entrevistado, que sofreu todos os tipos de censura: “Esse é típico professor com mente defasada e ultrapassada. Viva a modernidade, novos tempos” (LIMA, 11/2009); ou ainda:

Professor vai dar uma voltinha nos bairros e nas periferias mais afastadas de Maringá, e abra bem esse olho para enxergar que lá também existem brancos, japoneses, polacos etc. A discriminação começa na sua consciência, você faz o seu mundo e sua vida, as oportunidades existem para todos independente de raça, existem milhares de exemplos de pessoas

---

<sup>50</sup> O agressor foi condenado a pagar uma indenização de dois mil e quatro mil reais respectivamente as duas mulheres por tê-las ofendidas com termos como “macacas” e “tição”.

pobres, negras ou não que conseguiram com muito esforço e vontade, progredir na sua vida e se realizar. Pelo jeito você está perdendo tempo em fazer sua parte e ser alguém sem complexos e realizações, larga essa bandeira do racismo e vai trabalhar esse papo já está obsoleto (LIMA, 11/2009).

O paradoxo presente nas opiniões que hora condenam o racismo hora nega sua existência, está todo permeado por um processo histórico que demonstra como é difícil reconhecer a ideologia racista na sociedade brasileira.

A última postagem carrega elementos que já foram mostrados anteriormente no trabalho aqui apresentado: O internauta utiliza a terminologia raça em seu discurso para denominar os grupos sociais; utiliza-se do mito da democracia racial para negar que há racismo em nossa sociedade, e conseqüentemente, profere um discurso conservador de repúdio ao entrevistado que deu tais declarações; mostra-se conservador porque seu argumento está baseado no mito da democracia racial, e nega que exista dificuldade de mobilidade social para a população negra em decorrência do racismo, além de postular uma manutenção da estrutura que está dada.

Esse tipo de discurso demonstra como é a concepção dos internautas em relação ao racismo. Concepção essa que, quando contextualizada em sua produção histórica e social, revela o quanto ainda existe de rejeição para se assumir esse problema no Brasil, e o quanto existe de reprodução desses mesmos mecanismos retóricos para a manutenção da ordem vigente, que estruturalmente segrega a população negra em nossa sociedade.

O Estado brasileiro até meados da década de 1990, ainda se dizia um país sem conflito racial: “Foi em 1995 que o governo brasileiro reconheceu, pela primeira vez, que o país era estruturalmente racista, tendo assumido sua dívida histórica com os negros” (SILVA & ROSEMBERG, 2008).

Mesmo esse problema sendo assumido pelo governo brasileiro, essa falta do reconhecimento do racismo como um mecanismo presente em nossa sociedade, como vimos, é de longa data, fazendo com que: A discriminação racial seja: “freqüentemente difusa, de mensuração difícil e com múltiplas manifestações” (TELLES, 2003), como no caso dos discursos analisados nessa pesquisa.

Esse procedimento discursivo que procura flexibilizar e ignorar o conflito racial existente nas relações sociais no Brasil, não tem apenas no mito da democracia racial um importante elemento que o caracteriza. A chamada fábula das três raças é usada como outro importante suporte para a concepção das relações raciais em nosso país: “Essa fábula é

importante porque, entre outras coisas, ela permite juntar as pontas do popular e do elaborado (ou erudito), essas duas pontas de nossa cultura” (DAMATTA, 1984).

Dizemos que ela funciona como um flexibilizador, porque assim como a democracia racial, ela tem na figura do “mestiço”<sup>51</sup> um importante elemento que compunha a idealização do tipo brasileiro.

No Brasil, a existência da categoria mulato, ou pardo, ou mestiço, é, ao mesmo tempo, causa e consequência de uma ideologia de uma miscigenação e não o resultado automático do processo biológico real da mistura de raças. A miscigenação não cria seres de raças mistas, como demonstra o caso dos Estados Unidos, onde as pessoas com mistura racial são simplesmente negras. Na ideologia brasileira, os mulatos são valorizados no imaginário nacional como sendo o brasileiro típico, embora sejam também, freqüentemente, marginalizados e, na realidade, estejam mais próximos da condição dos negros do que dos brancos na estrutura de classes do Brasil (TELLES, 2003 p. 305).

Nesse sentido, essa figura passa a ser paradigmática, pois ela simboliza a união das raças:

Gostaria que alguém me explicasse, seriamente, porque o movimento negro considera os mulatos como parte da raça negra, se tecnicamente eles são frutos da miscigenação entre duas raças, branca e negra. Um mulato também é integrante da raça branca (RIGON, 02/09).

Nessa relação triangular o “mulato”, é a figura de transição que representaria a união das raças e sua aceitação por parte de todos os brasileiros:

Num meio social hierarquizado, tais intermediações triangulares (ou seja: em três e nunca em dois, o que conduziria a um dualismo exclusivista) são parte de sua própria lógica social, pois é por meio da mediação que se pode efetivamente propor o adiamento do conflito e do confronto (DAMATTA, 1984 p. 82-83).

Essa triangulação étnica tem seu suporte na ideologia do branqueamento; ideologia essa que funcionou, ela própria, como um mecanismo “suavizador” das relações raciais no

---

<sup>51</sup> O “mestiço” nesse trabalho é representado pela figura no “mulato”, que foi mencionado pelos internautas como consequência da união entre brancos e negros e outras etnias, e que também, era apontado nas postagens como o símbolo da união das “raças”.

Brasil, pois será ela que dará ao “mulato” um significado de como nosso país “convive bem” com as diferenças étnicas.

A idéia de que se deveria purificar o sangue “mestiço” do brasileiro com a vinda de imigrantes europeus, fez com que a figura do “mulato” fosse seguida como um ideal a ser atingido, o que também prejudica a formação de uma consciência de raça por parte dos negros de forma geral. A idéia negativa construída acerca da negritude desmobiliza a juventude, que internaliza uma concepção de inferioridade negra e procura a “salvação” tentando de algum jeito tornar-se branca (TELLES, 2003).

O movimento de europeizar as características da população brasileira, fez com que a mistura do branco, do negro (que é o caso tratado aqui), e índio, fosse vista como uma forma de aceitação dos grupos não europeus na formação de nossa sociedade:

Se no plano social e político o Brasil é rasgado por hierarquizações e motivações conflituosas, o mito das três “raças” une a sociedade num plano “biológico” e “natural”, domínio unitário, prolongado nos ritos de umbanda, na cordialidade, no carnaval, na comida, na beleza da mulher (e da mulata) e na música (DAMATTA, 1984 p. 70).

Portanto, se em outros lugares como nos Estados Unidos, a divisão entre brancos e negros foi feita de uma forma radical, condenando a “mistura racial”, e separando esses grupos numa ruptura profunda, no Brasil o foco estava voltado para o branqueamento da população, que teve sua “teorização” realizada em cima do “mestiço” e do “mulato”, nas camadas e espaços intermediários do nosso sistema racial (DAMATTA, 1984).

A figura do “mulato” no Brasil como aquele sujeito que representa a transição das raças, levanta outras questões que são averiguadas pelas pesquisas de relações raciais no Brasil. Outro fator que é ao mesmo tempo difuso e importante é o da classificação racial. Em consequência do grande número de casamentos inter-raciais (se comparado aos Estados Unidos), e da utilização do termo cor como uma das variáveis que distingue raça no Brasil, faz com que essa escala racial seja interpretada pelos brasileiros através do uso de dezenas de termos, quando se trata de identificar qual a cor dos sujeitos em nossa sociedade: “Uma descoberta bastante citada é que uma pesquisa nacional realizada de 1976 com perguntas abertas revelou o uso de mais de 100 termos para a definição da cor da pele” (TELLES, 2003). Essa dificuldade na classificação racial atrelada à ideologia do branqueamento faz com que muitas pessoas que em outros lugares fossem vistas como negras, se identificarem como

sendo brancas no Brasil. De certa maneira, isso se apresenta como uma dificuldade até certo ponto, de caracterizar quem é negro no Brasil (MUNANGA, 2004).

Essa construção das relações raciais em nosso país, juntamente com sua estrutura “naturalmente hierarquizada”, fez com que engendrasses uma idéia de que cada um deva ocupar seu lugar na sociedade.

No caso das postagens analisadas nesse trabalho, o discurso que é reproduzido nas falas faz menção a uma concepção de “lugar” social do negro que parece estar muito ligado as camadas subalternas da sociedade.

Esse movimento, mesmo que latente, é percebido pela forma que são construídos os discursos que em sua maioria se posicionaram contra qualquer tipo de ação em benefício da população negra. Mesmo no momento que o argumento utilizado fosse o de uma “igualdade” inerente a todos os seres humanos, a maneira como são manifestadas as posições contrárias às políticas afirmativas ou mesmo a um feriado (temática que serviu de referência para as discussões), são de um extremismo por parte desses agentes, que beira o inconformismo. As postagens contra um movimento favorável aos negros eram sempre de repúdio e revolta: “Espero que o prefeito barre essa barbaridade. Com todo respeito vereador.... Por quem tenho consideração” (RIGON, 02/2009), ou: “Não existe, em nenhum país africano, qualquer data que faça referência a escravidão no Brasil. Se eles mesmos têm dificuldade em trabalhar esta tese, porque nos devemos abraçá-la?” (RIGON 03/2009).

Essas, entre outras postagens que são majorias nas falas, têm como orientação o mesmo argumento, de que não precisa de nenhuma ação em prol da comunidade negra. Para elas, além do fato de existirem apenas casos isolados de racismo (ou quase nunca existir), no Brasil todos dispõem dos mesmos meios para a competição por posição na estrutura social.

Apesar dos inúmeros estudos que mostram que o racismo no Brasil intervém na mobilidade da população negra, as opiniões contidas nos blogs são sempre de ignorar que esse problema exista:

Estas práticas, que no Brasil derivam da forma de pensar que naturaliza a hierarquia racial, provavelmente causam mais danos do que os menos comuns e mais divulgados insultos raciais. Winant (2001) sustenta que o racismo moderno, no mundo, existe como um “sentido comum”, parte de uma cultura onde os responsáveis por atos de racismo são cada vez menos importantes. No Brasil, esse senso comum freqüentemente é articulado através do bem conhecido ditado popular “todos sabem seu lugar” (TELLES, 2003 p. 236).



Explicitamente é isso que as opiniões postadas nos blogs revelam: Uma profunda oposição a políticas afirmativas para a diminuição do racismo e inclusão social da população negra, pois implicitamente para os internautas cada um ocupa o lugar que lhe é devido.

Em relação ao feriado um internauta postou a seguinte mensagem:

Eu acho esse negócio de feriado do dia da consciência negra uma tremenda bobagem, e não tem nada de racismo nisso, porém, não tem nada a ver esse feriado, então vamos instituir um feriado para o dia da imigração japonesa, italiana, alemã, dia do branco, que é tão sem sentido quanto esse feriado (RIGON, 11/2009).

Essas posições são racistas não porque elas têm a intenção de sê-lo, mas porque elas legitimam uma estrutura de relações sociais que coloca a população negra em uma situação desprivilegiada se comparada à população branca. Muitos desses discursos argumentam não se tratar de racismo sua posição contrária à mudança na estrutura social, mas esses discursos não devem ser esgotados por eles mesmos (THOMPSON, 2009). Ao contextualizar essas retóricas em seu campo semântico (GEERTZ, 1989), e localizar qual sua produção sócio-histórica, revelamos que essas atitudes frente aos problemas enfrentados pelos negros têm sua gênese na constituição de uma sociedade hierarquizada onde há vários séculos atrás, a elite dominante branca já usava desses mesmos artifícios para se manter nas posições mais privilegiadas da sociedade brasileira. Essa retórica, portanto, é retomada nos dias atuais para tentar legitimar o lugar de mando da parcela branca da sociedade: “A cultura geral dissemina e aceita a idéia da hierarquia racial, que os brasileiros, por sua vez, percebem como natural; isso fornece um entendimento lógico e legitima a ordem social” (TELLES, 2003).

Essa hierarquia sempre contou com a população negra ocupando os piores lugares na estratificação social. Questão essa que foi gerada por diversos fatores históricos e que, ainda hoje por conta do racismo, faz com que continuem a ocupar:

Embora sua importância tenha sido negada no passado, as profundas desigualdades raciais no Brasil são, agora, bem conhecidas. Elas não são meramente o resultado da escravidão ou de grandes desigualdades de classe, mas de uma contínua prática social preconceituosa, de cunho racial [...] No Brasil, o racismo e a discriminação racial são mecanismos poderosos que agrupam as pessoas dentro de um sistema de classes altamente desigual e permite que os brancos mantenham privilégios para si e para seus filhos. Como resultados, os negros, no país, estão três vezes mais propensos a serem pobres e analfabetos do que os brancos, e os homens brancos

recebem, em média, mais que o dobro do que os pretos e pardos. Essas diferenças têm persistido por, pelo menos, esses últimos quarenta anos (TELLES, 2003 p. 306-307).

Tanto os trabalhos acadêmicos, quanto os que são produzidos por instituições do governo que mostram esses resultados, só reforçam ainda mais o caráter racista das postagens inscritas nos blogs. Essa interpretação se deve ao fato dos discursos analisados em sua grande maioria, se posicionarem contra políticas em benefício da população negra:

Cotas: ai está um exemplo ótimo do que é hipocrisia. Colocaram a raça negra dentro de cotas, dentro de turmas especiais, dão privilégios a eles como se dessem esmolas, tentando pagar ou apagar algo na história que nem tivemos culpa ou participação, é a mesma coisa que penalizar os alemães pelo que Hitler fez, e ele nem era alemão (LIMA, 10/2009).

As postagens vão num movimento contrário a qualquer tentativa de implantação de políticas afirmativas. Para os internautas essas ações devem ter sempre um caráter universalista.

Todavia, políticas de orientação universalistas não dão conta de suprir essa lacuna, já que ela não tem como referencial a cor (raça) do indivíduo. Para Telles (2003):

Nas últimas três décadas, a educação de nível superior cresceu significativamente no Brasil. Os brancos se beneficiaram de forma desproporcional e a proporção de seus representantes que ingressaram nas faculdades continuou em expansão a uma taxa maior do que a dos negros, no mesmo período de tempo. Como educação está fortemente correlacionada com a renda no Brasil, uma reversão da crescente distância na educação de nível superior é necessária para permitir que pretos e pardos consigam ascender de forma significativa à classe média (TELLES, 2003 p. 308).

Ou seja, políticas universalistas podem gerar uma melhoria para as pessoas de modo geral; entretanto, por não ter como orientação a questão racial, ela continua a favorecer mais a população branca do que a população negra, pois ela não leva em consideração o racismo no qual os negros estão expostos. Além disso:

O enfoque em políticas universalistas provavelmente aumentará a desigualdade racial, pois brancos pobres estarão em desvantagem para aproveitar as novas oportunidades [...] Tais políticas, cega às distinções raciais, podem isolar os pretos e pardos ainda mais (TELLES, 2003 p. 284)

As postagens que procuram deslegitimar a produção de políticas públicas voltadas para os negros, tendo como recurso a igualdade social, têm no cerne de seu discurso uma forma racializada e preconceituosa, pois procuram na medida do possível, apoiar movimentos contrários a essas políticas, desconsiderando o racismo vigente em nosso país e mantendo uma escala social que continua a manter essa população segregada:

O privilégio dos brancos é, portanto, fortalecido através de uma defesa dos interesses de classe, que os brancos, por sua vez, costumam usar para assegurar e manter controle sobre a riqueza e os recursos da sociedade, bem como reduzir a competição por outras posições (TELLES, 2003 p. 309).

Há ainda outro discurso que diz que o problema da exclusão dos negros no Brasil, não é existe em decorrência do racismo, mas é um tipo de questão que deve ser compreendida apenas pela exclusão de classes sociais<sup>52</sup>:

Embora a classe média branca consiga manter distância de pessoas de pele mais escura, através de uma hierarquia sócio-econômica que por muito tempo tem sido um das mais desiguais do mundo, está não é somente uma fronteira de classe. A raça é fundamental na determinação de quem ascende à classe média. Um sistema informal, mas altamente eficiente, de barreiras invisíveis impede que pretos e pardos das classes médias mais pobres entrem na classe média muito mais do que os brancos das mesmas classes. Sendo assim, a posição sócio-econômica dos negros na sociedade brasileira deve-se tanto a classe quanto a raça (TELLES, 2003, p. 308).

Esses estudos desmistificam aquelas postagens que procuraram relacionar nosso racismo a um plano especificamente de preconceito de classes:

O brasileiro discrimina pobres, velhos e doentes, igualzinho ao plano dos illuminatis, independente de raça, credo, cor da pele, time de futebol, nível cultural, etc. e tal. Tienes grana, es bem vindo, no tienes, fuera (LIMA, 11/2009).

Ou ainda: “E gostaria de expor minha observação depois de anos bem vividos: O maior preconceito que existe é contra a pobreza” (RIGON, 03/2009).

---

<sup>52</sup> Os primeiros pesquisadores sobre as relações raciais no Brasil nas décadas de 1930, entre eles Donald Pierson, davam força a esse discurso, de que o Brasil era um país que não sofria com o preconceito racial, apenas o de classe. Os estudos financiados pela UNESCO na década de 1950 vão apontar na direção contrária. Apesar de achar que com o desenvolvimento do capitalismo o racismo tenderia a diminuir no Brasil, Florestan Fernandes, juntamente com outros pesquisadores, desmistificou o discurso da democracia racial e, mostrou em suas pesquisas o quanto o racismo, estava arraigado em nossa sociedade (TELLES, 2003).

Trabalhos sobre a classe média negra brasileira indicam que o comportamento preconceituoso em relação à raça, perpassa as fronteiras da de classe, e continuam a agir nesse outro campo social:

Dentro de um espaço específico de reconhecimento do status que detêm, a exemplo do local de trabalho e de moradias, alguns negros podem ser tratados como tendo poder aquisitivo e um status comparável aos de brancos. Ora, basta haver alguma confusão ou mal-entendido para que a sua posição seja irrelevante e a sua condição racial seja destacada, ou o termo negro e outras denominações sejam utilizados em tom pejorativo, acusatório. Além disso, ao ultrapassarem estes espaços restritos de reconhecimento, quase sempre estes indivíduos são vistos como negros e tratados de modo como se trata, em geral, os negros no Brasil, com certa desconfiança (FIGUEIREDO, 2004 p. 3).

Em um trabalho realizado na cidade de Maringá sobre a classe média negra nessa cidade (ROSA PRAXEDES, 2006), a autora apontou que esses sujeitos, apesar de pertencerem a tal campo, continuam a sofrer o preconceito racial:

Ao analisarmos as relações sociais desses indivíduos negros que obtiveram mobilidade social ascendente, pudemos constatar que estes, mesmo ocupando posições valorizadas socialmente, vantajoso poder aquisitivo, acesso a espaços permitidos para uma elite econômica e cultural, continuaram como alvos de preconceito e discriminação racial. Neste sentido, os elementos levantados nesta pesquisa indicam que o racismo em relação aos negros no Brasil, e na cidade de Maringá, em particular, não é apenas um problema provocado pelo pertencimento dos negros às classes sociais populares, como muitos ainda acreditam, mas é resultado de preconceitos raciais arraigados (ROSA PRAXEDES, 2006 p. 102).

Além de possuir maior resistência por parte da sociedade em conseguir uma mobilidade social, os negros, ao ascenderem socialmente, continuam a ser vítimas do preconceito racial (TELLES, 2003), contradizendo o argumento de quem pensa que o problema do preconceito no Brasil, está restrito a classe social.

O discurso conservador que implicitamente está carregado de um “racismo a brasileira”, onde esse mecanismo de exclusão é relacionado pelos internautas como algo quase que inexistente em nossa sociedade, possui outras formas de operacionalização para a manifestação desse tipo de preconceito no Brasil.

Quando se trata de relações de pessoas que são “consideradas” da mesma classe o *modus operandi* do racismo é realizado de uma forma, quando essas classes são “reconhecidas” como distintas entre si, seu funcionamento tem outros critérios:

Entende-se por relações raciais horizontais a sociabilidade inter racial, especialmente entre pessoas da mesma classe social. “Por sua vez, as relações verticais são aquelas entre diferentes classes sociais que implicam relações de poder sócio-econômico” (TELLES, 2003 p.303).

A adoção de uma ou de outra forma vai depender:

Primeiramente, de como as pessoas são classificadas em determinadas categorias. Embora os significados sociais fundados na raça sejam onipresentes, em nenhum lugar o fato de pertencer a uma categoria específica é determinado por uma estrutura fixa. No entanto, isso é particularmente válido para o caso brasileiro, em que as classificações raciais são especialmente ambíguas e fluidas. A forma pela qual as pessoas se identificam e se classificam é, às vezes, inconsistente e pode variar segundo sua condição social. Além disso, os termos raciais são numerosos e são freqüentemente usados de forma inconsistente (TELLES, 2003 p. 303).

A fluidez de categorias existentes entre os brasileiros é algo que da vazão a esse tipo de relação. Isso é demonstrado em um artigo escrito por Peter Fry (1995 – 1996), sobre o caso em que Ana Flávia, filha do governador do Espírito Santo (Albuíno Azeredo), foi vítima de racismo. Ao entrar em um elevador de um prédio de classe média na cidade de Vitória E.S, a garota sofreu ofensas racistas de uma empresária loira de nome Teresina Stange e de seu filho que, chegou a agredir fisicamente a estudante.

Segundo o artigo, as palavras proferidas pela empresária giravam em torno da cor e da classe da moça: “Você tem de aprender que quem manda no prédio são os moradores, preto e pobre aqui não tem vez”. A estudante, entretanto, acabou por acionar a polícia que abriu inquérito para gerar o processo de racismo contra a empresária e seu filho. Ao saber que se tratava da filha do governador do Estado do espírito Santo, isto é, alguém rico e com poder político, a empresária passou a adotar um tom mais cauteloso: “Quando Teresina se defende das acusações de racismo, ela procura palavras menos pragmáticas: em primeiro lugar para mim a Ana Flávia não é preta. É só uma menina bronzeada” (FRY, 1995-1996).

A agressão sofrida pela filha do governador é o que poderíamos encaixar na chamada relações verticais, onde a estudante não foi reconhecida como um sujeito da mesma “classe” que a empresária e sofreu com ofensas preconceituosas e físicas. Ao saber que se tratava da

filha do governado, a empresária diz em seu depoimento que ela nem considerava a garota como uma pessoa “preta”, apenas bronzeada. Logo, seu tratamento com a estudante muda de figura e passa a ter um tom mais brando, caracterizando assim uma relação mais horizontalizada.

Essas diferentes determinações atribuídas aos sujeitos no Brasil é o que exemplifica as relações descritas como horizontais e verticais. Essas categorias não são fixas e nem mesmo definitivas. Elas variam de acordo com as categorias em que as pessoas se classificam e são classificadas. No Brasil o fato de existir amizade entre negros e brancos, não indica que o segundo esteja isento de qualquer tipo de atitude racista, isso pode depender de quem e como essa relação irá ocorrer.

Quando foi colocado em discussão políticas “compensatórias” para o grupo subordinado (ou até mesmo a discussão da implementação de um feriado na cidade pesquisada), a tendência geral foi a de indignação na forma de inscrições através das postagens. Esse problema quando colocado numa perspectiva de conflito social em que teoricamente uma parcela da sociedade será “compensada”, fez com que o plano horizontal das relações raciais no Brasil fosse ressaltado.

Totalmente contra, isso sim é uma discriminação. Os negros são tão bons ou melhores que os brancos pra ficarem dando cotas em universidades, feriados, etc. O caráter da pessoa não está na cor da pele. Quer homenagear Zumbi dos Palmares, põe uma estátua, nome em uma avenida, não feriado (LIMA, 11/2009).

Logo, os discursos conservadores e racistas que procuram legitimar a igualdade entre as pessoas para, a partir disso, negar ações voltadas para a população negra, se apóiam no mesmo argumento dos autores que outrora, orientavam suas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil na direção de uma igualdade que viria acontecer com a integração do negro em nossa sociedade. Já que para esses mesmos autores, aqui não existia preconceito racial:

Os acadêmicos norte-americanos, em particular, tendiam a seguir a ênfase de Gilberto Freyre nas relações horizontais, supostamente porque acreditavam que essas constituíam indicadores apropriados da adaptabilidade ou integração dos grupos minoritários na sociedade. Essa era a tradição dominante na sociologia norte-americana. Esses autores supunham que a integração levaria a uma assimilação em que os grupos dominantes e subordinados mais tarde se tornariam similares e as diferenças estruturais desapareceriam. Estudiosos dessa escola acreditavam que as relações horizontais no Brasil eram harmoniosas e inclusivas em comparação às dos estados Unidos e, portanto, previam um futuro otimista

para os descendentes de escravos no Brasil. Esses acadêmicos acreditavam que qualquer hierarquia racial, conflito ou exploração no Brasil eram temporários e não caracterizavam um problema importante (TELLES, 2003 p. 20-21).

As interpretações dos discursos no trabalho apontam também, para esse tipo de suporte argumentativo, quando os internautas explicitamente se posicionam contra as políticas afirmativas, e defendem apenas a adoção de ações universais.

Todavia, uma grande quantidade de trabalho como já apontamos aqui, indica que apesar de se passar muito tempo, entre o fim da escravidão e o início de outros dois séculos, essa população continua a ser segregada. Sua inclusão na sociedade não se completou (FERNANDES, 1978); pelo contrário, com o decorrer do tempo, ela vem apenas aumentando (HASENBALG, 2005; TELLES, 2003).

Os trabalhos que procuram mostrar as distâncias entre os negros e os brancos, onde os primeiros continuam a ter um papel de subordinação social na estrutura de nossa sociedade, optam no sentido contrário dessas formulações, procurando mostrar justamente as desigualdades raciais que caracterizam a distinção entre esses dois grupos, que como já foi posto, não diminuiu, apenas aumentaram.

Mesmo que consubstanciada por bases frágeis, os internautas que em sua maioria se posicionaram contra essas prerrogativas, procuraram legitimar seu discurso por um viés conservador, que possui suas premissas argumentativas, em um passado distante, que pré anunciou um futuro, que tomou o sentido contrário do que eles mesmos previram. Nesse sentido, algumas das postagens deixaram de lado apenas o discurso conservador e implicitamente racista, e adotaram uma fala um pouco mais clara, no que se refere a sua concepção acerca da população negra. Termos usados para se referirem ao grupo negro como, “eles”, dão uma base de como existe uma separação entre o “nós” e os “outros” (eles), em que os “outros” (eles), esteve sempre ancorado num sentido pejorativo.

O feriado municipal que era para celebrar o fim da escravidão no Brasil, passou a ser visto como uma desculpa para não se trabalhar, coisa de “gente preguiçosa”:

Só quero perguntar uma coisa, o dia do índio é feriado? O dia internacional da mulher é feriado? E Olha que é comemorado no mundo todo. Quando será o feriado do dia do branco, do mulato, do pardo, do amarelo? A grande verdade é que um feriado desses deixa muito mais evidente o racismo, e o pior, ele parte muitas vezes das próprias pessoas de cor. Sou totalmente contra este feriado absurdo, não pelo lado financeiro, porque vou ter que trabalhar nesse dia, afinal tenho que ganhar meu justo salário. Feriado com esta justificativa é coisa de quem não quer trabalhar, preguiçoso mesmo.

Um feriado deste é pra deixar estampado que temos duas raças no país, o que não é verdade, somos uma nação formada por várias raças (LIMA, 03/2009).

As postagens refletem a produção histórica e social na qual ela foi produzida. Ao ser contextualizado e interpretado nesse mesmo plano, seu substrato é passível de compreensão, revelando o quanto esses discursos são racistas. Nessas postagens “eles” ficam, portanto, numa posição que lhes é merecida, pois segundo esses discursos, o que vale é a vontade de cada um, porque partimos para a competição no campo social com iguais condições:

Sei que vou levar pau de todo mundo, porém, eu como descendente de negro e com orgulho disso, fico envergonhado, quando se fala neste maldito feriado, pois acho que não é criando mais um feriado que os negros serão mais ou menos respeitados, e muito menos com a criação de cotas, pois eu acho que todos devem ser respeitados independentemente de cor, religião e classe social [...] Os negros também devem se valorizar, pois não é porque é negro que tem de andar mal vestido sujo e fedendo, hoje há mais oportunidades para estudar tanto para negros quanto para as classes mais pobres, porém, falta vontade de encarar o desafio. De nada adianta embarcar na onda dos intelectuais, tanto brancos como negros (LIMA, 11/2009).

Postagens em que o internauta atribui a si mesmo uma identidade étnica foram raras, demonstrando que o discurso racista também pode partir de pessoas que se denominam descendentes de africanos. Entretanto, ao tratar os negros como “eles”, o internauta provavelmente não se identifica enquanto um negro, apenas como um “descendente”, caso contrário, o discurso nessa postagem partiria da primeira pessoa, e não da terceira como foi feito. Isso tende a demonstrar a permanência da ideologia do branqueamento na população brasileira, que procura através da gradação de cores (raças), um subterfúgio para escamotear o conflito entre os grupos étnicos no Brasil.

A persistência da ideologia do branqueamento, também ajuda na criação de um padrão estético em que o negro não é bem visto, criando uma grande dificuldade de se construir uma identidade calcada na idéia de raça no Brasil. Esse discurso é construído por diversos mecanismos de socialização:

O racismo não é inato mais apreendido, deve haver meios para esse processo de aquisição ideológica e prática. As pessoas aprendem a ser racistas com seus pais, seus pares (que também aprendem com seus pais), na escola, com a comunicação de massa, do mesmo modo que com a



observação diária e a interação nas sociedades multiétnicas (DIJK, 2008 p. 15).

Da mesma forma que essa ideologia racista pode ser apreendida, ela também pode ser desmistificada, e nesse sentido, a educação de forma geral, juntamente com as políticas de inclusão racial são fundamentais.

## **Considerações finais**

## Considerações finais

Os meios de comunicação na atualidade são instrumentos capazes de se articularem de forma rápida e com uma resposta incrível. A internet é um desses meios que, além de oferecer certa interatividade entre os sujeitos que se utilizam dessa ferramenta, oferece também uma dinâmica muito grande, no que tange a parte comunicacional e de informação. Os blogs são exemplos desses meios de comunicação que estão inseridos no campo virtual, eles são uma realidade tangível a uma grande parte da população do Brasil e do mundo, e foi nesse tipo de veículo que nos apoiamos para a realização dessa pesquisa.

A partir das discussões sobre o estabelecimento ou não, de um feriado na cidade de Maringá no dia da morte de Zumbi dos Palmares (20 de Novembro que é a data que se comemora o dia da consciência negra no Brasil), pudemos evidenciar formulações que diziam respeito a diversos temas concernentes a população negra em nosso país.

Tendo como material de análise os discursos que foram inscritos nos blogs, foi possível desconstruir essas falas e interpretá-las através de um arcabouço teórico e metodológico das Ciências Sociais. A partir do interpretativismo proposto primeiramente por Geertz (1989), e posteriormente reforçado com a hermenêutica de profundidade de Thompson (2009), foi possível trazer à tona uma compreensão, sobre a representação e a posição da população de Maringá acerca dos problemas enfrentados pelos negros nesse município e, conseqüentemente, no Brasil.

A história dessa cidade foi resgatada como um meio de se sistematizar qual a trajetória na qual ela foi construída. Partindo de trabalhos mais críticos sobre a fundação desse município, foi possível observar que a produção da identidade dos moradores dessa cidade e região é, desde muito tempo, caracterizada por elementos imbuídos de uma concepção mais conservadora, no que diz respeito à diversidade e a pluralidade cultural e social. Desde sua fundação, Maringá já tem em sua estrutura, um forte mecanismo que procura homogeneizar as características que são vistas como “estranhas”, eliminando o diferente ou excluindo-as.

Essa dialética entre a organização do local e a construção do imaginário social dos sujeitos que compõem esse local (BOURDIN, 2001), faz desse município uma cidade que está repleta de um grande ideário elitista e conservador. O projeto urbanístico da cidade de Maringá foi proposto a partir de um modelo que procura separar os diferentes grupos sociais. Observamos isso também no comportamento do maringaense, no seu discurso, quando o tema a ser discutido diz respeito à mudança na estrutura social, não compartilhando da idéia de uma

abertura de campos sociais que são habitados historicamente em sua maioria quase sempre por um mesmo grupo.

Essa posição ficou clara quando o assunto deliberado foi à promoção de políticas afirmativas de cunho racial. A grande maioria das opiniões sobre o assunto era a de imensa insatisfação por parte dos internautas que inscreveram suas opiniões nos blogs.

Uma utilização do conceito de raça, como forma de caracterizar e distinguir os grupos sociais foi uma constante nos discursos analisados. Essa noção, todavia, estava permeada por uma concepção mais social do termo e menos biológica, o que a caracteriza como um conceito social de raça (SILVÉRIO, 1999). Essa determinação se orienta por um modelo que se sistematiza tendo como premissa a aparência dos sujeitos. Ou seja, o que determina a raça de um agente social não é sua ancestralidade, se ele descende ou não de uma família de negros, mas a sua aparência física. Essa forma de distinguir as “raças humanas” no Brasil é a mesma ferramenta utilizada para discriminar, pois aqui, diferentemente, por exemplo, dos Estados Unidos, não se discrimina tendo como ação objetiva a descendência do sujeito, mas as características somáticas do agente que sofre o preconceito. Isto é, aqui o racismo se processa através do chamado preconceito de marca, enquanto nos Estados Unidos ele é de origem (NOGUEIRA, 1979).

Calcados em argumentos retrógrados usados pela elite dominante do final do século XIX, os internautas se posicionaram de maneira a manter essa mesma ordem que segrega a população negra em nossa sociedade. Esse discurso conservador foi consubstanciado, por um conteúdo que procurava sempre argumentar que o problema do racismo é algo quase que inexistente em nosso país, retomando dessa forma, o chamado mito da democracia racial.

Essa idéia de que não existe racismo no Brasil, por termos em nossa formação diferentes grupos étnicos não se deu de forma aleatória, pois essa sistematização vem de encontro com a necessidade da formulação de uma identidade nacional. Conseqüentemente, foi criada uma identidade calcada na mistura das “raças”, que compõem nossa sociedade, delegando a essa sistematização uma falsa idéia de paz racial. Esse imaginário acerca da nossa formação é algo que foi criado há muito tempo atrás e que, continua sendo usado para mascarar os conflitos gerados pelo preconceito e pelo racismo no Brasil.

Essa retórica se apóia ainda, num discurso de que aqui não existe racismo, pois não há uma segregação formulada pelo Estado<sup>53</sup>; ou seja, ela não é institucionalizada como foi nos

---

<sup>53</sup> Houve alguns movimentos por parte do Estado brasileiro que prejudicou a população negra, como no caso da importação de mão de obra estrangeira que veio substituir o trabalho escravo, entretanto, não houve a instituição

Estados Unidos ou na África do Sul. Entretanto, a ideologia racista sempre esteve presente em nossa sociedade, e hoje assume diversas formas de manifestação. O fato de não possuímos uma segregação racial gerada pelo Estado, não significa que não temos esse problema no Brasil. Aqui essa manifestação é instrumentalizada de um jeito mais informal, menos aberta e da mesma forma que nossas relações sociais de forma geral, as relações raciais também têm forte ligação com relações estruturadas por meio de um mecanismo impessoal de interação, sendo mantidas quase sempre por mecanismos informais, de ordem pessoal e de apadrinhamento (DAMATTA, 1983).

Esses discursos que propõem a vigência da ordem estabelecida têm em seu substrato uma forte conotação racista. Entenda-se aqui racismo como uma ideologia que procura sustentar as diferenças na estrutura social, e dessa forma, delegar o poder a um grupo elitizado que não pretende abrir mão de sua posição. Esse racismo, contudo, não é o mesmo tipo de ação ideológica que remonta aquele tempo em que, esse mecanismo se utilizava de noções biologizantes para legitimar a ordem estabelecida. Na atualidade, além de ser crime partilhar de tais ideais, eles não são socialmente aceitos, por isso existe uma recusa em aceitar a existência de tal mecanismo segregador.

Esse problema, porém, não deixou de existir com a transformação pela qual passou essa sistematização simbólica, ela apenas tomou ou retomou antigas ferramentas para continuar agindo da mesma forma de antes, haja vista a forte recusa em aceitar esse problema no Brasil como uma questão que está na estrutura do país. Mesmo o Estado assumindo esse problema como algo que compunha nossa estrutura social na década de 1990 (SILVA; ROSEMBERG, 2008), não há por parte das pessoas em geral essa conscientização. Isso porque esse tipo de ação, de forma geral não se manifesta de maneira clara, ela é mais evidenciada nas chamadas relações verticais, em que os pares falam de lugares diferentes na estrutura social, num tipo de relação orientada numa hierarquia onde uns possuem mais poder do que outros. Quando essa relação está contida num plano horizontal, em que se fala de posições menos distanciadas e mais ou menos no mesmo nível dessa estrutura, essa ação tende a ser menos visível.

Quando a população negra aparece como um grupo que pode ascender a lugares e posições que historicamente não estão reservados a ela, ou mesmo quando se propunha políticas anti-racistas que privilegiem essa população para dar acesso a esses lugares, há, por parte daqueles que não concordam com tais mecanismos, um forte repúdio. Esse tipo de

---

de políticas mais radicais de segregação entre negros e brancos como nos casos dos Estados Unidos e da África do Sul.

conduta foi interpretado nas falas analisadas como sendo ações racistas, pois visa manter as diferenças no sistema social através de uma retórica cujo denominador de tal ação é a raça.

Essa concepção não considera que a falta de negros em posições sociais que em sua maioria está ocupada por brancos, se dá não somente por uma exclusão social desses sujeitos, mas também, por conta do racismo. Políticas que tem um propósito universal tomam essa mesma direção, procuram combater apenas o problema gerado pela exclusão social, e dessa forma, desconsideram o racismo presente em nossa sociedade. Conseqüentemente, mesmo com a formulação e aplicação dessas políticas no Brasil, o negro continue segregado, pois além de ser vitimado com o preconceito social, é vítima também do preconceito racial (TELLES, 2003).

A noção de raça (que tem como orientação uma categoria social) é utilizada como meio de criar identidades, distinção de grupos e como norteador das relações sociais. Em relação à população negra essa categoria está sempre num plano mais baixo na hierarquia social. Por isso deve haver a promoção de políticas que considerem a raça como um ponto comum entre os agentes para a implantação de ações que visem à inclusão desses agentes em nossa sociedade. A chamada raça social é, portanto, uma categoria tanto nativa como analítica (GUIMARAES, 2003).

Todas essas constatações servem para reforçar a denuncia sobre o quanto o racismo está presente em nossa sociedade, tomando como exemplo demonstrativo disso a cidade de Maringá. Mesmo que essa atitude seja algo naturalizado e não assumido, ela não deixa de caracterizar um movimento na direção que procura por meios ideológicos, segregar e manter a população negra num estado de exclusão social.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Fernando Molero; TEIXEIRA, Ana Maria Lacerda. **El prejuicio racial em Brasil: Nuevas medidas y perspectivas**. Psicologia Social, volume 20. Número, 2. Porto Alegre, Maio/Agosto, 2008.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Guerra e paz: Casa Grande e Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra medo branco: O negro no imaginário das elites do século XIX**. São Paulo. 6° vol. Edit. Paz e Terra, 1987.
- BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). **De pretos a afro-descendente**. Trajeto de pesquisa sobre as relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos, EDUFSCAR 2004.
- BOURDIN, Alain. **A questão Local**. Rio de Janeiro, Ed: DP&A 2001.
- DAMATTA, Roberto Augusto. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro, Ed: ZAHAR 1983.
- DAMATTA, Roberto Augusto. **Relativizando: Uma introdução à Antropologia Social**. Petrópolis, Ed: Vozes 1984.
- DIAS, Reginaldo Benedito & GONÇALVES, José Henrique R. (orgs). **Maringá e o Norte do Paraná**. Maringá, EDUEM, 1999.
- DIJK, Teun A. Van (org.) **Racismo e discurso na América Latina**. In: SILVA, Paulo Vinícius Batista da; ROSEMBERG, Fulvia. Brasil lugares de negros e brancos na mídia. São Paulo, Ed: Contexto 2008.
- DOISE, Willem. **Da psicologia social à psicologia societal**. Disponível em: <[WWW.scielo.br/scielo.php?script=arttex&pid](http://WWW.scielo.br/scielo.php?script=arttex&pid)> Acesso em: 3 de Maio de 2010 às 16h14min.
- DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. Representações individuais e representações coletivas. Rio de Janeiro, Ed: Forense-Universitaria, 1970.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo. Ed: Ática, 1978
- FIGUEIREDO, Ângela. Fora do jogo: **A experiência dos negros na classe média brasileira**. Cadernos Pagu. Número 23, campinas. Julho/Dezembro 2004.
- FRY, Peter. **A cinderela negra**. Revista USP, V. 28, p. 122-135. São Paulo, Dezembro 1995/ Fevereiro 1996.

FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne. **A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras.** Estudos Avançados, vol. 18 n. 50. São Paulo, Janeiro/Abril de 2004.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** 3º ed. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local:** Novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis, RJ. Ed: Vozes, 2006.

GOMES DA CUNHA, Olívia Maria. **Tempo imperfeito:** Uma etnografia do arquivo. Mana vol. 10, nº 2. Rio de Janeiro. Outubro, 2004. In: Scielo. Acessado no dia 18/11/2009 às 10h23min.

GUIMARÃES JR.; LOPES, Mário José. **A cibercultura e o surgimento de novas formas de sociabilidade.** Trabalho apresentado no GT “*Nuevos mapas culturales: Cyber espacio y tecnologia de la virtualidad*”, na II Reunion de Antropologia del Mercosur, Piriápolis, Uruguai, de 11 a 14 de Novembro de 1997. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~guima/ciber.html>> Acesso em: 8 de Dez. de 2009.

GUIMARÃES JR.; LOPES, Mário José. **O ciberespaço como cenário para as Ciências Sociais.** Trabalho apresentado no GT “A sociedade da informação e a transformação da Sociologia” do IX Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre, Setembro de 1999. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~guima/ciber.html>> Acesso em: 8 de Dez. de 2009.

GUIMARÃES, A.S.A. **A questão racial na política brasileira:** Os últimos quinze anos. Tempo Social. Vol. 13. Número 2, São Paulo. Novembro de 2001.

GUIMARÃES, A.S.A. **Como trabalhar com raça em sociologia.** 2003. Disponível em:<[HTTP://www.scielo.br/escielo.php?script=sci\\_arttex&pid=>](http://www.scielo.br/escielo.php?script=sci_arttex&pid=>)>. Acesso em: 20 de Abril 2010.

GUIMARÃES, A.S.A. **Preconceito de cor e racismo no Brasil.** 2004. Disponível em: <[HTTP://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=>](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid=>)>. Acesso em: 28 de Agosto de 2009.

GUIMARÃES, A.S.A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil.** São Paulo, Ed: 34. FUSP 1999.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Ed. UFMG 2008.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro, IUPERJ. Ed: UFMG 2005.

HOFBAUER, Andréas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão.** São Paulo. Ed: UNESP 2005.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Maring%C3%A1>>. Acesso em: 21 de Nov. 2010, às 23h30min.

IPARDES. **Retrato das desigualdades. De gênero e raça.** 3º Edição. Disponível em:<<http://ipardes.gov.br/index.php>>. Acesso em: 18 de Março 2010.



JODELET, Denise. **O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais.** Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid)> Acesso em: 3 de Maio de 2010, às 16h24min min.

JUNGBLUT, Airton Luis. **A heterogeneidade do mundo on-line:** algumas reflexões sobre virtualização, comunicação mediada por computador e ciberespaço. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid)>. Acesso em 08 jan. 2010.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil:** Invisibilidade e territorialidade. Santa Catarina. Letras Contemporâneas, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura. **Invisibilidade Étnica e Identidade:** Negros em Santa Catarina. In: Encontros com a Antropologia. I – Identidade, Imigração e Memória. Curitiba: PPGAS/UFPR. 1993.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo, Ed: 34, 2007.

LIMA, Edson. **Blog do Edson Lima.** Disponível em: <<http://odiario.com/blogs/edsonlima>> Acesso em: junho a dezembro 2009.

LIMA, Marcos Eugênio; VALA, Jorge. **As novas formas de expressão do preconceito e do racismo.** Estudos de psicologia (Natal) vol. 9 n. 3. Setembro/Dezembro de 2004).

LUZ, France. **O Fenômeno urbano numa zona pioneira, Maringá,** 1997. Editora da prefeitura municipal de Maringá, dissertação de mestrado-Universidade de São Paulo.

MAIO, Marcos Chor. **O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO.** 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttex&pid)>. Acesso em: 24 novembro 2009.

MONTARDO, Sandra Portella. PASSERINO, Liliana Maria. **Estudo dos blogs a partir da netnografia:** Possibilidades e limitações. Novas tecnologias na educação. Cinted. UFRGS, Dezembro, 2006.

MONTARDO, Sandra Portella; ROCHA, Paula Jung. **Netnografia:** incursões metodológicas na cibercultura. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Compós. Dezembro, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala,** São Paulo, 3º edição. Ed. Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabengele. **A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil.** Estudos Avançados, volume, 18. Número 50. São Paulo, Janeiro/abril, 2004.

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto Preto quanto branco:** Estudos das relações raciais. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979.

OLIVEIRA, Airton Donizete de. Satis: **A história esquecida de um povo e sua trajetória no Norte e Noroeste do Paraná.** Anais da XXV Semana de Geografia da UEL - IV Seminário de Geografia do Norte do Paraná - realizada na UEL entre 5 e 9 de outubro de 2009. Organização: Departamento de Geociências.

RIGON, Angelo. **Opinião e notícia.** Disponível em: <<http://angelorigon.blogspot.com>> Acesso em: junho a dezembro 2009.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado:** segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2004.

RODRIGUES, Ana Lúcia. MOURA, Rosa (org.) **Conjuntura urbana 7:** Como Andam Curitiba e Maringá. Observatório das Metrôpoles. Ed: Letra Capital. Rio de Janeiro, 2009.

ROSA PRAXEDES, Rosângela. **Negros de classe média na cidade de Maringá.** Dissertação apresentada a Banca examinadora da Pontifícia universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção de Mestre em Ciências Sociais. São Paulo, 2006.

SALES JR. Ronaldo. **Democracia racial:** O não dito racista. Tempo Social, vol. 18 n. 2. São Paulo. Novembro, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XIX. São Paulo, Ed: Record, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças.** Instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo Ed: Companhia das Letras, 1995.

SEYFERTH, Giralda. In. ZANINI, Maria Catarina Chitolina (org). **Por que raça? Breves reflexões sobre a questão racial no cinema e na Antropologia.** Santa Maria. Ed: UFSM, 2007.

SILVA, Antonio Ozaí. **Blog do Ozaí.** Disponível em: < <http://antonio-ozai.blogspot.com/>> Acesso em: junho a dezembro 2009.

SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a cidade:** segregação urbana e racial em São Paulo. Fundação Cultural Palmares, 2006.

SILVA, Maria Nilza da. **População negra:** uma presença invisível em Londrina. Trabalho apresentado no GT – Relações raciais e ações afirmativas. 33º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 2009.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Raça e racismo na virada do milênio:** Os novos contornos da racialização. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade estadual de Campinas. Dezembro de 1999.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira:** Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2003.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ. ED: Vozes, 2009.

VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro. Ed: ZAHAR, 1967.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte II. São Paulo. Ed: Cortez, 1995.